



**BNDES**

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS EM IFRS

30 de setembro de 2025

## SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras Intermediárias	BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	3
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	4
	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	5
	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	6
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias	1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	7
	2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS .....	8
	3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES .....	11
	4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	12
	5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	23
	6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO .....	23
	7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	29
	8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO .....	38
	9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS .....	38
	10. OUTROS ATIVOS .....	41
	11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES .....	41
	12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS .....	45
	13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS .....	48
	14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO .....	48
	15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITOS .....	50
	16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS .....	52
	17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	54
	18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS .....	57
	19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS .....	59
	20. OUTROS PASSIVOS .....	68
	21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	69
	22. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA .....	71
	23. PARTES RELACIONADAS .....	75
	24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO .....	80
	25. GESTÃO DE RISCOS .....	81
	26. OUTRAS INFORMAÇÕES .....	91
	27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS .....	94
	28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	95
	29. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	96
	30. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO .....	96
	31. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS .....	97
	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO .....	116
	RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS .....	117

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	30/09/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.480.868	40.103.192
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)			
Títulos e valores mobiliários	7	133.436.111	94.473.618
Derivativos	7.5	2.098.749	1.452.852
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)			
Títulos e valores mobiliários	7	93.775.995	116.124.171
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	6.1	572.492.151	553.454.931
Títulos e valores mobiliários	7	43.446.170	16.833.840
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	8	2.880.221	4.632.122
Ativos fiscais		14.017.020	14.260.989
Correntes	17.3	1.571.090	997.435
Diferidos	17.2	12.445.930	13.263.554
Ativos mantidos para venda		501	501
Investimentos em coligadas	9	2.141.523	2.204.912
Imobilizado		163.818	138.580
Intangível		4.501	5.807
Outros ativos	10	882.647	1.106.126
<b>Total do ativo</b>		<b>905.820.275</b>	<b>844.791.641</b>
Obrigações por depósitos	12.2	4.554.725	4.885.747
Obrigações por operações compromissadas	13	33.753.300	34.453.720
Obrigações por emissão de debêntures e letras de créditos	15	27.607.856	12.775.699
Derivativos	7.5	1.236.612	74.005
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	186.007	348.016
Obrigações por empréstimos e repasses	11	67.861.367	66.730.516
Fundos financeiros e de desenvolvimento	14	95.924.798	71.444.146
Dívidas subordinadas	12.1	465.350.413	443.893.437
Outros passivos financeiros	16	3.552.163	9.301.329
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.5	2.766.315	6.267.069
Diversos		785.848	3.034.260
Obrigações fiscais		20.317.634	22.282.769
Correntes	17.1	1.161.102	2.229.759
Diferidos	17.2	18.787.910	19.598.776
Outros		368.622	454.234
Obrigações de benefícios a empregados	19	4.951.169	4.484.653
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	18	1.816.671	1.786.392
Outros passivos	20	1.434.795	1.600.008
<b>Total do passivo</b>		<b>728.547.510</b>	<b>674.060.437</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital Social	21.1	109.001.243	98.973.934
Instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	8.731.760	8.731.760
Reservas de lucros	21.3	19.462.514	38.263.718
Outros resultados abrangentes	21.4	32.354.636	30.724.459
Resultados acumulados não apropriados	27	7.722.612	(5.962.667)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>177.272.765</b>	<b>170.731.204</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>905.820.275</b>	<b>844.791.641</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	Três meses findos		Nove meses findos	
		30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	22.1	<b>16.848.081</b>	<b>14.165.218</b>	<b>50.955.315</b>	<b>50.336.381</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		11.323.095	10.213.272	32.998.386	39.650.214
Moeda nacional		12.014.550	10.531.617	39.348.513	33.046.406
Moeda estrangeira		(691.455)	(318.345)	(6.350.127)	6.603.808
Resultado com títulos e valores mobiliários		5.287.747	3.713.704	17.113.303	9.984.962
Rendas com administração de fundos e programas		237.239	238.242	843.626	701.205
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	22.1	<b>(11.351.208)</b>	<b>(10.031.888)</b>	<b>(37.009.930)</b>	<b>(33.543.393)</b>
Captação no mercado - financiamentos e repasses		(10.490.721)	(8.736.432)	(29.416.878)	(36.917.844)
Moeda nacional		(11.582.768)	(9.203.327)	(37.827.562)	(28.093.150)
Moeda estrangeira		1.092.047	466.895	8.410.684	(8.824.694)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	7.5.2	(453.633)	(138.367)	(5.071.008)	4.215.456
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	6.4	(361.239)	(1.148.164)	(2.308.088)	(925.803)
Resultado da carteira de câmbio		(45.615)	(8.925)	(213.956)	84.798
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	22.1	<b>5.496.873</b>	<b>4.133.330</b>	<b>13.945.385</b>	<b>16.792.988</b>
Resultado com equivalência patrimonial	9.1	(2.342)	7.679	(30.321)	74.515
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		(366.461)	(117.007)	(957.409)	(519.628)
Receita de dividendos	7.2.2	566.320	1.715.808	3.528.944	5.398.836
Receita de juros sobre capital próprio	7.2.2	517.069	513.420	1.191.125	1.168.754
Resultado com alienações de títulos de renda variável	9.6	-	120.985	50	121.691
Resultado com derivativos - renda variável	7.5.3	16.095	(592)	176.819	(78)
Resultado com fundos de investimento		102.467	70.428	422.815	477.523
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		-	-	3.883	123.012
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	18	(55.300)	(58.349)	(140.207)	(172.887)
Despesas tributárias		(347.421)	(340.680)	(868.769)	(1.112.635)
Despesas com pessoal		(810.728)	(646.808)	(2.253.890)	(1.981.067)
Despesas administrativas		(134.411)	(98.196)	(367.054)	(301.161)
Outras receitas operacionais		114.043	105.131	2.027.975	349.510
Outras despesas operacionais		(244.869)	(596.693)	(562.737)	(1.210.664)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>4.851.335</b>	<b>4.808.456</b>	<b>16.116.609</b>	<b>19.208.709</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.1	(487.817)	(1.650.961)	(4.989.085)	(4.935.614)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17.1	(354.739)	875.658	1.842.508	2.345.648
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>4.008.779</b>	<b>4.033.153</b>	<b>12.970.032</b>	<b>16.618.743</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Três meses findos		Nove meses findos	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>4.008.779</b>	<b>4.033.153</b>	<b>12.970.032</b>	<b>16.618.743</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>				
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado</b>	<b>(18.738)</b>	<b>72.758</b>	<b>(17.588)</b>	<b>94.013</b>
Participação no resultado abrangente de coligadas				
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes	12.569	(17.159)	28.847	(17.855)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(31.307)	89.917	(46.435)	111.868
<b>Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado</b>	<b>1.795.531</b>	<b>3.421.214</b>	<b>2.565.526</b>	<b>4.053.478</b>
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais designados VJORA	2.991.102	3.273.908	5.997.900	3.416.987
Efeito fiscal	(1.049.038)	205.040	(1.651.558)	(341.732)
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	(80.125)	(19.164)	(1.856.790)	1.124.946
Efeito fiscal	(66.408)	(38.570)	75.974	(146.723)
<b>Total de Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>1.776.793</b>	<b>3.493.972</b>	<b>2.547.938</b>	<b>4.147.491</b>
<b>Resultado Abrangente do período</b>	<b>5.785.572</b>	<b>7.527.125</b>	<b>15.517.970</b>	<b>20.766.234</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Instrumento elegível a capital principal	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes		Resultados acumulados não apropriados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Ativos próprios	Ativos de coligadas		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>90.650.760</b>	<b>8.731.760</b>	<b>10.619.995</b>	<b>201.355</b>	<b>8.323.174</b>	<b>23.713.901</b>	<b>26.403.327</b>	<b>319.277</b>	<b>(2.790.039)</b>	<b>166.173.510</b>
Aumento de Capital	8.323.174				(8.323.174)					
Dividendos complementares						(1.627.561)				(1.627.561)
Juros sobre o capital próprio complementares						(3.648.559)				(3.648.559)
Outros resultados abrangentes							4.053.478	94.013		4.147.491
Realização de instrumentos patrimoniais designados							(112.189)		112.189	-
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal									(262.905)	(262.905)
Lucro líquido do período									16.618.743	16.618.743
<b>Saldo em 30 de setembro de 2024</b>	<b>98.973.934</b>	<b>8.731.760</b>	<b>10.619.995</b>	<b>201.355</b>		<b>18.437.781</b>	<b>30.344.616</b>	<b>413.290</b>	<b>13.677.988</b>	<b>181.400.719</b>
Mutações no período	8.323.174				(8.323.174)	(5.276.120)	3.941.289	94.013	16.468.027	15.227.209
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>98.973.934</b>	<b>8.731.760</b>	<b>11.939.378</b>	<b>201.355</b>	<b>10.027.309</b>	<b>16.095.676</b>	<b>30.290.537</b>	<b>433.922</b>	<b>(5.962.667)</b>	<b>170.731.204</b>
Aumento de Capital	10.027.309	-	-	-	(10.027.309)	-	-	-	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(839.609)	-	-	-	(839.609)
Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	(7.934.286)	-	-	-	(7.934.286)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	2.565.526	(17.588)	-	2.547.938
Realização de instrumentos patrimoniais designados	-	-	-	-	-	-	(917.761)	-	917.761	-
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	-	-	-	-	-	(202.514)	(202.514)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	12.970.032	12.970.032
<b>Saldo em 30 de setembro de 2025</b>	<b>109.001.243</b>	<b>8.731.760</b>	<b>11.939.378</b>	<b>201.355</b>	<b>-</b>	<b>7.321.781</b>	<b>31.938.302</b>	<b>416.334</b>	<b>7.722.612</b>	<b>177.272.765</b>
Mutações no período	10.027.309	-	-	-	(10.027.309)	(8.773.895)	1.647.765	(17.588)	13.685.279	6.541.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.



## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	30/09/2025	30/09/2024
<b>Atividades operacionais</b>		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	16.116.609	19.208.709
<b>Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais</b>	<b>3.252.099</b>	<b>1.258.662</b>
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito	2.308.088	925.803
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	140.207	172.887
Resultado com equivalência patrimonial	30.321	(74.515)
Resultado com derivativos - renda variável	(176.819)	78
Depreciação	14.223	13.729
Juros e atualização monetária de obrigações por emissão de debêntures e letras de crédito do agronegócio	18.318	108.491
Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	917.761	112.189
<b>Variação de ativos e obrigações</b>	<b>(16.198.291)</b>	<b>(38.409.600)</b>
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	(26.250.255)	(25.015.073)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	(33.733.647)	(48.061.895)
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	1.369.625	190.800
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por emissão de letras de créditos	15.183.200	-
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	3.820.571	19.610.961
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento	25.025.304	11.747.827
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por instrumentos elegíveis ao capital principal	202.512	262.903
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(700.420)	2.359.170
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(1.115.181)	495.707
<b>Caixa gerado (consumido) nas operações</b>	<b>3.170.417</b>	<b>(17.942.229)</b>
. Juros pagos de obrigações por emissão de letras de crédito	(255.038)	-
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(2.689.720)	(2.366.798)
. Juros pagos de obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento	(543.175)	(108.399)
. Juros pagos de Instrumentos elegíveis ao capital principal	(364.521)	(340.113)
. IR e CSLL pagos	(6.872.229)	(2.797.479)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>(7.554.266)</b>	<b>(23.555.018)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
. Adição em investimentos em coligadas	(4.469)	-
. Recebimento pela venda de investimentos em coligadas	-	44.536
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	19.957	23.473
. Adições ao imobilizado	(81.801)	(1.489)
. Adições ao intangível	(4)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(66.317)</b>	<b>66.520</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	21.456.976	26.251.492
. Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(13.344.394)	(10.083.158)
. Captações por emissão de letras de crédito do agronegócio	-	2.408.354
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(114.323)	(150.607)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>7.998.259</b>	<b>18.426.081</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>377.676</b>	<b>(5.062.417)</b>
<b>Modificação na posição financeira</b>		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.103.192	37.639.750
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota explicativa nº 5)	40.480.868	32.577.333
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>377.676</b>	<b>(5.062.417)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional.

### Objetivos e atuação

O BNDES é o principal instrumento do Governo Federal, seu único acionista, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira. Opera desde 1952 e é um dos maiores Bancos de Desenvolvimento do mundo.

O Sistema BNDES é formado por três empresas: o BNDES e suas subsidiárias – a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que atua no mercado de capitais, e a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. (Finame), dedicada ao fomento da produção e da comercialização de máquinas e equipamentos.

Sua atuação ocorre por meio de financiamento e crédito; concessão de recursos não reembolsáveis; prestação de garantias; serviços; e participações e títulos; além de produção de conhecimento. Disponibiliza produtos, programas e fundos, conforme a modalidade e a característica das operações.

O apoio a cada projeto é avaliado com foco em seu potencial de geração de impacto social, ambiental e econômico para o país, direto ou indireto.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificadas por meio do seu site na internet ([www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)).



## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

### 2.1. Aprovação para emissão, moeda funcional e de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas ("Demonstrações Financeiras") foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 06 de novembro de 2025. O Conselho de Administração do BNDES, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente favoravelmente à sua emissão em 12 de novembro de 2025.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES e de suas controladas é o Real (R\$) e as informações são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

### 2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

#### 2.2.1. Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* - IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC) que estavam em vigor em 30 de setembro de 2025.

Conforme a Resolução CMN nº 4.818/2020, a partir de 1º de janeiro de 2022, todas as demonstrações financeiras consolidadas divulgadas pelas instituições financeiras, inclusive aquelas elaboradas em períodos inferiores a 1 ano, deverão seguir o padrão internacional emitido pelo IASB.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações financeiras utilizadas na gestão do BNDES.

#### 2.2.2. Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

## 2.3. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas Demonstrações Financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das Demonstrações Financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

## 2.4. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas destas Demonstrações Financeiras, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do IASB e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das principais práticas contábeis aplicadas e estimativas gerais significativas pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 31.

## 2.5. Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

- BNDES Participações S.A. - BNDESPAR;
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - Finame;
- Fundo BB Gaia - Fundo de Investimento de Renda Fixa;
- Fundo BB Gaia II - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia); e
- Fundo BB Gaia III – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia, como o Fundo BB Gaia II).

## 2.6. Programa Brasil Soberano

O BNDES integra os esforços do Governo Federal para apoiar empresas exportadoras brasileiras afetadas pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos (o chamado "tarifaço"). Para isso, foram estruturadas medidas emergenciais de crédito e de garantia.

No âmbito do crédito, foram constituídos dois programas emergenciais: o Programa BNDES Brasil Soberano Crédito Emergencial, com até R\$ 30 bilhões provenientes do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), e o Programa BNDES Crédito Emergencial Complementar – Exportação, com R\$ 10 bilhões de recursos próprios do BNDES.

Além disso, o Banco trabalha para viabilizar a concessão de garantias por meio do Programa Emergencial de Acesso a Crédito Solidário – o PEAC-FGI Solidário. O planejamento prevê o aporte de R\$ 2 bilhões adicionais no Programa, capazes de alavancar cerca de R\$ 20 bilhões em crédito.

Maiores informações sobre as operações do BNDES podem ser encontradas no site <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/emergenciais/brasil-soberano>.

### 3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

#### 3.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de setembro de 2025

A implementação citada a seguir não apresentou impacto significativo nestas Demonstrações Financeiras.

##### Alterações na IAS 21 – Ausência de Permutabilidade

Orientações para a definição de taxa de câmbio a ser utilizada quando o preço à vista de uma transação não é observável, inexistindo capacidade de conversão de uma moeda por outra, assim como novos requisitos de divulgação para evidenciar o impacto do uso de uma taxa de câmbio estimada. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025.

#### 3.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

##### Emissão do IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

Nova norma que substitui a norma IAS 1 e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas. A Administração está avaliando os impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2027.

##### Emissão do IFRS 19 – Subsidiárias em Responsabilidade Pública: Divulgações

Norma específica para subsidiárias que simplifica e reduz o nível exigido de divulgação. A Administração está avaliando os impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2027.

##### Alterações no IFRS 7 e IFRS 9 – Emendas a classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

Alterações que esclarecem os requisitos em áreas específicas debatidas no mercado introduziu requisitos adicionais para aumentar a transparência para os investidores. A Administração está avaliando os possíveis impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2026.

## 4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A seguir apresentamos, de forma centralizada, as divulgações para os instrumentos financeiros do Sistema BNDES, exigidas pelas normas IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 13 – Mensuração do valor justo.

Informações adicionais podem ser encontradas nas notas explicativas específicas de cada instrumento financeiro, assim como na Nota Explicativa nº 25 sobre gestão de riscos.

### 4.1. Categoria de instrumentos financeiros

#### 4.1.1. Ativos e passivos financeiros

	30/09/2025				
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Instrumentos patrimoniais designados no reconhecimento inicial	Custo Amortizado	Total
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	40.480.868	40.480.868
Títulos Públicos	131.578.361	8.509.789	-	43.601	140.131.751
Ações	-	-	76.712.860	-	76.712.860
Debêntures	1.189	683.025	-	41.531.444	42.215.658
Fundos mútuos de investimentos	1.856.556	-	2.845.569	-	4.702.125
Títulos de renda fixa no exterior	5	5.024.752	-	1.871.125	6.895.882
Derivativos	2.098.749	-	-	-	2.098.749
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	572.492.151	572.492.151
Outros ativos financeiros	-	-	-	2.880.221	2.880.221
<b>Total</b>	<b>135.534.860</b>	<b>14.217.566</b>	<b>79.558.429</b>	<b>659.299.410</b>	<b>888.610.265</b>

  

	30/09/2025		
	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Passivos financeiros</b>			
Obrigações por depósitos	-	4.554.725	4.554.725
Obrigações por operações compromissadas	-	33.753.300	33.753.300
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	-	27.607.856	27.607.856
Obrigações por empréstimos e repasses	-	67.861.367	67.861.367
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	95.924.798	95.924.798
Derivativos	1.236.612	-	1.236.612
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	186.007	186.007
Dívida subordinada	-	465.350.413	465.350.413
Outros passivos financeiros	-	3.552.163	3.552.163
<b>Total</b>	<b>1.236.612</b>	<b>698.790.629</b>	<b>700.027.241</b>

Devido à atualização do Modelo de negócios do Sistema BNDES, em 1º de janeiro de 2025 houve a reclassificação de debêntures com características de concessão de crédito, antes mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, para a categoria custo amortizado, no montante de R\$ 21.363.248. O efeito em decorrência desta reclassificação foi um aumento de R\$ 2.519.351 no ativo em contrapartida de outros resultados abrangentes.

	31/12/2024				
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total Valor justo	Custo Amortizado	Total
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	40.103.192	40.103.192
Títulos públicos	92.346.006	10.901.998	103.248.004	48.742	103.296.746
Ações	-	75.192.206	75.192.206	-	75.192.206
Debêntures	-	22.076.352	22.076.352	13.161.029	35.237.381
Fundos mútuos de investimentos	2.127.604	2.525.224	4.652.828	-	4.652.828
Títulos de renda fixa no exterior	8	5.428.391	5.428.399	3.624.069	9.052.468
Derivativos	1.452.852	-	1.452.852	-	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	553.454.931	553.454.931
Outros ativos financeiros	-	-	-	4.632.122	4.632.122
<b>Total</b>	<b>95.926.470</b>	<b>116.124.171</b>	<b>212.050.641</b>	<b>615.024.085</b>	<b>827.074.726</b>

	31/12/2024			
	Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo amortizado	Total
<b>Passivos financeiros</b>				
Obrigações por depósitos	-	-	4.885.747	4.885.747
Obrigações por operações compromissadas	-	-	34.453.720	34.453.720
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos do agronegócio	-	-	12.775.699	12.775.699
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	112.572.884	112.572.884
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	-	25.601.778	25.601.778
Derivativos	74.005	74.005	-	74.005
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	348.016	348.016
Dívida subordinada	-	-	443.893.437	443.893.437
Outros passivos financeiros	-	-	9.301.329	9.301.329
<b>Total</b>	<b>74.005</b>	<b>74.005</b>	<b>643.832.610</b>	<b>643.906.615</b>



## 4.1.2. Receitas e despesas dos instrumentos financeiros

	30/09/2025			
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>12.372.612</b>	<b>46.054</b>	<b>38.536.649</b>	<b>50.955.315</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	32.998.386	32.998.386
Resultado com títulos e valores mobiliários	12.372.612	46.054	4.694.637	17.113.303
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	843.626	843.626
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	<b>(5.071.008)</b>	<b>110.619</b>	<b>(32.049.541)</b>	<b>(37.009.930)</b>
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	(29.416.878)	(29.416.878)
Resultados com derivativos - câmbio e taxa de juros	(5.071.008)	-	-	(5.071.008)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	110.619	(2.418.707)	(2.308.088)
Resultado da carteira de câmbio	-	-	(213.956)	(213.956)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>7.301.604</b>	<b>156.673</b>	<b>6.487.108</b>	<b>13.945.385</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>596.838</b>	<b>4.726.790</b>	<b>(957.409)</b>	<b>4.362.336</b>
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	(957.409)	(957.409)
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	-	4.720.069	-	4.720.069
Resultado com alienações de títulos de renda variável	-	42	-	42
Resultado de derivativos - renda variável	176.819	-	-	176.819
Resultado com fundos de investimento	420.019	2.796	-	422.815
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	-	3.883	-	3.883

	30/09/2024					
	Ativos financeiros			Passivos financeiros		Total
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>4.263.560</b>	<b>3.725.870</b>	<b>42.346.951</b>	-	-	<b>50.336.381</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	39.650.214	-	-	39.650.214
Resultado com títulos e valores mobiliários	4.263.560	3.725.870	1.995.532	-	-	9.984.962
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	701.205	-	-	701.205
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	<b>5.305.942</b>	<b>28.802</b>	<b>(869.807)</b>	<b>(1.090.486)</b>	<b>(36.917.844)</b>	<b>(33.543.393)</b>
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	-	-	(36.917.844)	(36.917.844)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	5.305.942	-	-	(1.090.486)	-	4.215.456
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	28.802	(954.605)	-	-	(925.803)
Resultado da carteira de câmbio	-	-	84.798	-	-	84.798
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>9.569.502</b>	<b>3.754.672</b>	<b>41.477.144</b>	<b>(1.090.486)</b>	<b>(36.917.844)</b>	<b>16.792.988</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>455.068</b>	<b>6.714.786</b>	<b>261.228</b>	<b>(1.717)</b>	<b>(780.856)</b>	<b>6.648.509</b>
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	261.228	-	(780.856)	(519.628)
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	-	6.567.590	-	-	-	6.567.590
Resultado com alienações de título de renda variável	90	-	-	-	-	90
Resultado com derivativos - renda variável	1.639	-	-	(1.717)	-	(78)
Resultado com fundos de investimento	453.339	24.184	-	-	-	477.523
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	-	123.012	-	-	-	123.012

## 4.2. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

	30/09/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa <sup>(1)</sup>	40.480.868	40.480.868	40.103.192	40.103.192
Títulos públicos <sup>(1)</sup>	43.601	43.601	48.742	48.742
Debêntures <sup>(2)</sup>	41.531.444	38.669.595	13.161.029	12.167.206
Títulos de renda fixa no exterior <sup>(3)</sup>	1.871.125	1.854.375	3.624.069	3.606.486
Operações de crédito e repasses interfinanceiros <sup>(2)</sup>	572.492.151	484.300.916	553.454.931	443.518.572
Outros ativos financeiros	2.880.221	2.880.221	4.632.122	4.632.122
<b>Total</b>	<b>659.299.410</b>	<b>568.229.576</b>	<b>615.024.085</b>	<b>504.076.320</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado <sup>(4)</sup></b>				
Obrigações por depósitos	4.554.725	4.554.725	4.885.747	4.885.747
Obrigações por operações compromissadas	33.753.300	33.753.300	34.453.720	34.453.720
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de crédito do agronegócio	27.607.856	27.607.856	12.775.699	12.775.699
Obrigações por empréstimos e repasses	67.861.367	67.861.367	112.572.884	112.572.884
Fundos financeiros e de desenvolvimento	95.924.798	95.924.798	25.601.778	25.601.778
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	186.007	186.007	348.016	348.016
Dívidas subordinadas	465.350.413	465.350.413	443.893.437	443.893.437
Outros passivos financeiros	3.552.163	3.552.163	9.301.329	9.301.329
<b>Total</b>	<b>698.790.629</b>	<b>698.790.629</b>	<b>643.832.610</b>	<b>643.832.610</b>

<sup>(1)</sup> O custo amortizado é uma aproximação razoável do valor justo destes ativos.

<sup>(2)</sup> Valor justo estimado no nível 3 da hierarquia de valor justo.

<sup>(3)</sup> Valor justo estimado no nível 2 da hierarquia de valor justo.

<sup>(4)</sup> Os saldos contábeis dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam dos seus valores justos correspondentes, conforme justificativa descrita na Nota Explicativa nº 31.1.6.

### 4.3. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros mensurados a valor justo de forma recorrente, classificados pelos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo.

	30/09/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado				
Títulos públicos	131.578.361	-	-	131.578.361
Debêntures	-	-	1.189	1.189
Títulos de renda fixa no exterior	5	-	-	5
Fundos mútuos de investimentos	-	-	1.856.556	1.856.556
Derivativos	-	1.921.211	177.538	2.098.749
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	8.509.789	-	-	8.509.789
Ações	73.883.117	50.276	2.779.467	76.712.860
Debêntures	402.753	84.955	195.317	683.025
Fundos mútuos de investimentos	44.625	-	2.800.944	2.845.569
Títulos de renda fixa no exterior	5.024.752	-	-	5.024.752
<b>Total</b>	<b>219.443.402</b>	<b>2.056.442</b>	<b>7.811.011</b>	<b>229.310.855</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Derivativos	-	1.236.612	-	1.236.612
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.236.612</b>	<b>-</b>	<b>1.236.612</b>

	31/12/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado				
Títulos públicos	92.346.006	-	-	92.346.006
Títulos de renda fixa no exterior	8	-	-	8
Fundos mútuos de investimentos	411.698	-	1.715.906	2.127.604
Derivativos	-	1.452.067	785	1.452.852
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	10.901.998	-	-	10.901.998
Ações	72.023.640	33.241	3.135.325	75.192.206
Debêntures	6.297.584	727.752	15.051.016	22.076.352
Fundos mútuos de investimentos	35.888	-	2.489.336	2.525.224
Títulos de renda fixa no exterior	5.428.391	-	-	5.428.391
<b>Total</b>	<b>187.445.213</b>	<b>2.213.060</b>	<b>22.392.368</b>	<b>212.050.641</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Derivativos	-	74.005	-	74.005
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>74.005</b>	<b>-</b>	<b>74.005</b>

#### 4.3.1. Transferências entre o Nível 1 e o Nível 2

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros que tiveram ativos reclassificados entre os níveis 1 e 2, comparando a posição no início e no final do período. Os valores apresentados correspondem aos saldos dos ativos reclassificados na data-base indicada.

	30/09/2025		31/12/2024	
	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	8.813	-	31.057	84.909
Debêntures Simples	-	314.421	95.085	-

As razões para essas transferências, bem como a política da entidade para determinar o momento em que ocorrem as transferências entre níveis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 31.1.6.

#### 4.3.2. Conciliação dos saldos do Nível 3

	30/09/2025						
	Valor justo por meio do resultado			Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Total
	Debêntures	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos	
Saldo no início do exercício	-	1.715.906	785	15.051.016	3.135.325	2.489.336	22.392.368
Transferências de VJORA para VJR	838	-	-	(838)	-	-	-
Transferências para Custo Amortizado	-	-	-	(14.867.958)	-	-	(14.867.958)
Transferências do Nível 3	-	-	-	-	(59.942)	-	(59.942)
Transferências para Nível 3	-	-	-	25.242	9.452	-	34.694
Ganhos (perdas) incluídos no/em:							
Resultado do período	351	217.135	15.726	12.768	-	-	245.980
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(2.947)	(423.094)	103.989	(322.052)
Aquisições	-	273.324	161.109	-	117.726	353.990	906.149
Alienações/resgates/amortizações	-	(349.809)	(82)	(21.966)	-	(146.371)	(518.228)
Saldo no final do período	1.189	1.856.556	177.538	195.317	2.779.467	2.800.944	7.811.011

	30/09/2024					
	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Total
	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos	
Saldo no início do exercício	1.592.142	983	12.684.263	3.434.839	2.069.633	19.781.860
Transferências do Nível 3	-	-	(163.794)	-	-	(163.794)
Transferências para Nível 3	-	-	236.719	-	-	236.719
Ganhos (perdas) incluídos no/em:						
Resultado do período	131.431	(77)	-	-	-	131.354
Outros resultados abrangentes	-	-	3.200.586	(124.867)	58.538	3.134.257
Aquisições	202.803	-	-	-	315.542	518.345
Alienações/resgates/amortizações	(239.606)	-	(103.851)	-	(79.939)	(423.396)
Saldo no final do período	1.686.770	906	15.853.923	3.309.972	2.363.774	23.215.345

### 4.3.3. Informações sobre dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do Nível 3

Ativos	Variáveis não observáveis	30/09/2025	31/12/2024
Debêntures	Spread de risco de crédito	de 1,3% a 42,6%	de 1,3% a 36,3%
	Crescimento do Ebitda (média ponderada)	de 7,6% a 9,4%	de 6% a 9,2%
Ações	Taxas de desconto (média)	de 14,8% a 15,1%	de 14% a 15,4%
	Múltiplos	de 1x a 11,2x	de 1x a 10x
Bônus de subscrição	Volatilidades	de 0,25 a 0,65	de 0,63 a 0,8

### Sensibilidade a mudanças em dados não observáveis significativos

Os dados não observáveis foram agregados em três categorias apresentadas na tabela a seguir, a qual evidencia a sensibilidade a alterações para cenários selecionados.

Variáveis não observáveis	Cenários	30/09/2025		31/12/2024	
		Impacto no resultado	Impacto no patrimônio	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio
Taxas de Juros/spreads de risco de crédito	Cenário I	-	(7.922)	-	(1.049.091)
	Cenário II	-	(35.260)	-	(4.525.796)
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	Cenário I	(171.716)	(559.361)	(129.470)	(559.191)
	Cenário II	(429.291)	(1.398.404)	(323.676)	(1.397.978)
Volatilidade de ações	Cenário I	-	(14.191)	-	(176)
	Cenário II	-	(28.244)	-	(198)

Na mensuração da sensibilidade, são utilizados os seguintes cenários:

Variáveis não observáveis	Cenário I	Cenário II
Taxas de Juros/spreads de risco de crédito	aumento de 1 p.p. nas taxas	aumento de 5 p.p. nas taxas
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	redução de 10% nos valores dos ativos	redução de 25% nos valores dos ativos
Volatilidade de ações	aplicação de volatilidade muito baixa (0,20)	aplicação de volatilidade extremamente baixa (0,15)

#### 4.4. Exposição bruta cambial dos instrumentos financeiros

	30/09/2025					
	R\$	US\$	EUR	YUAN	CESTA <sup>(1)</sup>	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	39.322.735	1.158.133	-	-	-	40.480.868
Títulos e valores mobiliários	249.703.427	20.954.849	-	-	-	270.658.276
Derivativos	(239.185)	2.337.934	-	-	-	2.098.749
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	507.647.796	64.505.808	30.009	-	308.538	572.492.151
Outros ativos financeiros	1.939.042	941.179	-	-	-	2.880.221
<b>Total</b>	<b>798.373.815</b>	<b>89.897.903</b>	<b>30.009</b>	<b>-</b>	<b>308.538</b>	<b>888.610.265</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Obrigações por depósitos	4.554.725	-	-	-	-	4.554.725
Obrigações por operações compromissadas	33.753.300	-	-	-	-	33.753.300
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	27.607.856	-	-	-	-	27.607.856
Derivativos	792.884	443.728	-	-	-	1.236.612
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	186.007	-	-	-	-	186.007
Obrigações por empréstimos e repasses	15.517.387	48.581.861	-	3.762.119	-	67.861.367
Fundos financeiros e de desenvolvimento	95.924.798	-	-	-	-	95.924.798
Dívidas subordinadas	433.991.376	30.256.521	1.102.516	-	-	465.350.413
Outros passivos financeiros	3.552.163	-	-	-	-	3.552.163
<b>Total</b>	<b>615.880.496</b>	<b>79.282.110</b>	<b>1.102.516</b>	<b>3.762.119</b>	<b>-</b>	<b>700.027.241</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>182.493.319</b>	<b>10.615.793</b>	<b>(1.072.507)</b>	<b>(3.762.119)</b>	<b>308.538</b>	<b>188.583.024</b>

<sup>(1)</sup> Cesta de moedas – UMBNDES.

	31/12/2024					
	R\$	US\$	EUR	YUAN	CESTA <sup>(1)</sup>	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	39.057.059	1.046.133	-	-	-	40.103.192
Títulos e valores mobiliários	222.273.160	5.158.469	-	-	-	227.431.629
Derivativos	89.197	1.363.655	-	-	-	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	488.635.652	64.365.033	35.550	-	418.696	553.454.931
Outros ativos financeiros	3.496.123	1.135.999	-	-	-	4.632.122
<b>Total</b>	<b>753.551.191</b>	<b>73.069.289</b>	<b>35.550</b>	<b>-</b>	<b>418.696</b>	<b>827.074.726</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Obrigações por depósitos	4.885.747	-	-	-	-	4.885.747
Obrigações por operações compromissadas	34.453.720	-	-	-	-	34.453.720
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	12.775.699	-	-	-	-	12.775.699
Derivativos	68.553	5.452	-	-	-	74.005
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	348.016	-	-	-	-	348.016
Obrigações por empréstimos e repasses	59.337.036	51.969.467	-	1.266.381	-	112.572.884
Fundos financeiros e de desenvolvimento	25.601.778	-	-	-	-	25.601.778
Dívidas subordinadas	405.142.060	38.071.061	680.316	-	-	443.893.437
Outros passivos financeiros	9.301.329	-	-	-	-	9.301.329
<b>Total</b>	<b>551.913.938</b>	<b>90.045.980</b>	<b>680.316</b>	<b>1.266.381</b>	<b>-</b>	<b>643.906.615</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>201.637.253</b>	<b>(16.976.691)</b>	<b>(644.766)</b>	<b>(1.266.381)</b>	<b>418.696</b>	<b>183.168.111</b>

<sup>(1)</sup> Cesta de moedas – UMBNDES.



## 4.5. Risco de liquidez

### Ativos financeiros por vencimento

30/09/2025									
	Sem vencimento	Vencidos	A vencer						Total
			Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	40.480.868	-	-	-	-	-	40.480.868
Títulos e valores mobiliários									
Títulos públicos	-	-	133.464.900	805.230	1.476.285	2.221.688	-	2.163.648	140.131.751
Ações	76.712.860	-	-	-	-	-	-	-	76.712.860
Debêntures	-	-	189.374	142.534	536.727	1.684.497	3.500.890	36.161.636	42.215.658
Fundos mútuos de investimentos	4.702.125	-	-	-	-	-	-	-	4.702.125
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	1.871.130	13.765	-	571.815	1.035.875	3.403.297	6.895.882,00
Derivativos	-	-	738.512	177.508	-	-	-	1.182.729	2.098.749
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	98.347.795	56.396.495	39.275.224	54.640.193	98.708.382	225.124.062	572.492.151
Outros ativos financeiros	345.017	-	1.647.568	887.636	-	-	-	-	2.880.221
<b>Total</b>	<b>81.760.002</b>	<b>-</b>	<b>276.740.147</b>	<b>58.423.168</b>	<b>41.288.236</b>	<b>59.118.193</b>	<b>103.245.147</b>	<b>268.035.372</b>	<b>888.610.265</b>

31/12/2024									
	Sem vencimento	Vencidos	A vencer						Total
			Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	40.103.192	-	-	-	-	-	40.103.192
Títulos e valores mobiliários									
Títulos públicos	-	-	96.615.556	1.806.531	763.478	2.314.698	-	1.796.483	103.296.746
Ações	75.192.206	-	-	-	-	-	-	-	75.192.206
Debêntures	-	-	282.988	121.441	604.604	1.683.171	3.275.190	29.269.987	35.237.381
Fundos mútuos de investimentos	2.525.224	-	2.127.604	-	-	-	-	-	4.652.828
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	1.878.224	1.745.853	15.619	34.790	1.708.737	3.669.245	9.052.468
Derivativos	-	-	183.978	123	374	-	-	1.268.377	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	3.619.902	83.556.207	68.341.422	70.493.009	87.500.228	116.846.710	123.097.453	553.454.931
Outros ativos financeiros	1.463.335	-	3.088.940	39.257	-	-	-	40.590	4.632.122
<b>Total</b>	<b>79.180.765</b>	<b>3.619.902</b>	<b>227.836.689</b>	<b>72.054.627</b>	<b>71.877.084</b>	<b>91.532.887</b>	<b>121.830.637</b>	<b>159.142.135</b>	<b>827.074.726</b>

## Passivos financeiros por vencimento

As tabelas a seguir demonstram os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

	30/09/2025						
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	784.995	699.320	630.637	1.023.432	1.403.715	564.448
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos							
Debêntures							
Emissões privadas	-	161.364	78.129	38.878	37.383	-	-
Letras de crédito do agronegócio	-	1.471.492	-	7.301.957	-	-	-
Letras de crédito de desenvolvimento	-	5.505.370	96.859	295.821	22.865.916	8.399.304	-
Derivativos	-	800.651	819.606	949.718	736.706	1.375.740	811.636
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	-	186.007	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses							
Empréstimos							
País	-	484.591	177.539	76.385	143.932	321.621	105.331
Repasses							
País	-	3.564.025	3.504.969	3.449.518	6.714.220	15.780.726	27.681.548
Exterior	-	6.525.609	5.978.029	7.655.708	6.959.127	12.086.587	6.498.808
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	5.021.093	6.372.919	5.738.390	8.685.337	11.892.739	10.222.277
Dívidas subordinadas	459.300.091	23.847.309	28.049.274	34.098.248	79.605.532	246.462.128	299.985.324
<b>Total</b>	<b>459.300.091</b>	<b>48.352.506</b>	<b>45.776.644</b>	<b>60.235.260</b>	<b>126.771.585</b>	<b>297.722.560</b>	<b>345.869.372</b>

	31/12/2024						
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	856.310	776.746	734.875	1.199.310	1.673.420	778.931
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras							
Debêntures							
Emissões privadas	-	169.376	141.605	64.333	63.715	-	-
Letras de crédito do agronegócio	-	2.650.987	-	-	-	-	-
Letras de crédito do desenvolvimento	-	5.412.766	93.111	277.746	8.043.920	-	-
Derivativos	-	206.699	219.341	219.099	309.914	635.098	413.027
Juros sobre instrumento elegível a capital principal	-	348.016	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses							
Empréstimos							
País	-	489.853	466.991	89.847	174.526	382.920	172.166
Repasses							
País	-	3.668.221	3.570.667	3.479.268	6.680.226	15.044.050	15.153.656
Exterior	-	4.161.220	6.940.712	6.465.920	7.715.874	11.651.451	7.260.131
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	1.087.928	1.091.758	1.109.130	2.245.365	5.704.899	6.534.666
Dívida subordinada	433.018.716	26.103.276	31.186.953	34.848.314	79.108.131	230.200.657	312.593.519
Outros passivos financeiros	-	116.717	116.717	116.717	233.434	350.151	-
<b>Total</b>	<b>433.018.716</b>	<b>45.271.369</b>	<b>44.604.601</b>	<b>47.405.249</b>	<b>105.774.415</b>	<b>265.642.646</b>	<b>342.906.096</b>

## 4.6. Exposição a risco de crédito

O quadro a seguir apresenta o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros classificados de acordo com a respectiva mensuração para perdas de crédito baseada no modelo de 3 estágios.

	30/09/2025				31/12/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>								
Operações de crédito e repasses								
Operações de Crédito	250.321.361	79.401.406	13.985.287	343.708.054	304.486.754	16.800.878	18.794.311	340.081.943
Repasses Interfinanceiros	234.339.488	2.535.346	2.784	236.877.618	222.077.403	-	2.784	222.080.187
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	96.621	-	432.933	529.554
Direitos recebíveis	635.266	4.592	2.206.666	2.846.524	884.528	-	3.528.204	4.412.732
Títulos e valores mobiliários								
Debêntures - Custo Amortizado	39.663.441	2.145.455	2.326.267	44.135.163	13.308.408	-	-	13.308.408
Debêntures - VJORA <sup>(1)</sup>	535.185	202.146	-	737.331	23.201.925	1.387.357	2.456.460	27.045.742
Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado	1.871.603	-	-	1.871.603	3.698.790	-	-	3.698.790
<b>Off Balance</b>								
Garantias financeiras prestadas	653.686	-	16.228	669.914	427.272	-	-	427.272
Compromissos de crédito	-	-	-	-	194.241.097	-	-	194.241.097
<b>Total</b>	<b>528.020.030</b>	<b>84.288.945</b>	<b>18.537.232</b>	<b>630.846.207</b>	<b>762.422.798</b>	<b>18.188.235</b>	<b>25.214.692</b>	<b>805.825.725</b>

<sup>(1)</sup> Para os instrumentos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), o montante apresentado equivale ao custo amortizado antes da provisão para perdas de crédito, sem considerar a marcação a mercado.

## Concentração por setor de atividade

	30/09/2025						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	40.480.868	-	40.480.868
Títulos e valores mobiliários	140.544.028	-	20.304	21.693	6.895.292	41.761.974	189.243.291
Derivativos	-	-	-	-	2.098.749	-	2.098.749
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	111.201.679	2.334.395	196.490.177	4.978.299	172.350.919	85.136.682	572.492.151
Outros ativos financeiros	387.111	-	-	-	-	2.493.110	2.880.221
<b>Total</b>	<b>252.132.818</b>	<b>2.334.395</b>	<b>196.510.481</b>	<b>4.999.992</b>	<b>221.825.828</b>	<b>129.391.766</b>	<b>807.195.280</b>

	31/12/2024						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	40.103.192	-	40.103.192
Títulos e valores mobiliários	110.578.809	-	14.255.491	7.564	9.052.460	13.692.271	147.586.595
Derivativos	-	-	-	-	1.452.067	785	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	107.891.780	2.200.427	185.993.813	3.679.321	160.863.308	92.826.282	553.454.931
Outros ativos financeiros	720.699	-	-	-	-	3.911.423	4.632.122
<b>Total</b>	<b>219.191.288</b>	<b>2.200.427</b>	<b>200.249.304</b>	<b>3.686.885</b>	<b>211.471.027</b>	<b>110.430.761</b>	<b>747.229.692</b>

A divulgação dos saldos de operações de crédito e repasses interfinanceiros por grupo de clientes significativos está apresentada na Nota Explicativa nº 6.1.3.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2025	31/12/2024
Disponibilidades	25.562	622.564
Aplicações interfinanceiras de liquidez <sup>(1)</sup>	40.455.306	39.480.628
Aplicações em operações compromissadas	38.988.192	38.192.370
Aplicações em moedas estrangeiras	1.132.764	1.288.258
Aplicações em depósitos interfinanceiros	334.350	-
<b>Total</b>	<b>40.480.868</b>	<b>40.103.192</b>

<sup>(1)</sup> Considerados como caixa e equivalentes de caixa somente para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

As aplicações interfinanceiras de liquidez concentram-se majoritariamente em operações compromissadas, que tratam de compras de títulos com compromisso de revenda no mercado de balcão em data futura.

## 6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO

	30/09/2025	31/12/2024
Operações de crédito	343.708.054	340.081.943
Repasse interfinanceiros	236.877.618	222.080.187
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	529.554
Direitos recebíveis	2.846.524	4.412.732
Créditos por avais e fianças honradas	17.959	-
Provisão para perdas de crédito	(11.124.731)	(13.595.019)
<b>Subtotal operações de crédito e repasses interfinanceiros</b>	<b>572.325.424</b>	<b>553.509.397</b>
Hedge da carteira de crédito	166.727	(54.466)
<b>Total operações de crédito e repasses interfinanceiros</b>	<b>572.492.151</b>	<b>553.454.931</b>
Debêntures	44.135.163	13.308.408
Provisão para perdas de crédito	(2.603.134)	(147.379)
<b>Subtotal títulos e valores mobiliários</b>	<b>41.532.029</b>	<b>13.161.029</b>
Hedge de títulos e valores mobiliários	(585)	-
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>	<b>41.531.444</b>	<b>13.161.029</b>
<b>Total de operações da carteira de crédito</b>	<b>614.023.595</b>	<b>566.615.960</b>
Circulante	98.520.573	87.176.109
Não circulante	515.503.022	479.439.851

### 6.1. Operações de crédito e Repasses interfinanceiros

#### 6.1.1. Operações de crédito - Operações diretas

As operações de crédito, cujo risco de crédito é assumido pelas empresas do Sistema BNDES, são realizadas de forma direta por meio de um roteiro de pedido de financiamento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do BNDES.

	30/09/2025	31/12/2024
Saldo Bruto	343.708.054	340.081.943
Provisão para perdas de crédito	(8.456.899)	(9.710.056)
<b>Subtotal</b>	<b>335.251.155</b>	<b>330.371.887</b>
Hedge da carteira de crédito	166.727	(54.466)
<b>Total</b>	<b>335.417.882</b>	<b>330.317.421</b>
Circulante	30.654.417	32.725.416
Não circulante	304.763.465	297.592.005

### 6.1.2. Repasses interfinanceiros - Operações indiretas

Pelo fato de o BNDES não dispor de agências bancárias, há parcerias com a rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que recursos do BNDES cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações de repasses interfinanceiros realizadas por meio dessas instituições são chamadas de Operações Indiretas.

Nessas operações, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de crédito. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também quem negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando regras e limites definidos pelo BNDES.

	30/09/2025	31/12/2024
Saldo bruto	236.877.618	222.080.187
Provisão para perdas de crédito	(470.104)	(415.253)
<b>Total</b>	<b>236.407.514</b>	<b>221.664.934</b>
Circulante	67.513.123	54.013.989
Não circulante	168.894.391	167.650.945

### 6.1.3. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	30/09/2025				31/12/2024			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	24.967.624	7,3%	44.566.864	18,9%	15.665.445	4,6%	29.655.793	13,4%
10 seguintes maiores clientes	74.401.214	21,6%	151.173.561	64,0%	65.768.540	19,3%	133.481.141	60,1%
20 seguintes maiores clientes	58.965.075	17,2%	38.604.895	16,4%	55.606.436	16,4%	53.400.358	24,0%
50 seguintes maiores clientes	67.454.384	19,6%	1.538.639	0,7%	71.427.005	21,0%	5.542.895	2,5%
100 seguintes maiores clientes	51.445.950	15,0%	-	-	55.538.107	16,3%	-	-
Demais clientes	66.473.807	19,3%	-	-	76.076.410	22,4%	-	-
<b>Total</b>	<b>343.708.054</b>	<b>100,0%</b>	<b>235.883.959</b>	<b>100,0%</b>	<b>340.081.943</b>	<b>100,0%</b>	<b>222.080.187</b>	<b>100,0%</b>

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

Os limites de exposição por cliente estão descritos na Nota Explicativa n.º 25.1.4

### 6.1.4. Recursos direcionados para aplicação no crédito rural

O BNDES está sujeito ao direcionamento de recursos para aplicação em operações de crédito rural em virtude de captações por meio de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), sendo a exigibilidade cumprida por meio de operações de financiamento.

Fonte de Recursos Obrigatórios	Volume para Cumprimento da Exigibilidade <sup>(1)</sup> (a)	Volume em Cumprimento da Exigibilidade <sup>(2)</sup> (b)	% Cumprimento da Exigibilidade <sup>(3)</sup> (b)/(a)
LCA – Letra de crédito do agronegócio	3.224.867	2.967.992	92%

<sup>(1)</sup> Apurado sobre os saldos médios diários das LCAs entre o primeiro dia útil do mês de junho e o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

<sup>(2)</sup> O período de cumprimento da exigibilidade para LCA tem início no primeiro dia útil do mês de julho e término no último dia útil do mês de junho do ano seguinte.

<sup>(3)</sup> O Manual de Crédito Rural, para o ano safra de 2025/2026, definiu o percentual de 60% para cumprimento da exigibilidade da Fonte LCA.

Não há previsão de custos por descumprimento das exigibilidades.

## 6.2. Direitos recebíveis e venda a prazo de títulos e valores mobiliários

	30/09/2025	31/12/2024
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	529.554
Provisão para perdas de crédito	-	(86.927)
	-	<b>442.627</b>
Direitos recebíveis	2.846.524	4.412.732
Provisão para perdas de crédito	(2.189.680)	(3.382.783)
	<b>656.844</b>	<b>1.029.949</b>
Créditos por avais e fianças honradas	17.959	-
Provisão para perdas de crédito	(8.048)	-
	<b>9.911</b>	-
<b>Total</b>	<b>666.755</b>	<b>1.472.576</b>
Circulante	180.255	436.704
Não circulante	486.500	1.035.872

## 6.3. Debêntures

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento conforme prevê o seu modelo de negócios.

	30/09/2025	31/12/2024
Saldo bruto	44.135.163	13.308.408
Provisão para perdas de crédito	(2.603.134)	(147.379)
<b>Subtotal</b>	<b>41.532.029</b>	<b>13.161.029</b>
Hedge de títulos e valores mobiliários	(585)	-
<b>Total</b>	<b>41.531.444</b>	<b>13.161.029</b>
Circulante	172.778	-
Não circulante	41.358.666	13.161.029



## 6.4. Provisão para perdas de crédito

Apresentamos a seguir a reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios, tanto para as operações da carteira de crédito como para os demais ativos financeiros e compromissos de crédito a liberar, sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável.

	30/09/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Operações de Crédito</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(2.647.012)</b>	<b>(1.771.552)</b>	<b>(5.291.492)</b>	<b>(9.710.056)</b>
(Constituição)/ reversão líquida	2.202.450	(1.975.662)	(2.849.074)	(2.622.286)
Transferência entre estágios	(677.062)	582.718	94.344	-
Baixas por desconhecimento	-	-	3.875.443	3.875.443
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(1.121.624)</b>	<b>(3.164.496)</b>	<b>(4.170.779)</b>	<b>(8.456.899)</b>
<b>Repasse Interfinanceiros</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(414.634)</b>	<b>-</b>	<b>(619)</b>	<b>(415.253)</b>
(Constituição)/ reversão líquida	229.372	(284.223)	-	(54.851)
Transferência entre estágios	(236.912)	236.912	-	-
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(422.174)</b>	<b>(47.311)</b>	<b>(619)</b>	<b>(470.104)</b>
<b>Venda a prazo de títulos e valores mobiliários</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(340)</b>	<b>-</b>	<b>(86.587)</b>	<b>(86.927)</b>
(Constituição)/ reversão líquida	340	-	(346.346)	(346.006)
Baixas por desconhecimento	-	-	432.933	432.933
<b>Saldo no final do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Direitos recebíveis</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(14.245)</b>	<b>-</b>	<b>(3.368.538)</b>	<b>(3.382.783)</b>
(Constituição)/ reversão líquida	4.128	(195)	(131.896)	(127.963)
Baixas por desconhecimento	-	-	1.321.066	1.321.066
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(10.117)</b>	<b>(195)</b>	<b>(2.179.368)</b>	<b>(2.189.680)</b>
<b>Créditos por avais e fianças honrados</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(Constituição)/ reversão líquida	-	-	(8.048)	(8.048)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.048)</b>	<b>(8.048)</b>
<b>Debêntures - Custo Amortizado</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(147.379)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(147.379)</b>
Reclassificação de categoria	244.413	126.373	2.177.039	2.547.825
(Constituição)/ reversão líquida	(529.226)	(203.674)	(4.270.680)	(5.003.580)
Transferência entre estágios	(24.991)	24.991	-	-
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(457.183)</b>	<b>(52.310)</b>	<b>(2.093.641)</b>	<b>(2.603.134)</b>
<b>Debêntures – VJORA</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(295.300)</b>	<b>(44.196)</b>	<b>(2.177.039)</b>	<b>(2.516.535)</b>
Reclassificação de categoria	(244.413)	(126.373)	(2.177.039)	(2.547.825)
(Constituição)/ reversão líquida	530.964	165.718	4.354.078	5.050.760
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(8.749)</b>	<b>(4.851)</b>	<b>-</b>	<b>(13.600)</b>
<b>Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(74.721)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(74.721)</b>
(Constituição)/ reversão líquida	74.243	-	-	74.243
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(478)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(478)</b>
<b>Total de provisão sobre ativos financeiros</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(3.593.631)</b>	<b>(1.815.748)</b>	<b>(10.924.275)</b>	<b>(16.333.654)</b>
(Constituição)/ reversão líquida	2.512.271	(2.298.036)	(3.251.966)	(3.037.731)
Transferência entre estágios	(938.965)	844.621	94.344	-
Baixas por desconhecimento	-	-	5.629.442	5.629.442
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(2.020.325)</b>	<b>(3.269.163)</b>	<b>(8.452.455)</b>	<b>(13.741.943)</b>
<b>Compromissos de crédito</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>				<b>(318.840)</b>
(Constituição)/ reversão líquida				318.840
<b>Saldo no final do período</b>				<b>-</b>

	30/09/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Operações de Crédito</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>1.583.113</b>	<b>216.479</b>	<b>5.780.775</b>	<b>7.580.367</b>
Constituição/ (reversão) líquida	487.938	55.150	1.561.067	2.104.155
Transferência entre estágios	263.120	(35.038)	(228.082)	-
Baixas por desconhecimento	-	-	(67.690)	(67.690)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>2.334.171</b>	<b>236.591</b>	<b>7.046.070</b>	<b>9.616.832</b>
<b>Repasse Interfinanceiros</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>314.615</b>	<b>10.079</b>	<b>632</b>	<b>325.326</b>
Constituição/ (reversão) líquida	44.241	(9.785)	34	34.490
Transferência entre estágios	294	(294)	-	-
Baixas por desconhecimento	-	-	(48)	(48)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>359.150</b>	<b>-</b>	<b>618</b>	<b>359.768</b>
<b>Venda a prazo de títulos e valores mobiliários</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>318</b>	<b>-</b>	<b>108.233</b>	<b>108.551</b>
Constituição/ (reversão) líquida	(32)	-	(21.646)	(21.678)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>286</b>	<b>-</b>	<b>86.587</b>	<b>86.873</b>
<b>Direitos recebíveis</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>267</b>	<b>-</b>	<b>4.069.181</b>	<b>4.069.448</b>
Constituição/ (reversão) líquida	14.747	-	(727.898)	(713.151)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>15.014</b>	<b>-</b>	<b>3.341.283</b>	<b>3.356.297</b>
<b>Debêntures - Custo Amortizado</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>21.884</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.884</b>
Constituição/ (reversão) líquida	96.908	-	-	96.908
<b>Saldo no final do período</b>	<b>118.792</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>118.792</b>
<b>Debêntures – VJORA</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>250.607</b>	<b>62.916</b>	<b>1.027.758</b>	<b>1.341.281</b>
Constituição/ (reversão) líquida	10.248	19.547	(58.597)	(28.802)
Transferência entre estágios	18.270	(18.270)	-	-
<b>Saldo no final do período</b>	<b>279.125</b>	<b>64.193</b>	<b>969.161</b>	<b>1.312.479</b>
<b>Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>475</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>475</b>
Constituição/ (reversão) líquida	69.022	-	-	69.022
<b>Saldo no final do período</b>	<b>69.497</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>69.497</b>
<b>Total de provisão sobre ativos financeiros</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>2.171.279</b>	<b>289.474</b>	<b>10.986.579</b>	<b>13.447.332</b>
Constituição/ (reversão) líquida	723.072	64.912	752.960	1.540.944
Transferência entre estágios	281.684	(53.602)	(228.082)	-
Baixas por desconhecimento	-	-	(67.738)	(67.738)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>3.176.035</b>	<b>300.784</b>	<b>11.443.719</b>	<b>14.920.538</b>
<b>Compromissos de crédito</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>				<b>163.830</b>
Constituição/ (reversão) líquida				63.179
<b>Saldo no final do período</b>				<b>227.009</b>

## Composição do resultado de provisão para perdas de crédito

	Três meses findos		Nove meses findos	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Reversão (constituição) de provisão sobre:				
Operações de crédito	(604.044)	(1.181.750)	(2.622.286)	(2.104.155)
Repasse interfinanceiros	(33.537)	(29.448)	(54.851)	(34.490)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	30	(346.006)	21.678
Direitos recebíveis	4.952	14.473	(127.963)	713.151
Créditos por avais e fianças honrados	450	-	(8.048)	-
Debêntures	86.996	(21.870)	47.180	(68.106)
Títulos de renda fixa no exterior	3.949	(69.386)	74.243	(69.022)
BNDES Serviços	(1.255)	-	(38.023)	-
Compromissos de crédito	-	63.031	318.840	(63.179)
<b>Total de reversão (constituição) de provisão</b>	<b>(542.489)</b>	<b>(1.224.920)</b>	<b>(2.756.914)</b>	<b>(1.604.123)</b>
Recuperação de créditos baixados	181.250	76.756	448.826	678.320
<b>Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito</b>	<b>(361.239)</b>	<b>(1.148.164)</b>	<b>(2.308.088)</b>	<b>(925.803)</b>

## 6.5. Créditos renegociados e recuperados

	Três meses findos		Nove meses findos	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Baixas para prejuízo <sup>(1)</sup>	4	961	63	67.738
Recuperação de créditos baixados	181.250	76.756	448.826	678.320
<b>Créditos renegociados</b>	<b>954.977</b>	<b>18.160.713</b>	<b>3.585.607</b>	<b>24.633.472</b>

<sup>(1)</sup> Todos os ativos baixados do Sistema BNDES estão sujeitos à atividade de execução.

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/09/2025				31/12/2024			
	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado (CA)	Total	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado (CA)	Total
	Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)			Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)		
Títulos públicos	131.578.361	8.509.789	43.601	140.131.751	92.346.006	10.901.998	48.742	103.296.746
Ações não coligadas	-	76.712.860	-	76.712.860	-	75.192.206	-	75.192.206
Debêntures <sup>(1)</sup>	1.189	683.025	41.531.444	42.215.658	-	22.076.352	13.161.029	35.237.381
Fundos mútuos de investimento	1.856.556	2.845.569	-	4.702.125	2.127.604	2.525.224	-	4.652.828
Títulos de renda fixa no exterior <sup>(1)</sup>	5	5.024.752	1.871.125	6.895.882	8	5.428.391	3.624.069	9.052.468
<b>Total</b>	<b>133.436.111</b>	<b>93.775.995</b>	<b>43.446.170</b>	<b>270.658.276</b>	<b>94.473.618</b>	<b>116.124.171</b>	<b>16.833.840</b>	<b>227.431.629</b>

<sup>(1)</sup> Os saldos de debêntures e títulos de renda fixa no exterior mensurados ao custo amortizado estão apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito, cuja movimentação está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

### 7.1. Títulos Públicos

	30/09/2025	31/12/2024
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Letras do Tesouro Nacional – LTN	52.505.343	20.143.516
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	69.495.122	65.746.444
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	2.689.489	6.229.454
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	6.888.407	226.592
	<b>131.578.361</b>	<b>92.346.006</b>
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	7.401.933	6.937.242
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	1.107.856	3.964.756
	<b>8.509.789</b>	<b>10.901.998</b>
<b>Custo amortizado</b>		
Notas do Tesouro Nacional – Série I – NTN-I	43.601	48.742
	<b>43.601</b>	<b>48.742</b>
<b>Total</b>	<b>140.131.751</b>	<b>103.296.746</b>
Circulante	133.464.900	96.615.556
Não circulante	6.666.851	6.681.190
<b>Resumo por tipo de carteira:</b>		
Carteira própria	107.220.315	78.779.833
Vinculados		
Compromissos de recompra	27.449.719	22.346.344
Prestação de Garantias	5.461.717	2.170.569

## 7.2. Ações não coligadas

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é representada, em sua maior parte, por ações de companhias sobre as quais o Sistema BNDES não exerce influência significativa, avaliadas pelo valor justo e classificados na categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA”.

As demais participações societárias, composta por investimentos em empresas coligadas sobre as quais a subsidiária integral BNDESPAR exerce influência significativa, estão demonstradas na Nota Explicativa n.º 9.

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações (*Brazilian Depositary Receipts - BDRs e units*) classificados na categoria VJORA, contendo a abertura das principais participações em empresas listadas em bolsa.

Empresas investidas	30/09/2025			Valor contábil	
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital total	30/09/2025	31/12/2024
	Ordinárias	Preferenciais			
<b>Nível 1</b>					
PETROBRAS <sup>(1)</sup>	-	1.035.459	8,03	32.534.113	37.452.543
JBS N.V. - BDRs <sup>(2)</sup>	199.312	-	17,97	15.886.491	16.799.847
ELETRONBRAS <sup>(3)</sup>	146.502	36.954	7,95	9.774.570	6.380.458
COPEL	131.162	524.646	21,99	8.345.810	5.877.350
EMBRAR	39.762	-	5,37	3.178.613	2.235.447
CEMIG	106.610	-	3,73	1.546.913	1.563.970
ENERGISA – UNITS	29.327	-	6,40	1.498.901	1.067.502
COPASA	13.160	-	3,46	455.189	270.297
EVE HOLDING. INC. - BDRs	15.464	-	4,44	320.876	-
BRAVA ENERGIA	8.939	-	1,93	160.717	209.433
<b>Subtotal Nível 1</b>				<b>73.702.193</b>	<b>71.856.847</b>
Outras empresas - Nível 1				180.924	166.793
<b>Total Nível 1</b>				<b>73.883.117</b>	<b>72.023.640</b>
<b>Nível 2</b>				<b>50.276</b>	<b>33.241</b>
<b>Nível 3</b>				<b>2.779.467</b>	<b>3.135.325</b>
<b>TOTAL</b>				<b>76.712.860</b>	<b>75.192.206</b>
Circulante				357	639.800
Não circulante				76.712.503	74.552.406

<sup>(1)</sup> Do total da participação de 8,03%, 1,05% é detido diretamente pelo BNDES (com 135.249 mil preferenciais) e 6,98% pela BNDESPAR (com 900.210 mil preferenciais). Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, todas as 135.249 mil ações preferenciais (PETR4) de titularidade do BNDES estão dadas em garantia a operações realizadas na [B3].

<sup>(2)</sup> Previamente à efetivação da operação de Dupla Listagem da JBS (vide detalhes a seguir), no terceiro trimestre de 2025 a BNDESPAR alienou 58.308 mil ações de emissão da JBS S.A., reduzindo sua participação acionária nessa investida de 20,81% para 18,18%. Posteriormente, em setembro de 2025 a BNDESPAR alienou 2.365 mil ações da JBS N.V., reduzindo sua participação na investida para 17,97%. O ganho apurado nessas operações foi de R\$ 479.161 e R\$ 16.745, respectivamente (vide Nota Explicativa n.º 7.2.1).

<sup>(3)</sup> Do total da participação de 7,95%, 4,02% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 3,93% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 71.956 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

## JBS – Dupla listagem

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de maio de 2025, os acionistas da JBS S.A. aprovaram a operação que resultou na dupla listagem de suas ações na bolsa de valores no Brasil e nos Estados Unidos (“Dupla listagem”).

A efetivação da Dupla Listagem ocorreu em 06 de setembro de 2025, através da incorporação das ações da JBS S.A. pela JBS N.V., considerando a relação de troca de 2:1, ou seja: cada 2 (duas) ações ordinárias da JBS S.A. foram convertidas em 1 (um) BDR, cada qual lastreado em 1 (uma) *Class A Share* (ação ordinária classe A) da JBS N.V.

A JBS N.V. é uma sociedade constituída de acordo com as leis da Holanda, registrada na CVM como emissora estrangeira com BDRs negociados na [B3]. Na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), a JBS N.V. é registrada como emissora estrangeira (*Foreign Private Issuer – “FPI”*) para listar suas ações Classe A na *New York Stock Exchange* - NYSE.

Nesse contexto, a BNDESPAR deixou de possuir ações da JBS S.A. e passou a ser acionista da JBS N.V. Nesse primeiro momento, o investimento da BNDESPAR na JBS N.V. estava representado por 201.677 mil BDRs, os quais foram cancelados em 09 de julho de 2025, quando então a BNDESPAR passou a deter diretamente 201.677 mil ações ordinárias classe A da JBS N.V., listadas na NYSE sob o ticker “JBS”, correspondentes à participação de 18,18% da BNDESPAR no capital total da JBS N.V.

Tal operação resultou em ganho de R\$ 1.383.502 reconhecido em lucros acumulados, correspondente ao ajuste a valor justo da participação na JBS S/A reconhecido em outros resultados abrangentes e realizado com o desreconhecimento desse ativo. O efeito total da operação, líquido de tributos, foi R\$ 634.043.

Em setembro de 2025 a BNDESPAR alienou 2.365 mil ações ordinárias classe A da JBS N.V, reduzindo sua participação para 17,97%.

### 7.2.1. Resultados com alienação de investimentos em ações não coligadas

O ganho com alienação de ações mensuradas ao valor justo é apurado pela receita de vendas, deduzida de despesas incorridas e do custo de aquisição das ações vendidas.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, o BNDES apurou ganho com alienações de ações classificadas como VJORA no valor e R\$ 452.304 (líquido de perdas na alienação de R\$ 44.614), sendo R\$ 16.745 no terceiro trimestre. Adicionalmente, foi reconhecido R\$ 1.383.502 em lucros acumulados em função do desreconhecimento do investimento na JBS S.A. no contexto da operação de Dupla listagem mencionada anteriormente. O efeito líquido de tributos de tais operações foi de R\$ 885.129 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024 o BNDES apurou ganho com alienações de ações classificadas como VJORA no valor e R\$ 130.746 (R\$ 82.202 líquido de efeitos tributários).

O ganho com alienações de ações VJORA líquido dos efeitos tributários foi transferido de “Outros resultados abrangentes” para “Lucros (prejuízos) Acumulados”.

A baixa de tais ativos (por venda e desreconhecimento) ocasionou a realização de seu ajuste a valor justo, reconhecido até então em outros resultados abrangentes, no montante total de R\$ 1.839.190 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025.



## 7.2.2. Receita de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) de investimentos em ações não coligadas

Empresas listadas em Bolsa	Três meses findos					
	30/09/2025			30/09/2024		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	208.046	487.703	695.749	663.157	427.388	1.090.545
Eletrobrás	328.948	-	328.948	-	-	-
JBS	-	-	-	923.323	-	923.323
Copel	-	-	-	45.430	63.611	109.041
Cemig	-	22.537	22.537	52.917	17.612	70.529
Copasa	-	5.889	5.889	329	4.319	4.648
Energisa	29.326	-	29.326	30.652	-	30.652
<b>Subtotal</b>	<b>566.320</b>	<b>516.129</b>	<b>1.082.449</b>	<b>1.715.808</b>	<b>512.930</b>	<b>2.228.738</b>
Outras empresas	-	940	940	-	490	490
<b>Total</b>	<b>566.320</b>	<b>517.069</b>	<b>1.083.389</b>	<b>1.715.808</b>	<b>513.420</b>	<b>2.229.228</b>

Empresas listadas em Bolsa	Nove meses findos					
	30/09/2025			30/09/2024		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	1.262.136	1.109.723	2.371.859	4.025.955	1.043.667	5.069.622
JBS <sup>(1)</sup>	1.303.637	-	1.303.637	923.322	-	923.322
Copel	282.249	-	282.249	74.852	63.611	138.463
Eletrobras	464.204	-	464.204	126.528	-	126.528
Cemig	70.236	64.938	135.174	72.785	48.024	120.809
Copasa	2.800	15.524	18.324	19.043	12.569	31.612
Energisa	85.048	-	85.048	30.652	-	30.652
Naturgy Brasil (ex CEG)	19.992	-	19.992	108.683	-	108.683
<b>Subtotal</b>	<b>3.490.302</b>	<b>1.190.185</b>	<b>4.680.487</b>	<b>5.381.820</b>	<b>1.167.871</b>	<b>6.549.691</b>
Outras empresas	38.642	940	39.582	17.016	883	17.899
<b>Total</b>	<b>3.528.944</b>	<b>1.191.125</b>	<b>4.720.069</b>	<b>5.398.836</b>	<b>1.168.754</b>	<b>6.567.590</b>

<sup>(1)</sup> Investimento desconhecido em 2025, conforme descrito na Nota Explicativa n.º 7.2.

O valor a receber de dividendos e JCP das ações VJORA estão apresentados na rubrica “Outros ativos financeiros ao custo amortizado” do balanço patrimonial, juntamente com os proventos decorrentes de investimento em ações de coligadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.1.

### 7.3. Debêntures

	30/09/2025	31/12/2024
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Valor ao custo amortizado	306.426	-
Ajuste ao valor de mercado	(305.237)	-
	<b>1.189</b>	<b>-</b>
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		
Valor ao custo amortizado	737.331	27.045.742
Ajuste ao valor de mercado	(54.306)	(4.969.390)
	<b>683.025</b>	<b>22.076.352</b>
<b>Custo amortizado <sup>(1)</sup></b>		
Valor ao custo amortizado	44.135.163	13.308.408
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.603.134)	(147.379)
Subtotal custo amortizado	<b>41.532.029</b>	<b>13.161.029</b>
Hedge de títulos e valores mobiliários	(585)	-
Total custo amortizado	<b>41.531.444</b>	<b>13.161.029</b>
<b>Total</b>	<b>42.215.658</b>	<b>35.237.381</b>
Circulante	189.374	282.988
Não circulante	42.026.284	34.954.393

<sup>(1)</sup> As debêntures mensuradas ao custo amortizado fazem parte das Operações da carteira de crédito, conforme apresentado na Nota Explicativa n.º 6.3.

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e possuem as seguintes características, dentre outras:

- (i) Setores apoiados pelo BNDES;
- (ii) Recursos captados destinados a investimentos em:
  - a) Projetos de infraestrutura;
  - b) Planos de negócio corporativos, com investimentos em: ativos fixos; capital de giro; pesquisa e desenvolvimento; fusões, incorporações e aquisições, nos casos em que os ganhos de escala e escopo advindos da consolidação sejam importantes para impulsionar o crescimento posterior; reestruturação e alongamento de dívidas; e outras finalidades, conforme o caso, desde que justificáveis para o desenvolvimento da sociedade emissora.

A atuação no mercado secundário segue os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que elas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

## 7.4. Fundos de investimento

As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data-base do balanço.

Fundo	Administrador	30/09/2025	31/12/2024
FUNDO GARANTIDOR BNDES-SEBRAE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	125.758	-
FIDC AGRO OPEN GROWTH SILOS RL	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100.458	-
PÁTRIA INFRA CRÉDITO FIDC	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	105.461	-
FIDC FUNTTEL PADTEC FIDC	Finvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	101.771	-
SRM EXODUS PME FIDC	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	412.590	365.203
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	310.977	310.573
VINCI Crédito Infra Institucional RF	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	345.447	310.482
LGEF II BRLGEF II BRASIL FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	266.719	227.460
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	257.156	267.633
Kinea Equity Infra I FIP	Kinea Private Equity Investimentos S.A.	299.621	162.650
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	225.463	242.734
Fundo Garantidor para Investimentos – FGI	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	238.832	241.712
CRIATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	119.566	144.620
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	123.640	86.690
ALAO V Brasil FIP	TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos LTDA	130.490	65.912
Avanti Multiestratégia FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	122.017	127.192
GEF LATAM Climate Solutions FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	96.305	65.470
Fundo BBI Financeira I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A	98.966	99.530
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	78.845	95.103
Pátria Crédito Estruturado FIDC	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	32.921	246.240
Brasil Agronegócio FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	77.233	118.440
CRIATEC FMIEE	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	32.233	75.533
Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR	Banco do Nordeste do Brasil S. A. – BNB	-	411.698
<b>Subtotal</b>		<b>3.702.469</b>	<b>3.664.875</b>
Outros		999.656	987.953
<b>Total</b>		<b>4.702.125</b>	<b>4.652.828</b>
Circulante		1.856.556	2.127.604
Não circulante		2.845.569	2.525.224

Em 21 de março de 2025, o Sistema BNDES aderiu ao leilão de recompra de cotas do FINOR realizado na Bolsa de Valores do Brasil [B³], alienando 588.139.991 mil cotas desse fundo. As cotas foram vendidas pelo valor de R\$ 1,06 (um real e nove centavos) por lote de mil cotas, cujo valor bruto de venda foi de R\$ 623.428.

## 7.5. Derivativos

O BNDES utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins de *hedge* financeiros ou contábil. Esses instrumentos têm como objetivo o gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa nº 31.1.4.

### 7.5.1. Composição

	Vencimentos	30/09/2025			31/12/2024	
		Valor de referência	Valor de mercado		Valor de mercado	
			Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Contratos swap						
Cambiais:						
Euro x USD	mai/36	37.008	44.135	(6.084)	-	(13.714)
Euro x R\$	nov/32	(1.715)	67.557	(42.538)	-	-
CNH x R\$	nov/27	(204.626)	217.629	(395.427)	88.412	(60.291)
Taxas de juros em US\$:						
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	476.508	997.259	(197.553)	1.363.655	-
Inflação:						
CDI x IPCA	nov/27	1.234	14.096	(14.682)	-	-
Subtotal		308.409	1.340.676	(656.284)	1.452.067	(74.005)
Contratos futuros (*)						
DI (posição vendida)	jan/26 a jan/35	(89.268.604)	-	-	-	-
USD (posição comprada)	out/25 a nov/25	2.185.945	-	-		
USD (posição vendida)	ago/25	-			-	-
DDI (posição comprada)	nov/25 a jan/31	7.899.566			-	-
DDI (posição vendida)	out/25 a jun/26	(2.120.479)				
DAP (posição comprada)	jan/26 a mai/55	23.733.520			-	-
DAP (posição vendida)	ago/30	(12.976)				
Subtotal		(57.583.028)			-	-
Contratos a termo						
Títulos públicos			580.535	(580.328)	-	-
Subtotal			580.535	(580.328)	-	-
Opções	Precificação					
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Simulação de Monte Carlo e Black-Scholes		177.538	-	785	-
Subtotal			177.538	-	785	-
Total			2.098.749	(1.236.612)	1.452.852	(74.005)
Circulante			738.512	(1.037.305)	183.978	(70.005)
Não circulante			1.360.237	(199.307)	1.268.874	(4.000)

(\*) Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos – diversos".

	Circulante	Não circulante
<b>Ativo</b>		
Contratos de swaps	157.947	1.182.729
Contratos a termo	580.535	-
Contratos de opções	30	177.508
<b>Total</b>	<b>738.512</b>	<b>1.360.237</b>
<b>Passivo</b>		
Contratos de swaps	(456.977)	(199.307)
Contratos a termo	(580.328)	-
<b>Total</b>	<b>(1.037.305)</b>	<b>(199.307)</b>

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

## 7.5.2 Derivativos de câmbio e de taxa de juros em mercado de balcão

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão.

Moedas de referência	Vencimento	Valor Nominal	
		30/09/2025	31/12/2024
EUR x USD (taxa fixa)	mai/2036	US\$ 109,88 milhões	US\$ 103,94 milhões
EUR x BRL (pós-fixado)	nov/32	US\$ 79,13 milhões	-
CNH x BRL (pós-fixado)	nov/2027	US\$ 701,32 milhões	US\$ 102,18 milhões
USD (taxa de juros fixa - flutuante) <sup>(1)</sup>	out/2042 a out/2045	US\$ 925 milhões	US\$ 1.148,86 milhões

<sup>(1)</sup> Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos ou depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, até o vencimento das operações com cada contraparte haverá verificações semanais para eventual reforço de garantias.

Em 30 de setembro de 2025, o BNDES não possuía títulos públicos oferecidos ou recebidos em garantia. Em 30 de setembro de 2025, foram recebidos ainda R\$ 862 e oferecidos R\$ 328 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*, registrado como “Depósitos interfinanceiros” no Passivo Circulante na rubrica “Obrigações por depósitos”, e no Ativo Circulante, respectivamente.

## 7.5.3. Resultado com derivativos

Receitas (despesas)	Três meses findos		Nove meses findos	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Contratos de câmbio	(15.582)		(62.216)	
Contratos de <i>swaps</i>	(296.879)	(206.318)	(819.207)	168.317
Contratos de futuro	(139.941)	68.085	(4.189.792)	4.047.280
Contratos a termo	(1.231)	(134)	207	(141)
<b>Subtotal câmbio e taxa de juros</b>	<b>(453.633)</b>	<b>(138.367)</b>	<b>(5.071.008)</b>	<b>4.215.456</b>
Contratos de opções	16.095	(592)	176.819	(78)
<b>Subtotal renda variável</b>	<b>16.095</b>	<b>(592)</b>	<b>176.819</b>	<b>(78)</b>
<b>Total</b>	<b>(437.538)</b>	<b>(138.959)</b>	<b>(4.894.189)</b>	<b>4.215.378</b>
Câmbio e taxa de juros	(453.633)	(138.367)	(5.071.008)	4.215.456
Renda variável	16.095	(592)	176.819	(78)

#### 7.5.4. Hedge Contábil

O BNDES possui estruturas de *hedge* de valor de mercado para mitigar a exposição às oscilações do risco de mercado relacionadas às flutuações da taxa de juros e inflação em operações de crédito.

A proteção ocorre por meio de contratos de *swap* de taxa de juros, conforme descrito:

- Ponta Ativa: % da variação SOFR e DI;
- Ponta Passiva: taxas pré-fixada e IPCA.

O Banco monitora essas estruturas de proteção para assegurar que os instrumentos de *hedge* efetivamente compensem as variações no valor justo dos respectivos itens cobertos, ao longo de todo o período definido para a relação de *hedge*.

A avaliação da efetividade das estruturas de *hedge* é realizada no momento da designação e de forma prospectiva.

No gerenciamento de risco, espera-se que os instrumentos de *hedge* e os itens cobertos apresentem movimentos opostos e proporcionais, com o objetivo de neutralizar os fatores de risco.

Composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de valor de mercado:

Hedge de risco de mercado	30/09/2025			
	Objeto de <i>hedge</i>		Instrumento de <i>hedge</i>	
	Valor justo <sup>(1)</sup>	Ajuste de marcação a mercado	Valor de referência	Ajuste de marcação a mercado <sup>(2)</sup>
<b>Contratos de <i>swap</i></b>				
Hedge de operações de crédito	7.232.930	221.192	7.155.079	(238.289)
Hedge de debêntures com características de operação de crédito	306.402	(585)	305.701	(593)

<sup>(1)</sup> Valor contábil da carteira objeto de *hedge*, mensurado ao custo amortizado, acrescido da variação do valor justo atribuível ao risco coberto.

<sup>(2)</sup> Os ajustes a receber ou a pagar são registrados no resultado do período na rubrica "Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros". Tais ajustes incluem tanto a parcela referente à variação do valor de mercado da perna prefixada do *swap* (relacionado ao objeto de *hedge*), quanto a valorização da perna pós-fixada (não relacionada ao objeto de *hedge*).

Em estruturas de proteção de valor de mercado, as variações de marcação a mercado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos diretamente no resultado.

## 8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	30/09/2025	31/12/2024
Outros direitos a receber	42.094	54.120
Créditos perante o Tesouro Nacional (Nota 23.1.1)	345.017	666.579
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	751.450	2.064.193
Devedores por depósito em garantia	1.058.787	1.032.768
Cessão de direito de capitalização	39.257	39.257
Pagamentos a ressarcir	232.760	221.163
Diversos	410.856	554.042
<b>Total</b>	<b>2.880.221</b>	<b>4.632.122</b>
Circulante	1.647.568	3.088.940
Não circulante	1.232.653	1.543.182

### 8.1. Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

	30/09/2025	31/12/2024
Ações não coligadas		
Dividendos	244.117	1.332.198
Juros sobre capital próprio	505.784	683.894
Coligadas		
Dividendos	1.549	-
Juros sobre capital próprio	-	48.101
<b>Total</b>	<b>751.450</b>	<b>2.064.193</b>
Circulante	751.450	2.064.193

## 9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os investimentos em coligadas do Sistema BNDES representam as empresas investidas sobre as quais a subsidiária BNDESPAR exerce “influência significativa”.

30/09/2025 <sup>(1)</sup>						31/12/2024 <sup>(1)</sup>		
Coligadas <sup>(2)</sup>	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participação sobre o capital <sup>(3)</sup>		Valor patrimonial do investimento	Provisão para perdas	Total	Total	Natureza das atividades do negócio da coligada
		Ordinárias	Total      Votante					
Tupy	40.645	31,04%	31,04%	986.037	-	986.037	1.023.167	Setor de metalurgia e siderurgia
CBO Holding	26.172	18,88%	18,88%	375.412	-	375.412	349.565	Apoio marítimo a indústria de E&P de óleo e gás
Iguá <sup>(4)</sup>	61.729	11,09%	11,09%	332.814	-	332.814	390.849	Biotecnologia
CTC	60.902	18,99%	18,99%	316.113	-	316.113	313.525	Saneamento
Subtotal				2.010.376	-	2.010.376	2.077.106	
Outras Coligadas				404.639	(273.492)	131.147	127.806	
Total Coligadas				2.415.015	(273.492)	2.141.523	2.204.912	

<sup>(1)</sup> A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/07/2025 (31/10/2024 para cálculo da equivalência em 31/12/2024).

<sup>(2)</sup> Empresas com sede no Brasil.

<sup>(3)</sup> % de participação sobre o capital da coligada ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

<sup>(4)</sup> Em novembro de 2024 a investida promoveu uma captação de recursos junto a determinados acionistas, tendo a BNDESPAR subscrito 17.487 mil novas ações ordinárias, pelo valor total R\$ 228.199. O levantamento da informação necessária para a alocação do valor aportado será concluído até o final do exercício de 2025.

## 9.1. Movimentação do saldo dos investimentos em coligadas

Período de três meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024:

Coligadas	Saldo em 01/07/2025	Resultado de equivalência patrimonial <sup>(1)</sup>	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas <sup>(2) (3)</sup>	Saldo em 30/09/2025
Tupy	996.026	(2.439)	(7.550)	986.037
CBO Holding	374.630	12.108	(11.326)	375.412
Iguá	355.285	(22.490)	19	332.814
CTC	310.888	4.934	291	316.113
<b>Subtotal</b>	<b>2.036.829</b>	<b>(7.887)</b>	<b>(18.566)</b>	<b>2.010.376</b>
Outras coligadas	125.775	5.545	(173)	131.147
<b>Total coligadas</b>	<b>2.162.604</b>	<b>(2.342)</b>	<b>(18.739)</b>	<b>2.141.523</b>

Coligadas	Saldo em 01/07/2024	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial <sup>(1)</sup>	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas <sup>(2) (3)</sup>	Alienação	Saldo em 30/09/2024
Tupy	995.348	-	15.135	52.117	-	1.062.600
CBO Holding	323.305	-	4.909	20.039	-	348.253
CTC	301.151	-	2.470	189	-	303.810
Iguá	215.195	-	(10.801)	385	(44.424)	160.355
<b>Subtotal</b>	<b>1.834.999</b>	<b>-</b>	<b>11.713</b>	<b>72.730</b>	<b>(44.424)</b>	<b>1.875.018</b>
Outras coligadas	128.857	(1.347)	(4.034)	1.245	(112)	124.609
<b>Total</b>	<b>1.963.856</b>	<b>(1.347)</b>	<b>7.679</b>	<b>73.975</b>	<b>(44.536)</b>	<b>1.999.627</b>

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024:

Coligadas	Saldo em 01/01/2025	Aquisições	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial <sup>(1)</sup>	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas <sup>(2) (3)</sup>	Saldo em 30/09/2025
Tupy	1.023.167	-	-	(27.820)	(9.310)	986.037
CBO Holding	349.565	-	-	38.162	(12.315)	375.412
Iguá	390.849	-	-	(61.234)	3.199	332.814
CTC	313.525	-	(9.525)	11.170	943	316.113
<b>Subtotal</b>	<b>2.077.106</b>	<b>-</b>	<b>(9.525)</b>	<b>(39.722)</b>	<b>(17.483)</b>	<b>2.010.376</b>
Outras coligadas	127.806	4.469	(10.433)	9.401	(96)	131.147
<b>Total coligadas</b>	<b>2.204.912</b>	<b>4.469</b>	<b>(19.958)</b>	<b>(30.321)</b>	<b>(17.579)</b>	<b>2.141.523</b>

Coligadas	Saldo em 01/01/2024	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial <sup>(1)</sup>	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas <sup>(2) (3)</sup>	Alienação	Saldo em 30/09/2024
Tupy	915.050	(6.247)	89.014	64.783	-	1.062.600
CBO Holding	316.376	-	5.386	26.491	-	348.253
CTC	302.399	(6.868)	7.727	552	-	303.810
Iguá <sup>(4)</sup>	233.612	-	(30.621)	1.788	(44.424)	160.355
<b>Subtotal</b>	<b>1.767.437</b>	<b>(13.115)</b>	<b>71.506</b>	<b>93.614</b>	<b>(44.424)</b>	<b>1.875.018</b>
Outras coligadas	130.454	(10.356)	3.009	1.614	(112)	124.609
<b>Total</b>	<b>1.897.891</b>	<b>(23.471)</b>	<b>74.515</b>	<b>95.228</b>	<b>(44.536)</b>	<b>1.999.627</b>

<sup>(1)</sup> Inclui a amortização das Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

<sup>(2)</sup> A movimentação do "Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas" decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pelas coligadas Tupy e CBO Holding em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.

<sup>(3)</sup> Inclui ainda os efeitos da mudança no percentual de participação relativa.

<sup>(4)</sup> Em agosto de 2024 a BNDESPAR alienou 12.092 ações ordinárias da Iguá, reduzindo sua participação no capital social da coligada de 13,21% para 10,38% naquela data-base, ajustada pelas ações em tesouraria (vide Nota Explicativa nº 9.6).



## 9.2. Valor justo de investimentos em coligadas que possuem preços cotados no mercado

Coligadas	Título	30/09/2025	31/12/2024
Tupy	ON	532.861	953.540

Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão do mês de referência.

## 9.3. Informação sobre os principais saldos das coligadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela subsidiária BNDESPAR e suas respectivas amortizações. As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	30/07/2025 <sup>(1)</sup>					01/11/2024 a 30/07/2025 - nove meses <sup>(1)</sup>			
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade <sup>(2)</sup>	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Tupy	1.678.588	5.791.176	830.117	3.462.851	3.176.796	2.708.224	(92.883)	(53.611)	(146.494)
CBO Holding	5.569	1.990.167	6.215	1.109	1.988.412	183.697	211.010	(65.225)	145.785
Iguá	596.212	3.860.701	150.580	1.598.168	2.708.165	149.222	(540.034)	-	(540.034)
CTC	676.697	1.299.989	72.335	239.488	1.664.863	336.461	58.828	240	59.068

<sup>(1)</sup> Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

<sup>(2)</sup> Inclui resultados reconhecidos pela coligada diretamente em lucros acumulados, quando aplicável.

## 9.4. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da subsidiária BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	30/09/2025	31/12/2024
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR <sup>(1)</sup>	(845.412)	(843.555)
Perdas não reconhecidas no resultado do período <sup>(1)</sup>	(2.039)	(2.312)

<sup>(1)</sup> Apurado no investimento de coligadas cuja participação da subsidiária BNDESPAR não é relevante.

## 9.5. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024, a subsidiária BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, não tendo identificado a necessidade de constituição de provisão.

## 9.6. Resultado com alienação de investimentos em coligadas

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 a subsidiária BNDESPAR apurou lucro na venda de coligadas no valor de R\$ 8, apresentado na linha “Resultado com alienações de títulos de renda variável” da Demonstração do Resultado juntamente com o lucro da venda de direitos de subscrição no valor de R\$ 42 (lucro de R\$ 121.601 e R\$ 90, respectivamente, no mesmo período de 2024).

## 10. OUTROS ATIVOS

	30/09/2025	31/12/2024
Despesas antecipadas	874.814	1.098.222
Incentivos fiscais	7.107	7.170
Outros investimentos – Obras de arte	243	244
Outros valores e bens	483	490
<b>Total</b>	<b>882.647</b>	<b>1.106.126</b>
Circulante	875.297	1.098.712
Não circulante	7.350	7.414

## 11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30/09/2025	31/12/2024
<b>Empréstimos</b>		
País	1.195.650	1.650.303
<b>Repasses</b>		
País		
Tesouro nacional	29.387.651	31.289.532
Exterior - Instituições multilaterais	37.278.066	33.790.681
<b>Total</b>	<b>67.861.367</b>	<b>66.730.516</b>
Circulante	10.140.210	5.238.610
Não circulante	57.721.157	61.491.906

Os contratos de empréstimos e repasses não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar estas Demonstrações Financeiras.

## 11.1. Composição

### a) Empréstimos no país

	30/09/2025	31/12/2024
Obrigações por aquisição de títulos federais	484.921	764.792
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE	710.729	885.511
<b>Total</b>	<b>1.195.650</b>	<b>1.650.303</b>
Circulante	459.551	449.789
Não circulante	736.099	1.200.514

### Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES adquiriu títulos públicos federais, mediante empréstimo, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R\$ 484.921 em 30 de setembro de 2025 – R\$ 392.099 no circulante e R\$ 92.822 no não circulante (R\$ 764.792 em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 370.781 no circulante e R\$ 394.011 no não circulante) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

### b) Repasses no país

#### Tesouro Nacional

Moeda / Taxas de remuneração	Vencimento médio (em anos)	30/09/2025	31/12/2024
US\$	11,79	547.673	708.367
US\$ + 6,04%	13,57	3.811.095	4.765.594
Selic	15,22	1.086.261	9.290.413
Reais + Taxa Fixa	-	-	11.633.467
TJLP	15,43	23.797.662	24.655.836
Reais + 3,25%	-	-	41
Juros provisionados		144.960	379.564
<b>Total</b>		<b>29.387.651</b>	<b>51.433.282</b>
Circulante		4.570.876	2.362.251
Não circulante		24.816.775	49.071.031

## c) Repasses no Exterior - Organismos Internacionais e Instituições Multilaterais

Instituição	Vencimento médio (em anos)	Moeda	30/09/2025	31/12/2024
China Development Bank – CDB	4,49	US\$	6.914.180	5.573.070
		CHN	3.730.000	1.265.400
Inter-American Development Bank – BID	16,87	R\$	3.022.578	3.535.172
		US\$	13.409.520	14.817.289
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	6,93	US\$	1.812.190	2.944.451
		EURO	624.140	-
New Development Bank – NDB	15,95	US\$	3.213.764	3.715.380
Agence Française de Développement – AFD	5,44	US\$	182.605	283.470
		EURO	436.898	-
El Instituto de Crédito Oficial – ICO	8,33	US\$	2.127.440	1.238.460
International Fund of Agricultural Development	16,70	US\$	40.094	46.680
Corporación Andina de Fomento	1,69	US\$	1.063.720	-
Juros provisionados			700.937	371.309
<b>Total</b>			<b>37.278.066</b>	<b>33.790.681</b>
Circulante			5.109.783	2.567.211
Não circulante			32.168.283	31.223.470

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 0,75% e 13,86% a.a. em 30 de setembro de 2025 (0,75% e 10,93% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
Taxas de captação:		
Até 3%	718.450	909.330
De 3,1 a 5%	7.025.120	3.407.791
De 5,1 a 7%	25.674.913	25.355.853
De 7,1 a 9%	136.068	211.226
Acima de 11%	3.022.578	3.535.172
Juros provisionados	700.937	371.309
<b>Total</b>	<b>37.278.066</b>	<b>33.790.681</b>

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas por captações efetuadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a outros organismos multilaterais contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como *Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW*, *Agence Française de Développement – AFD*, *China Development Bank – CDB* e o *Instituto Oficial de Crédito - ICO*, não demandaram garantia formal da União.

No terceiro trimestre de 2025, foi contratada uma operação de captação de recursos no exterior a saber:

- Novo contrato assinado entre o BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 01/07/2025, com captação de até US\$ 240 milhões, com garantia da União.

Ainda no terceiro trimestre de 2025, o BNDES recebeu recursos no valor de US\$ 200 milhões do Instituto Oficial de Crédito da Espanha (ICO), em 31/07/2025, referente ao contrato assinado em 12/05/2025, e US\$ 240 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 12/08/2025, referente ao contrato assinado em 01/07/2025.

## 11.2. Composição por vencimento

	30/09/2025			31/12/2024		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
Até 1 ano	5.030.427	5.109.783	10.140.210	5.665.802	2.567.211	8.233.013
Entre 1 e 2 anos	2.037.918	4.203.874	6.241.792	4.904.767	5.136.539	10.041.306
Entre 2 e 3 anos	1.939.068	6.207.952	8.147.020	4.281.447	4.782.148	9.063.595
Entre 3 e 5 anos	3.873.820	4.869.605	8.743.425	7.897.895	5.348.713	13.246.608
Entre 5 e 10 anos	9.669.966	8.970.343	18.640.309	18.360.310	7.796.853	26.157.163
Após 10 anos	8.032.102	7.916.509	15.948.611	37.671.982	8.159.217	45.831.199
<b>Total</b>	<b>30.583.301</b>	<b>37.278.066</b>	<b>67.861.367</b>	<b>78.782.203</b>	<b>33.790.681</b>	<b>112.572.884</b>

## 11.3. Movimentação das obrigações por empréstimos e repasses

	Empréstimos			Repasses			Total de empréstimos e repasses
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total	
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>1.650.303</b>	-	<b>1.650.303</b>	<b>31.289.532</b>	<b>33.790.681</b>	<b>65.080.213</b>	<b>66.730.516</b>
. Ingresso de recursos	-	-	-	-	8.933.572	8.933.572	8.933.572
. Variação cambial	-	-	-	(754.045)	(4.419.155)	(5.173.200)	(5.173.200)
. Atualização monetária	(111.384)	-	(111.384)	-	-	-	(111.384)
. Provisão de juros	33.787	-	33.787	1.740.795	1.649.972	3.390.767	3.424.554
. Pagamento de juros	(37.214)	-	(37.214)	(1.355.223)	(1.297.283)	(2.652.506)	(2.689.720)
. Amortização de principal	(339.842)	-	(339.842)	(1.545.706)	(1.379.721)	(2.925.427)	(3.265.269)
. Outras	-	-	-	12.298	-	12.298	12.298
<b>Saldo no final do período</b>	<b>1.195.650</b>	-	<b>1.195.650</b>	<b>29.387.651</b>	<b>37.278.066</b>	<b>66.665.717</b>	<b>67.861.367</b>

## 12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituídos basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 28% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Informações adicionais podem ser verificadas em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-de-amparo-ao-trabalhador-fat/bndes>.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

### 12.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 28% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP), pela Taxa Referencial (FAT – TR), pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic e Selic reduzida), pela Taxa Prefixada e Prefixada MPME (Micro, Pequena e Média Empresa), pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia descontada da taxa de remuneração (Selic reduzida) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT – Cambial). Para a parcela de recursos que integra a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos têm seu contravalor em reais e podem ser determinados com base nas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres (*London Interbank Offered Rate* - Libor), a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR), a Taxa de Juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – (*Treasury Bonds*) ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo interbancário na moeda euro, a *Euro Interbank Offered Rate* (Euribor), a *Euro Short-Term Rate* (ESTR), a taxa representativa da remuneração média de Títulos de Governos de Países da Zona Econômica do Euro – *Euro Area Yield Curve* AAA, divulgada pelo Banco Central Europeu, ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional; iii) referenciado em outras moedas conversíveis, sendo remunerado por taxa a ser definida pelo Conselho Monetário.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos aplicados em operações de crédito indexados à TJLP, e à TLP, TR, Selic, Prefixada, Prefixada MPME e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a transferência representada pela remuneração à TJLP, e à TLP, Selic, Prefixada e Prefixada MPME, limitada a 6% ao ano, capitalizada a diferença positiva. O valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à Selic reduzida (Selic – 0,09% a.a), incidente sobre os recursos disponíveis, é recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “Dívidas Subordinadas” e tem a seguinte composição:

<b>Dívidas Subordinadas</b>	<b>30/09/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
FAT - Moeda nacional (TJLP/TLP/TR/Selic)	429.157.873	395.061.642
FAT - Moeda estrangeira (Cambial) <sup>(1)</sup>	30.142.218	37.957.074
		<b>433.018.716</b>
Juros provisionados	6.050.322	10.874.721
<b>Total</b>	<b>465.350.413</b>	<b>443.893.437</b>
Circulante	6.050.322	10.874.721
Não circulante	459.300.091	433.018.716

<sup>(1)</sup> Até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução Codefat nº 320, de 29.04.2003, revogada pela Resolução Codefat nº 932, de 15.12.2021, atualizada pela Resolução Codefat nº 967, de 23.11.2022).

## Dívida subordinada – FAT Constitucional Elegível a Capital

O controle contábil da dívida subordinada observa o previsto no artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, que limita o uso do FAT como Capital Nível II do Patrimônio de Referência ao saldo de 30 de junho de 2018, com redução de 10 p.p. ao ano a partir de 1º de janeiro de 2020, até atingir 0 p.p. em 1º de janeiro de 2029.

O saldo contábil é recalculado em 1º de janeiro de cada ano e registrado em conta contábil específica para esta finalidade. Adicionalmente, o saldo da dívida subordinada é destacado em linha específica do passivo do BNDES.

Em 1º de janeiro de 2025 o limite está em 40% do saldo apurado em 30 de junho de 2018, vide Nota Explicativa n.º 25.2 - Mensuração do Capital Regulamentar.

## 12.2. FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP e pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto, disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa Selic.

O saldo devedor do FAT – Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica “Obrigações por depósitos”, conforme apresentado a seguir:

<b>Obrigações por depósitos</b>	<b>30/09/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Depósitos especiais - FAT	3.628.589	4.056.194
Depósitos interfinanceiros	925.350	828.834
Depósitos diversos	786	719
<b>Total</b>	<b>4.554.725</b>	<b>4.885.747</b>
Circulante	1.547.016	1.387.615
Não circulante	3.007.709	3.498.132

O FAT – Depósitos Especiais é composto pelos seguintes programas:

<b>FAT – Depósitos especiais</b>	<b>30/09/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Fomentar	1.110.093	1.231.117
Pronaf	1.867.337	2.102.504
Infraestrutura	651.159	722.573
<b>Total</b>	<b>3.628.589</b>	<b>4.056.194</b>
Circulante	620.880	558.062
Não circulante	3.007.709	3.498.132

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa.

Programa/Linha de Crédito Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	30/09/2025												
	Entra- das	Remuneração (Apropriação)				Recolhimento					Saldo		
		Selic	TJLP	TLP	Total	Selic	TJLP	TLP	Princip al	Total	Dispon ível	Aplicado	Total
FAT INFRAESTRUTURA	-	9.220	36.403	-	45.623	8.901	36.300	-	71.836	117.037	91.420	559.739	651.159
Econômica-TADE n.º 06/2005	-	9.220	36.403	-	45.623	8.901	36.300	-	71.836	117.037	91.420	559.739	651.159
PRONAF:	-	6.492	7.604	116.655	130.751	5.648	7.900	125.096	227.274	365.918	158.335	1.709.002	1.867.337
Investimento-TADE n.º 19/2005	-	6.492	7.604	116.655	130.751	5.648	7.900	125.096	227.274	365.918	158.335	1.709.002	1.867.337
FAT FOMENTAR:	-	3.129	62	90.479	93.670	2.265	72	96.311	116.046	214.694	29.675	1.080.418	1.110.093
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	-	2.776	5	84.395	87.176	1.947	5	89.861	107.426	199.239	27.510	1.003.640	1.031.150
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	-	353	57	6.084	6.494	318	67	6.450	8.620	15.455	2.165	76.778	78.943
Total	-	18.841	44.069	207.134	270.044	16.814	44.272	221.407	415.156	697.649	279.430	3.349.159	3.628.589

### 12.3. Movimentação do FAT Constitucional e FAT – Depósitos Especiais

	30/09/2025			
	Constitucional		Depósitos Especiais	Total
	TJLP/TLP/Selic	Cambial		
<b>Saldo no início do exercício</b>	405.384.886	38.508.551	4.056.194	447.949.631
. Ingresso de recursos	21.607.167	-	-	21.607.167
. Variação cambial	-	(5.173.807)	-	(5.173.807)
. Provisão de juros	19.134.940	753.480	-	19.888.420
. Juros sobre Depósitos Especiais	-	-	270.044	270.044
. Capitalização de juros	9.848.016	-	-	9.848.016
. Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(415.156)	(415.156)
. Pagamento de juros	(23.652.209)	(1.060.611)	(282.493)	(24.995.313)
. Movimentação cambial	2.641.049	(2.641.049)	-	-
<b>Saldo no final do período</b>	434.963.849	30.386.564	3.628.589	468.979.002

### 12.4. Análise da expectativa de pagamentos extraordinários ao FAT

O BNDES participa do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) e monitora regularmente a projeção do saldo da Reserva Mínima de Liquidez (RML) do Fundo, estimada para três exercícios a frente, com base no Boletim de Informações Financeiras do FAT, elaborado bimestralmente pela Coordenação Geral de Gestão de Fundos do Ministério do Trabalho e Emprego. Caso seja detectado um eventual déficit considerando o cálculo estabelecido no parágrafo 4º do art.7º da Lei 8.019/90, incluído pela Lei nº 13.932 de 2019, o BNDES analisa a possibilidade de solicitação de pagamentos extraordinários ao Fundo.

Tal análise considera o valor total de receitas do FAT, deduzidos: os repasses ao BNDES de que trata o parágrafo 1º do artigo 239 da Constituição Federal, e os valores necessários para o custeio do Programa de Seguro-Desemprego, o pagamento do Abono Salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica, conforme previsto no Boletim de Informações Financeiras do FAT para essas arrecadações e dispêndios durante o exercício.

Caso o valor total de receitas do FAT seja insuficiente para o pagamento de suas despesas, deverá ser verificado se o Fundo possui valores em suas disponibilidades para cobrir o eventual déficit. Caso contrário, o Fundo deverá solicitar o pagamento de valores extraordinários ao BNDES. Nesse caso, o Fundo notifica o BNDES por meio de ofício, solicitando o pagamento extraordinário, limitado ao valor da devolução máxima, previsto no art. 5º da Resolução Codefat nº 885/2020.

Nos primeiros nove meses de 2025, não houve pagamentos extraordinários ao FAT, e não se projeta até o final do exercício de 2025 a necessidade de pagamento extraordinário ao FAT Constitucional.



## 13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

O Sistema BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado a seguir:

Títulos	30/09/2025	31/12/2024
Letras do Tesouro Nacional – LTN	15	2.029.811
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	23.672.926	24.652.926
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	8.681.833	7.577.993
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	1.398.526	192.990
<b>Total</b>	<b>33.753.300</b>	<b>34.453.720</b>
Circulante	33.753.300	34.453.720
Não circulante	-	-

## 14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Os valores abaixo referem-se aos saldos dos recursos recebidos para operacionalização dos fundos. A atualização desses saldos varia de acordo com o regulamento de cada um deles.

	30/09/2025	31/12/2024
Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC)	25.883.645	13.772.287
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	18.285.014	22.013.194
Fundo Social	18.234.076	20.143.750
Fundo de Garantia a Exportação (FGE)	12.066.322	-
Fundo Amazônia (FA)	6.249.325	5.951.558
Fundo Rio Doce (FRDC)	4.837.024	-
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)	3.847.023	4.772.585
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	3.198.553	3.351.122
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTELL)	1.215.031	-
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	963.454	1.010.429
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	370.922	336.165
Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT)	527.915	-
Eco Invest (FNMC)	125.598	-
Outros	120.896	93.056
<b>Total</b>	<b>95.924.798</b>	<b>71.444.146</b>
Circulante	39.420.659	26.349.294
Não circulante	56.504.139	45.094.852

### Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC

O BNDES atua como agente financeiro do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, com a finalidade de assegurar recursos para apoiar projetos ou estudos e financiar empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos.

Em 30 de setembro de 2025, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 6.187.642 e o montante de saldo disponível atualizado era de R\$ 19.696.003.

### Fundo da Marinha Mercante – FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 30 de setembro de 2025, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 17.629.997 e o percentual atrelado à moeda estrangeira era de 80%. Adicionalmente, o montante de saldo disponível era de R\$ 655.017 em 30 de setembro de 2025.

## Fundo Social

O BNDES recebeu recursos do Fundo Social, no âmbito do artigo 27 da Lei n.º 14.981, de 20 de setembro de 2024, com o objetivo principal de financiar o Programa Emergencial para o Rio Grande do Sul, oferecendo linhas de crédito para empresas e produtores que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul.

Em 30 de setembro de 2025, o montante aplicado em operações de crédito era de R\$ 16.514.796 e o montante disponível de R\$ 1.719.279.

## Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia Legal, nos termos do Decreto n.º 6.527/2008, alterado pelos Decretos n.º 8.773/2016, 10.223/2020 e 11.368/2023. O Fundo Amazônia não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do BNDES, sendo o BNDES responsável pela sua gestão e administração.

## Fundo Rio Doce

O Fundo Rio Doce é um fundo de natureza privada, sendo a União o seu único cotista. O montante é oriundo do acordo judicial para reparação integral e definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Os recursos são destinados a projetos, ações e medidas compensatórias coletivas de natureza socioeconômica e socioambiental decorrentes da obrigação de pagar conforme previsto no acordo. Em 12 de março de 2025 foi emitido o Decreto n.º 12.425, o qual regula o fundo, em consonância com o acordo judicial. O BNDES atua como administrador do Fundo Rio Doce, conforme previsto pelo acordo judicial e pelo decreto mencionado.

## FGE - Plano Brasil Soberano

Conforme Nota Explicativa n.º 2.6, a fim de mitigar os impactos econômicos do aumento da taxa de imposto aos produtos brasileiros imposto pelos Estados Unidos da América, foi instituída, em 13 de agosto de 2025, a Medida Provisória n.º 1.309. Dentre outras coisas, a Medida prevê a utilização do superávit financeiro do FGE, apurado em 31 de dezembro de 2024, limitado ao montante de R\$ 30 bilhões como fonte de recursos para a disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, especialmente os impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América. O Agente Financeiro é o BNDES. Em setembro de 2025 foram liberados R\$ 12 bilhões ao BNDES.

Informações adicionais sobre os fundos podem ser verificadas por meio do seu site:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-amazonia>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-rio-doce>

## 15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITOS

	30/09/2025	31/12/2024
Debêntures	305.578	401.583
Letras de Crédito do Agronegócio	5.998.599	2.552.937
Letras de Crédito do Desenvolvimento	21.303.679	9.821.179
<b>Total</b>	<b>27.607.856</b>	<b>12.775.699</b>
Circulante	6.904.362	7.588.649
Não circulante	20.703.494	5.187.050

### 15.1. Emissões de debêntures

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 10, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

	30/09/2025	31/12/2024
3ª emissão de debêntures simples do BNDES		
1ª série		
Principal corrigido (TR)	65.322	85.855
Juros provisionados (6% a.a.)	159	199
2ª série		
Principal corrigido (TR)	65.322	85.855
Juros provisionados (6% a.a.)	159	199
3ª série		
Principal corrigido (TR)	65.322	85.855
Juros provisionados (6% a.a.)	159	199
4ª série		
Principal corrigido (TR)	65.322	85.855
Juros provisionados (6% a.a.)	159	199
5ª série		
Principal corrigido (TR)	43.548	57.235
Juros provisionados (6% a.a.)	106	132
<b>Total</b>	<b>305.578</b>	<b>401.583</b>
Circulante	149.154	151.036
Não circulante	156.424	250.547

## 15.2. Letras de crédito do agronegócio (LCA)

Nos exercícios de 2024 e 2025, o BNDES emitiu Letras de Crédito do Agronegócio, por meio de oferta privada, entre 91,7% e 92,9% do CDI, conforme a seguir apresentado.

	Vencimentos	30/09/2025	31/12/2024
Valores de emissão (Principal)	2026	1.300.000	2.408.398
	2028	4.510.000	-
Juros provisionados		188.599	144.539
<b>Total</b>		<b>5.998.599</b>	<b>2.552.937</b>
Circulante		1.396.176	2.552.937
Não circulante		4.602.423	-

## 15.3. Letras de crédito do desenvolvimento (LCD)

A LCD foi instituída por meio da Lei nº 14.937, de 26 de julho de 2024. É um título de crédito de emissão exclusiva por bancos de desenvolvimento autorizados a funcionar pelo Bacen. Tem como objetivo ampliar os mecanismos utilizados por estes bancos para financiar projetos de infraestrutura, indústria, inovação, micro, pequenas e médias empresas, impacto socioambiental, entre outras iniciativas que promovem o acesso ao desenvolvimento sustentável.

Em dezembro de 2024, o BNDES iniciou suas emissões de LCD, e taxas de juros pós fixadas referenciadas a taxa DI, entre 93,0% e 98,1% do CDI.

As emissões de LCD do BNDES observam integralmente as políticas internas de gestão de riscos. Foram implementados controles e procedimentos que asseguram a adequada mensuração, monitoramento e mitigação dos riscos de mercado, liquidez e operacional associados a esse instrumento financeiro.

As LCD emitidas pelo BNDES não contam com garantia real ou fidejussória, mas contam com a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, conforme previsto na Resolução CMN nº 5.169, de 22/08/2024.

	Vencimentos	30/09/2025	31/12/2024
Valores de emissão (Principal)	2025	4.849.986	4.849.937
	2026	74.880	74.805
	2027	199.708	199.609
	2028	209.537	209.428
	2029	5.728.440	4.419.437
	2030	6.058.770	-
	2032	1.321.940	-
	2035	1.317.240	-
Juros provisionados		1.543.178	67.963
<b>Total</b>		<b>21.303.679</b>	<b>9.821.179</b>
Circulante		5.359.032	4.884.676
Não circulante		15.944.647	4.936.503

## 16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	30/09/2025	31/12/2024
Obrigações por depósitos a apropriar	430.911	2.175.547
Vinculadas ao Tesouro Nacional	55.544	31.614
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar (Nota Explicativa n.º 21.5)	2.766.315	6.267.069
Operações financeiras a liquidar	134.240	73.172
Compromissos de crédito a liberar - provisão	-	318.840
Garantias financeiras prestadas - provisão	28.651	3.100
Rendas antecipadas - garantias prestadas	13.423	16.509
Outras	123.079	415.478
<b>Total</b>	<b>3.552.163</b>	<b>9.301.329</b>
Circulante	3.463.792	8.908.422
Não circulante	88.371	392.907

### 16.1. Obrigações por depósitos a apropriar

	30/09/2025	31/12/2024
Acordo Bacia do Rio Doce	-	1.906.772
Depósitos para liquidação de operações de crédito	302.586	104.539
Depósitos do AFRMM – conta especial e conta bloqueada	59.316	52.401
Outros	69.009	111.835
<b>Total</b>	<b>430.911</b>	<b>2.175.547</b>
Circulante	430.911	2.175.547
Não circulante	-	-

#### Acordo Bacia do Rio Doce

Refere-se ao valor inicial recebido pelo BNDES do acordo judicial para reparação integral e definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Os recursos serão destinados a projetos, ações e medidas compensatórias coletivas de natureza socioeconômica e socioambiental decorrentes da obrigação de pagar conforme previsto no acordo. Os recursos ficarão sob gestão da União Federal e serão depositados em um fundo privado, denominado “Fundo Rio Doce”. Em 12 de março de 2025 foi emitido o Decreto nº 12.425, o qual regula o fundo a ser instituído, em consonância com o acordo judicial. O Fundo Rio Doce foi instituído pelo BNDES, conforme previsto pelo acordo judicial e pelo decreto mencionado (vide Nota Explicativa nº 14).

### 16.2. Operações de arrendamento mercantil

#### a) Ativos de Direito de uso

	30/09/2025			
	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>44.059</b>	<b>523</b>	<b>-</b>	<b>44.582</b>
Adições por novos contratos	7.001	2.778	12.736	22.515
Ajuste por remensuração	2.387	-	-	2.387
Rescisão de contrato	-	(523)	-	(523)
Depreciação	(4.056)	(404)	(455)	(4.915)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>49.391</b>	<b>2.374</b>	<b>12.281</b>	<b>64.046</b>

  

	31/12/2024		
	Imóveis	Veículos	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>40.776</b>	<b>761</b>	<b>41.537</b>
Adições por novos contratos	7.101	-	7.101
Ajuste por remensuração	2.284	47	2.331
Depreciação	(6.102)	(285)	(6.387)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>44.059</b>	<b>523</b>	<b>44.582</b>

Os saldos apresentados neste quadro estão registrados na rubrica “Imobilizado” no balanço patrimonial. Os ajustes por remensuração referem-se aos contratos que tiveram os valores de suas prestações corrigidos. Destacamos que um contrato de locação de veículos foi encerrado no período, sendo substituído por um novo contrato de locação de veículos.

## b) Arrendamentos a pagar

	30/09/2025			
	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>54.472</b>	<b>627</b>	<b>-</b>	<b>55.099</b>
Adições por novos contratos	7.001	2.778	12.736	22.515
Rescisão de contrato	-	(626)	-	(626)
Ajuste por remensuração	2.387	-	-	2.387
Juros Apropriados	3.797	284	72	4.153
Pagamentos	(6.732)	(617)	(1.098)	(8.447)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>60.925</b>	<b>2.446</b>	<b>11.710</b>	<b>75.081</b>
Circulante				15.361
Não circulante				59.720

	31/12/2024		
	Imóveis	Veículos	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>49.880</b>	<b>854</b>	<b>50.734</b>
Adições por novos contratos	7.101	-	7.101
Ajuste por remensuração	2.284	47	2.331
Juros Apropriados	5.129	90	5.219
Pagamentos	(9.922)	(364)	(10.286)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>54.472</b>	<b>627</b>	<b>55.099</b>
Circulante			9.223
Não circulante			45.876

## 16.3. Garantias financeiras e provisão para garantias financeiras prestadas

Tipo de Garantia Financeira	Garantias Prestadas		Provisão	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Outros Avais	-	33.116	-	417
Outras Fianças Bancárias	669.914	394.156	28.651	2.683
<b>Total</b>	<b>669.914</b>	<b>427.272</b>	<b>28.651</b>	<b>3.100</b>

### Movimentação da provisão para garantias prestadas

	30/09/2025	31/12/2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>3.100</b>	<b>14.787</b>
Constituição (Reversão)	25.551	(11.687)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>28.651</b>	<b>3.100</b>

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas segue os critérios estabelecidos para apuração da perda esperada de instrumentos financeiros, baseada no modelo de 3 estágios.

## 16.4. Rendas antecipadas – garantias prestadas

Referem-se as rendas de comissão recebidas antecipadamente pelo BNDES pela prestação de garantias financeiras que serão apropriadas ao resultado pelo regime de competência.

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL <sup>(1)</sup>	20%
Contribuição para o PIS/PASEP <sup>(1)</sup>	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS <sup>(1)</sup>	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

<sup>(1)</sup> Para subsidiária BNDESPAR - entidade não financeira optante pelo lucro real – a alíquota da CSLL é de 9%, e a alíquota do PIS/PASEP e da COFINS é de 1,65% e 7,6%, respectivamente, pelo método não cumulativo.

### 17.1. Demonstração da Despesa e Passivo de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, apurados conforme alíquotas nominais, e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	Três meses findos		Nove meses findos	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>4.851.335</b>	<b>4.808.456</b>	<b>16.116.609</b>	<b>19.208.709</b>
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%	(2.183.101)	(2.163.805)	(7.252.474)	(8.643.919)
<b>Ajustes</b>	<b>1.340.545</b>	<b>1.388.502</b>	<b>4.105.897</b>	<b>6.053.953</b>
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos <sup>(1)</sup>	(321.667)	(94.251)	(1.936.000)	421.733
· Equivalência Patrimonial e Dividendos recebidos de coligadas	214.455	596.930	1.239.097	1.972.102
· Diferença de alíquota da CSLL (Não-financeiras)	113.633	307.320	371.468	803.248
· Juros sobre o capital próprio	1.306.201	413.040	3.848.405	2.374.254
· Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	26.868	33.525	91.130	118.306
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	16.563	(11.903)	13.814	(55.410)
· Outras diferenças permanentes	(15.508)	143.841	477.983	419.720
<b>Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE</b>	<b>(842.556)</b>	<b>(775.303)</b>	<b>(3.146.577)</b>	<b>(2.589.966)</b>
· Tributos Correntes	(487.817)	(1.650.961)	(4.989.085)	(4.935.614)
· Tributos Diferidos	(354.739)	875.658	1.842.508	2.345.648
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>17,37%</b>	<b>16,12%</b>	<b>19,52%</b>	<b>13,48%</b>

<sup>(1)</sup> Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

### IRPJ e CSLL Devido

	30/09/2025	31/12/2024
Tributos correntes reconhecidos no resultado	4.989.085	4.916.973
Tributos correntes reconhecidos no Patrimônio Líquido <sup>(1)</sup>	-	54.661
<b>Total tributos correntes</b>	<b>4.989.085</b>	<b>4.971.634</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	(186)
<b>Tributos correntes devidos no período</b>	<b>4.989.085</b>	<b>4.971.448</b>
(-) Antecipações	(3.827.983)	(2.741.689)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	1.161.102	2.229.759
Outros Tributos <sup>(2)</sup>	368.622	454.234
<b>Obrigações fiscais correntes</b>	<b>1.529.724</b>	<b>2.683.993</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se aos tributos sobre o ganho na alienação de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), reconhecidos diretamente em Lucros acumulados.

<sup>(2)</sup> Referem-se, principalmente, aos tributos incidentes sobre a Folha de Pagamento (IRRF, Previdência Social e FGTS) e ao PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre o Resultado da Intermediação Financeira.

## 17.2. Ativos fiscais diferidos e Obrigações fiscais diferidas

a) Movimentação dos Ativos fiscais diferidos e Obrigações fiscais diferidas, por natureza e origem:

Ativo	31/12/2024	Constituição	Realização	30/09/2025	Fundamento para realização
<b>Contrapartida no resultado:</b>					
Provisão para perdas de crédito	5.361.069	4.505.736	(5.565.990)	4.300.815	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.911.094	-	(758.266)	4.152.828	Alienação de títulos
Ajuste a Valor Justo de Instrumentos financeiros	933.447	361.844	(1.295.291)	-	Alienação de títulos
Provisão para ações trabalhistas, cíveis e fiscais	651.278	57.391	(50.972)	657.697	Decisão judicial definitiva
Participação dos empregados no lucro	135.436	1.640	(135.439)	1.637	Pagamento
Créditos Diferidos – Transição Lei nº 14.467/22	-	600.304	-	600.304	1/84 avos a partir de 2026
Prejuízo fiscal IRPJ / Base negativa CSSL	-	1.334.806	-	1.334.806	Lucros futuros
Ágio amortizado	88.312	4.250	(8.896)	83.666	Alienação de títulos
Outros	680.032	177.291	(45.533)	811.790	
<b>Subtotal</b>	<b>12.760.668</b>	<b>7.043.262</b>	<b>(7.860.387)</b>	<b>11.943.543</b>	
<b>Contrapartida no patrimônio líquido:</b>					
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	502.387	-	-	502.387	Alienação de títulos
Perda atuarial – PAS	499	-	(499)	-	Pagamento das despesas médicas
<b>Subtotal</b>	<b>502.886</b>	<b>-</b>	<b>(499)</b>	<b>502.387</b>	
<b>Total dos Ativos fiscais diferidos</b>	<b>13.263.554</b>	<b>7.043.262</b>	<b>(7.860.886)</b>	<b>12.445.930</b>	

Passivo	31/12/2024	Constituição	Realização	30/09/2025	Fundamento para realização
<b>Contrapartida no resultado:</b>					
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(4.696.917)	(781.106)	3.520.965	(1.957.058)	Recebimento ou efetivação da perda
Outros	(9.952)	-	(24.328)	(34.280)	
<b>Subtotal</b>	<b>(4.706.869)</b>	<b>(781.106)</b>	<b>3.496.637</b>	<b>(1.991.338)</b>	
<b>Contrapartida no patrimônio líquido:</b>					
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	(13.971.831)	(1.981.137)	-	(15.952.968)	Alienação de títulos
Ganho atuarial – PAS	(920.076)	-	76.472	(843.604)	
<b>Subtotal</b>	<b>(14.891.907)</b>	<b>(1.981.137)</b>	<b>76.472</b>	<b>(16.796.572)</b>	
<b>Total das Obrigações fiscais diferidas</b>	<b>(19.598.776)</b>	<b>(2.762.243)</b>	<b>3.573.109</b>	<b>(18.787.910)</b>	

b) Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas:

	31/12/2024	Efeito no Resultado	Efeito no PL	30/09/2025
Ativos fiscais diferidos	13.263.554	(817.125)	(499)	12.445.930
Obrigações fiscais diferidas	(19.598.776)	2.715.531	(1.904.665)	(18.787.910)
<b>Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas</b>	<b>(6.335.222)</b>	<b>1.898.406</b>	<b>(1.905.164)</b>	<b>(6.341.980)</b>

	31/12/2023	Efeito no Resultado	Efeito no PL	30/09/2024
Créditos tributários diferidos	10.784.570	1.780.060	341	12.564.971
Débitos tributários diferidos	(18.384.986)	607.847	(467.033)	(18.244.172)
<b>Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas</b>	<b>(7.600.416)</b>	<b>2.387.907</b>	<b>(466.692)</b>	<b>(5.679.201)</b>



### c) Expectativa de realização dos ativos e obrigações fiscais diferidas:

	30/09/2025				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2025	2.617.006	21,0%	(692.102)	3,7%	1.924.904
2026	1.564.470	12,6%	(1.233.184)	6,6%	331.286
2027	2.314.233	18,6%	(1.881.819)	10,0%	432.414
2028	1.628.472	13,1%	(1.552.407)	8,3%	76.065
2029	920.137	7,4%	(2.035.556)	10,8%	(1.115.419)
2030 a 2034	3.401.612	27,3%	(9.467.990)	50,4%	(6.066.378)
Após 2034	-	0,0%	(1.924.852)	10,2%	(1.924.852)
<b>Total</b>	<b>12.445.930</b>	<b>100,0%</b>	<b>(18.787.910)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(6.341.980)</b>

	31/12/2024				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2024	1.540.176	11,6%	(2.772.578)	14,1%	(1.232.402)
2025	2.820.690	21,3%	(1.491.812)	7,6%	1.328.878
2026	2.071.251	15,6%	(1.578.642)	8,1%	492.609
2027	1.545.724	11,7%	(1.454.843)	7,4%	90.881
2028	984.104	7,4%	(1.469.129)	7,5%	(485.025)
2029 a 2033	4.301.609	32,4%	(9.544.403)	48,7%	(5.242.794)
Após 2033	-	0,0%	(1.287.369)	6,6%	(1.287.369)
<b>Total</b>	<b>13.263.554</b>	<b>100,0%</b>	<b>(19.598.776)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(6.335.222)</b>

## 17.3. Ativos fiscais correntes

	30/09/2025	31/12/2024
IRPJ/CSLL a compensar	1.279.705	727.768
Imposto de renda retido na fonte	281.361	260.559
Outros	10.024	9.108
<b>Total</b>	<b>1.571.090</b>	<b>997.435</b>
Circulante	1.571.090	997.435

## 18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

	30/09/2025	31/12/2024
Trabalhistas	189.102	189.450
Cíveis	1.604.495	1.522.045
Fiscais	23.074	74.897
<b>Total</b>	<b>1.816.671</b>	<b>1.786.392</b>
Circulante	-	-
Não circulante	1.816.671	1.786.392

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	30/09/2025			31/12/2024		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Até 1 ano	-	-	-	-	-	-
Entre 1 e 2 anos	65.415	2.320	15.223	61.863	2.254	-
Entre 2 e 3 anos	77.679	326.009	7.851	77.689	302.441	7.610
Entre 3 e 5 anos	44.279	1.269.756	-	48.265	1.211.529	-
Entre 5 e 10 anos	1.729	6.410	-	1.633	5.821	-
Após 10 anos	-	-	-	-	-	67.287
<b>Total</b>	<b>189.102</b>	<b>1.604.495</b>	<b>23.074</b>	<b>189.450</b>	<b>1.522.045</b>	<b>74.897</b>

O efeito no resultado dessas provisões está resumido no quadro abaixo:

	Três meses findos		Nove meses findos	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Constituições de provisões	(113.233)	(62.469)	(206.643)	(266.788)
Reversões de provisões	57.933	4.120	66.436	93.901
<b>Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais</b>	<b>(55.300)</b>	<b>(58.349)</b>	<b>(140.207)</b>	<b>(172.887)</b>

### 18.1. Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 153 processos judiciais (158 em 31 de dezembro de 2024), referentes, principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial, complementação de aposentadoria e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	189.450	171.071
Pagamentos	(97.836)	(13.963)
Constituições	104.922	46.168
Reversões	(7.433)	(13.826)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>189.102</b>	<b>189.450</b>

Em 30 de setembro de 2025, havia 22 processos judiciais em andamento (18 em 31 de dezembro de 2024), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 316.493 (R\$ 65.943 em 31 de dezembro de 2024).

## 18.2. Provisões cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 31 processos (31 em 31 de dezembro de 2024), cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND, além daqueles acerca de questões contratuais, sendo o principal pleito uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989.

	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	1.522.045	2.434.013
Pagamentos	-	(657.050)
Constituições	83.425	181.035
Reversões	(975)	(435.953)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>1.604.495</b>	<b>1.522.045</b>

Em 30 de setembro de 2025, havia 37 processos judiciais em andamento (39 em 31 de dezembro de 2024), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 73.898 (R\$ 101.904 em 31 de dezembro de 2024).

## 18.3. Provisões fiscais

As provisões fiscais refletem a classificação de risco de perda provável sobre 2 processos (2 em 31 de dezembro de 2024), referente a compensação de créditos fiscais.

	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	74.897	11.224
Pagamentos	(12.092)	(1.340)
Constituições	18.297	85.786
Reversões	(58.028)	(20.773)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>23.074</b>	<b>74.897</b>

Em 30 de setembro de 2025, havia 6 processos judiciais em andamento (4 em 31 de dezembro de 2024) classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.279.778 (R\$ 1.242.129 em 31 de dezembro de 2024).

## 19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB e Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS e Novo PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontrada na Nota Explicativa n.º 31.13.

### 19.1. Passivo atuarial - Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais relativas referentes aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
Passivo atuarial – PBB	1.831.094	1.623.958
Passivo atuarial – PAS	3.120.075	2.860.695
<b>Total</b>	<b>4.951.169</b>	<b>4.484.653</b>
<b>Circulante</b>	<b>232.956</b>	<b>683.918</b>
Passivo atuarial – PBB	108.972	572.434
Passivo atuarial – PAS	123.984	111.484
<b>Não circulante</b>	<b>4.718.213</b>	<b>3.800.735</b>
Passivo atuarial – PBB	1.722.122	1.051.524
Passivo atuarial – PAS	2.996.091	2.749.211

#### 19.1.1. Planos de aposentadoria complementar

##### 19.1.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 31 de agosto de 2025 e atualizada até 30 de setembro de 2025:

	30/09/2025	31/12/2024
Valor presente da obrigação atuarial	18.977.640	18.080.419
Valor justo dos ativos do plano	(15.315.452)	(14.832.503)
<b>Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos</b>	<b>3.662.188</b>	<b>3.247.916</b>
Efeito do compartilhamento de risco	(1.831.094)	(1.623.958)
<b>Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador</b>	<b>1.831.094</b>	<b>1.623.958</b>

O BNDES adota o compartilhamento de risco com participantes ativos e assistidos, no custeio do benefício de previdência complementar oferecido a seus empregados. Dessa forma, o passivo atuarial do PBB, ou valor da obrigação pós-emprego de Benefício Definido (BD) reconhecido em suas demonstrações contábeis, corresponde ao montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberta pelo valor justo dos ativos do plano de benefício previdencial.

## Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

Obrigação atuarial do PBB	30/09/2025	31/12/2024
<b>Valor presente no início do exercício</b>	<b>18.080.419</b>	<b>20.385.285</b>
Custo do serviço corrente	325.174	566.553
Custo de juros	1.532.415	2.070.414
Contribuição dos participantes do plano	112.935	144.930
Benefícios pagos	(749.263)	(969.139)
Perdas (ganhos) atuariais	(324.040)	(4.117.624)
Mudança de premissas (crescimento salarial)	-	40.991
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(309.043)	(3.654.082)
Mudança de premissas (reajuste salarial)	961.030	758.753
Ajuste de experiência	(976.027)	(1.263.286)
<b>Valor presente no final do período</b>	<b>18.977.640</b>	<b>18.080.419</b>

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.1.3.

Ativos do PBB	30/09/2025	31/12/2024
<b>Valor justo no início do exercício</b>	<b>14.832.503</b>	<b>15.255.607</b>
Receita de juros	1.240.812	1.510.256
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(326.688)	(1.371.784)
Contribuições recebidas do empregador <sup>(1)</sup>	205.153	262.633
Contribuições recebidas dos participantes	112.935	144.930
Benefícios pagos	(749.263)	(969.139)
Benefícios brutos	(849.986)	(1.100.848)
Contribuições descontadas dos assistidos <sup>(2)</sup>	100.723	131.709
<b>Valor justo no final do período</b>	<b>15.315.452</b>	<b>14.832.503</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde a contribuições para ativos e assistidos e aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 baixados no primeiro semestre de 2025, conforme seção "Contas a Pagar – Fapes.

<sup>(2)</sup> Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 213.658.

A contribuição estimada com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 283.111.

A duração média da obrigação atuarial é de 13,98 anos em 30 de setembro de 2025 (14,08 anos em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES na data-base de 30 de setembro de 2025 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PBB	1.379.767	1.398.995	1.413.917	2.864.726	7.547.475	68.131.626	<b>82.736.506</b>

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2024 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PBB	1.313.608	1.322.243	1.337.871	2.712.611	7.076.047	64.864.695	<b>78.627.075</b>

## Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

	Três meses findos		Nove meses findos	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Custo do serviço corrente (patronal)	(56.953)	(72.280)	(162.587)	(207.887)
Custo líquido dos juros da obrigação	(50.788)	(68.724)	(137.242)	(185.678)
<b>Subtotal</b>	<b>(107.741)</b>	<b>(141.004)</b>	<b>(299.829)</b>	<b>(393.565)</b>
Contribuições recebidas do empregador	69.080	64.219	205.153	195.271
<b>Total</b>	<b>(38.661)</b>	<b>(76.785)</b>	<b>(94.676)</b>	<b>(198.294)</b>

Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes	30/09/2025	31/12/2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>3.742.411</b>	<b>2.513.311</b>
Ganhos (Perdas) atuariais	324.040	4.117.624
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(326.688)	(1.371.784)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>3.739.763</b>	<b>5.259.151</b>
Efeito do compartilhamento de risco <sup>(1)</sup>	(109.812)	(1.516.740)
Efeito da baixa dos contratos de dívida <sup>(2)</sup>	(1.695.809)	-
<b>Saldo no final do período (com compartilhamento de risco)</b>	<b>1.934.142</b>	<b>3.742.411</b>

<sup>(1)</sup> Variação do efeito do compartilhamento de risco nos exercícios findos.

<sup>(2)</sup> Correspondem aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 baixados no primeiro trimestre de 2025, conforme seção "Contas a Pagar – Fapes".

## Ativos do PBB por categoria e nível de mensuração

	30/09/2025				31/12/2024			
	Nível1	Nível2	Nível3	Total	Nível1	Nível2	Nível3	Total
Fundos de investimento	-	13.507.787	473.904	13.981.691	-	13.171.047	464.271	13.635.318
Multimercado	-	13.507.787	4.038	13.511.825	-	13.171.047	-	13.171.047
Participações	-	-	469.866	469.866	-	-	464.271	464.271
Imóveis <sup>(1)</sup>	-	-	886.485	886.485	-	-	864.968	864.968
Locados a terceiros	-	-	841.438	841.438	-	-	820.967	820.967
Locados aos patrocinadores	-	-	45.047	45.047	-	-	44.001	44.001
Empréstimos e financiamentos	-	-	496.806	496.806	-	-	476.574	476.574
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>13.507.787</b>	<b>1.857.195</b>	<b>15.364.982</b>	<b>-</b>	<b>13.171.047</b>	<b>1.805.813</b>	<b>14.976.860</b>
Outros ativos não avaliados a valor justo <sup>(2)</sup>				88.242				99.495
Outras deduções <sup>(3)</sup>				(256.902)				(330.889)
<b>Total em 31/08/2025 e 30/11/2024</b>				<b>15.196.322</b>				<b>14.745.466</b>
Atualização de data-base <sup>(4)</sup>				119.130				87.037
<b>Total</b>				<b>15.315.452</b>				<b>14.832.503</b>

<sup>(1)</sup> O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela Fapes monta em R\$ 4.691 em 30 de setembro de 2025 (R\$ 4.647 em 31 de dezembro de 2024).

<sup>(2)</sup> Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

<sup>(3)</sup> Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

<sup>(4)</sup> Projeção do valor justo dos ativos do plano de 31/08/2025 para 30/09/2025. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 30/09/2025.

## Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada, em 30 de setembro de 2025, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente, refletindo 50% no valor do passivo atuarial do PBB, pela adoção do compartilhamento de risco. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
<b>Taxa de desconto atuarial</b>		
Aumento de 0,5% a.a.	(968.614)	-5,10%
Redução de 0,5% a.a.	1.066.236	5,62%
<b>Taxa de desconto atuarial</b>		
Aumento de 1% a.a.	(1.851.237)	-9,75%
Redução de 1% a.a.	2.243.707	11,82%
<b>Tábua de mortalidade</b>		
Aumento de 1 ano na idade	341.960	1,80%
Redução de 1 ano na idade	(353.233)	-1,86%
<b>Taxa de crescimento salarial</b>		
Aumento de 1% a.a.	543.252	2,86%
Redução de 1% a.a.	(487.756)	-2,57%

## Contas a Pagar Fapes

Em 09/10/2024, foi assinado acordo entre o Sistema BNDES, a Fapes e o TCU, encerrando controvérsias administrativas. Gradativamente estão sendo encerrados os processos judiciais e administrativos, inclusive os referidos processos TC 029.845/2016-5 (contratos de confissão de dívida - CCD - de 2002 e 2004) e TC 011.488/2020-4 (processo onde seria monitorada a devolução dos valores referentes aos aportes de 2009 e 2010). O Acordo prevê, além do encerramento dos referidos processos, resumidamente: (i) a migração incentivada do PBB para um novo plano de contribuição definida até setembro de 2026; e (ii) a devolução ao BNDES, em até 360 (trezentos e sessenta) meses após a conclusão do processo de migração, do valor do ativo contingente a ser apurado ao final do exercício.

Em março de 2025, foram baixados os contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004, cujas amortizações estavam suspensas. Tal baixa foi amparada nos termos do acordo celebrado entre as empresas do Sistema BNDES e Fapes, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos ("SecexConsenso") do TCU. Neste trimestre, o Plenário do TCU já determinou o arquivamento do processo TC 029.845/2016-5 (dos CCDs 2002 e 2004). Aguarda-se julgamento da proposta de arquivamento do processo TC 011.488/2020-4 (dos aportes 2009 e 2010), por parte da equipe de auditoria.

O efeito da baixa está descrito na Nota Explicativa n.º 22.3.

### Considerações adicionais

#### (a) Ação de cobrança da Fapes para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A Fapes pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30/12/2014, a Administração do BNDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26/07/2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela Fapes.

Em julho de 2016, a Fapes ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança (Processo judicial n.º 0097562-78.2016.4.02.5101). Em 24/11/2016, a Diretoria da Fapes informou aos participantes e

beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiavam a sustentabilidade do PBB, administrado pela Fapes. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31/01/2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDES apresentou contestação. Em 03/05/2018, em provas, o BNDES requereu perícia atuarial e a Fapes requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 23ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência e, em 14/08/2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O BNDES concordou com ingresso da União no processo. Em 27/08/2020, a juíza titular da 29ª Vara Federal se declarou novamente impedida para processar e julgar o processo. A Fapes recorreu afirmando que já havia decisão sobre a questão do impedimento. Foi provido, por unanimidade, o recurso, devendo o feito ser remetido para a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despacho proferido em 09/12/2021, determinando que a União Federal se manifeste sobre provas no processo. Manifestação da União concordando com a defesa dos Réus. O processo estava em fase de produção de prova pericial. Em 29/01/2024, o processo foi suspenso por 180 dias, tendo em vista as tratativas entre as partes para celebração de acordo no âmbito da SECEXConsenso. Cumpre informar que, em 09/10/2024, foi assinado acordo entre o Sistema BNDES, a Fapes e o TCU. O Acordo prevê, dentre outras providências, o fim dos litígios administrativos e judiciais relacionados a valores aportados pelo BNDES no PBB. Diante disso, em 08/01/2025, foi protocolada petição conjunta, pela Fapes e pelas empresas do Sistema BNDES, visando à homologação do referido acordo no processo judicial e à consequente extinção da ação. Em 18/02/2025, foi proferida sentença de homologação do Acordo nos autos com a consequente extinção do processo com resolução do mérito.

O BNDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado. Com a decisão de homologação do acordo Consenso TCU e de extinção do processo, o valor envolvido na causa, classificado como de risco de perda remoto, foi zerado para encerramento da ficha.

#### (b) Plano de ação para devolução dos valores aportados no PBB em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à Fapes quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08/04/2019, comunicando a decisão do TCU.

Em 2019, a Fapes ingressou com ação, pelo rito comum, em face da União e do BNDES, com o objetivo de anular a decisão do TCU que havia determinado a devolução dos aportes unilaterais realizados no PBB em 2009 e 2010 (Processo judicial n.º 5028499-70.2019.4.02.5101). O BNDES apresentou contestação e apresentou reconvenção com a finalidade de cobrar os referidos valores. Em 22/08/2019 ocorreu audiência de conciliação sem acordo entre as partes, sendo determinado o prosseguimento da ação. Ato contínuo, a Fapes apresentou defesa contra os pedidos de restituição dos aportes. Em 28/10/2022, foi proferida sentença de primeira instância tendo sido rejeitado o pedido da ação proposta pela Fapes contra o BNDES e União e acolhido o pedido do BNDES e União para condenar a Fapes na devolução de todos os 3 (três) aportes unilateralmente perpetrados pelo BNDES, BNDESPAR e a Finame, no valor de R\$ 395,2 milhões (junho de 2009), R\$ 11,5 milhões (julho de 2010), e R\$ 40,9 milhões (agosto de 2010), de forma proporcional ao que foi desembolsado por cada empresa, corrigidos da data de sua realização até o efetivo pagamento pela rentabilidade da reconvinada (Fapes). Em 14/11/2022, a Fapes interpôs recurso de Embargos de Declaração. Embargos de Declaração não acolhidos. Em 27/02/2023, sentença confirmada em instância. Em 30/03/2023, Fapes interpôs recurso de apelação. BNDES/Finame/BNDESPAR



apresentaram contrarrazões. Em 15/06/2023, os autos foram remetidos à segunda instância (TRF2). Em 10/08/2023, manifestação do MPF (Parecer) pelo conhecimento e não provimento da apelação da Fapes. Em 12/01/2024, as partes peticionaram em conjunto requerendo a suspensão do feito, tendo em vista suas tratativas para celebração de acordo no âmbito da SECEXConsenso. Cumpre informar que, em 18/09/2024, foi aprovado pelo Plenário do TCU o acordo entre o Sistema BNDES, a Fapes e o TCU. O Acordo prevê, dentre outras providências, o fim dos litígios administrativos e judiciais relacionados a valores aportados pelo BNDES no PBB. Diante disso, em 08/01/2025, foi protocolada petição conjunta, pela Fapes e pelas empresas do Sistema BNDES, visando à homologação do referido acordo no processo judicial e à consequente extinção da ação. Em 23/09/2025, foi publicada no DJEN a decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que homologou o Acordo entre o Sistema BNDES, a Fapes e o TCU (TCU/Consenso), extinguindo-se o processo com resolução de mérito.

As devoluções estavam sendo tratadas como ativo contingente, portanto, não contabilizadas.

Observa-se que, além da extinção do processo n.º 0097562-78.2016.4.02.5101, o Acordo TCU/Consenso foi também homologado nos 3 (três) processos de execução dos contratos de confissão de dívida (CCDs) firmados nos anos de 2002 e 2004 entre a Fapes e as empresas do Sistema BNDES (processos n.º 5096101-44.2020.4.02.5101, 0306553-84.2020.8.19.0001 e 5096085-90.2020.4.02.5101), não restando mais nenhum processo pendente de decisão homologatória.

#### 19.1.1.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 08/12/2022 e aberto para adesões a partir de 19/12/2022. Até 30/09/2025, houve 447 adesões, tendo ampliado o número de participantes do PBCD, a partir de abril de 2025, com a admissão de novos empregados aprovados no Concurso de Seleção Pública de 2024. O plano foi estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), em todas as suas fases e benefícios, com a obrigação do Patrocinador limitada à paridade com as contribuições básicas de, no mínimo, 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes ativos. Em 2025, foram aportados R\$ 2.160 no PBCD, pelo BNDES, em paridade com a contribuição básica dos participantes ativos inscritos no Plano CD (incluindo os repasses de competência setembro de 2025), acumulando patrimônio de cobertura do plano de R\$ 13,3 milhões (considerando a referência do último balancete disponível, de agosto de 2025).

Os benefícios de aposentadoria programada do PBCD serão pagos na forma de renda mensal, calculada com base no saldo da conta individual de cada participante. No momento da concessão da aposentadoria, o participante poderá optar por sacar à vista até 25% de seu saldo de conta. O valor remanescente será transformado em renda pelas regras do plano, dentre as 3 (três) opções a seguir: (1) percentual do saldo remanescente, entre 0,25% a 2% do saldo de conta, variando em intervalos de 0,25%, pagos mensalmente; (2) prazo determinado, entre 5 e 30 anos, variando em intervalos de 1 ano, para pagamentos mensais; ou (3) equivalência atuarial, renda mensal recalculada atuarial e anualmente a partir da data da concessão, enquanto houver saldo de conta – ou seja, até atingir o limite do valor mínimo de benefício, a ser pago em parcela única, e confirmar o esgotamento da conta individual e da condição de beneficiário. Portanto, não há risco atuarial nem de investimento recaindo aos Patrocinador e não gera obrigação pós-emprego.

## 19.1.2. Planos de assistência à saúde

### 19.1.2.1. Plano de Assistência e Saúde - PAS

	30/09/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações não fundeadas	3.120.075	2.860.695
<b>Passivo líquido</b>	<b>3.120.075</b>	<b>2.860.695</b>

### Movimentação no valor presente das obrigações do PAS

	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	2.860.695	3.782.754
Custo do serviço corrente	62.867	126.887
Custo de juros da obrigação	244.887	389.850
Benefícios pagos	(96.895)	(154.439)
Perdas (Ganhos) atuariais	48.521	(1.284.357)
Mudança de premissas de custos (VCMH) <sup>(1)</sup>	-	(11.853)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(62.849)	(734.705)
Ajuste de experiência	111.370	(537.799)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>3.120.075</b>	<b>2.860.695</b>

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.1.3.

### Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Resultado	Três meses findos		Nove meses findos	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Custo do serviço corrente	(22.022)	(32.376)	(62.867)	(93.117)
Custo dos juros da obrigação	(91.166)	(99.915)	(244.887)	(271.440)
<b>Subtotal</b>	<b>(113.188)</b>	<b>(132.291)</b>	<b>(307.754)</b>	<b>(364.557)</b>
Benefícios pagos (correntes)	32.433	34.401	96.895	123.282
<b>Total</b>	<b>(80.755)</b>	<b>(97.890)</b>	<b>(210.859)</b>	<b>(241.275)</b>

Patrimônio Líquido - Outros resultados abrangentes	30/09/2025	31/12/2024
Saldo do início do exercício	1.924.436	640.079
Ganhos (Perdas) atuariais	(48.521)	1.284.357
<b>Saldo no final do período</b>	<b>1.875.915</b>	<b>1.924.436</b>

As contribuições esperadas do BNDES com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 150.971 (R\$ 138.827 em 31 de dezembro de 2024).

A duração média da obrigação atuarial é de 17,36 anos em 30 de setembro de 2025 (17,88 anos em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES na data-base de 30 de setembro de 2025 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 e 2 anos	2 e 3 anos	3 e 5 anos	5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PAS	150.971	159.742	167.676	355.228	1.039.018	16.905.018	<b>18.777.653</b>

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2024 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 e 2 anos	2 e 3 anos	3 e 5 anos	5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PAS	138.827	147.621	153.018	328.063	941.181	16.303.122	18.011.832

## Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação pós-emprego ou passivo atuarial do PAS teria sido afetada, em 30 de setembro de 2025, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Varição % sobre a obrigação atuarial
<b>Taxa de desconto atuarial</b>		
Aumento de 0,5% a.a.	(194.994)	-6,25%
Redução de 0,5% a.a.	218.092	6,99%
<b>Taxa de desconto atuarial</b>		
Aumento de 1% a.a.	(369.948)	-11,86%
Redução de 1% a.a.	462.906	14,84%
<b>Tábua de mortalidade</b>		
Aumento de 1 ano na idade	88.792	2,85%
Redução de 1 ano na idade	(89.700)	-2,87%
<b>Taxa de variação dos custos médicos</b>		
Aumento de 1% a.a.	475.893	15,25%
Redução de 1% a.a.	(384.776)	-12,33%

### 19.1.2.2. Novo Plano de Assistência e Saúde – Novo PAS

A partir de abril de 2025, com a admissão de novos empregados aprovados no Concurso de Seleção Pública de 2024, entrou em operação o Novo PAS, plano privado de assistência à saúde, instituído na modalidade autogestão, destinado aos empregados que ingressaram no BNDES a partir de 19/03/2018 (quando o PAS foi fechado para novas adesões), nos termos de seu Regulamento alterado pela Resolução DIR n.º 4.306/2024-BNDES, de 28/11/2024, e registrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em 28/01/2025.

O custeio do Novo Plano é feito por meio de cobrança de mensalidade e coparticipação dos beneficiários, sendo a mensalidade compartilhada com o BNDES, durante a permanência do vínculo empregatício. Conforme previsão regulamentar, ao término do vínculo, o ex-empregado e seus dependentes que optarem por permanecer como beneficiários do Novo PAS devem arcar com 100% da mensalidade.

Até setembro de 2025, foram registradas adesões de 342 empregados como beneficiários titulares, com inscrição de 214 dependentes, totalizando 556 vidas cobertas pelo Novo PAS. Considerando que ainda não há ex-empregados titulares, não há custo incorrido pelo grupo familiar dessa classe de beneficiários, nem há, por decorrência, requisito para estudo de suficiência do custeio desse grupo, até o presente momento. Portanto, por ora, para o BNDES, não há obrigação de benefício pós-emprego decorrente do Novo PAS.

### 19.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	30/09/2025	31/12/2024
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,16% a.a.	3,16% a.a.
Grupo Apoio	3,13% a.a.	3,13% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,77% a.a.	6,77% a.a.
Grupo Apoio	6,74% a.a.	6,74% a.a.
Taxa de desconto nominal	10,99% a.a.	10,84% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,99% a.a.	10,84% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	3,63% a.a.	3,63% a.a.
Taxa nominal de tendência dos custos médicos	7,26% a.a.	7,26% a.a.

Para a data-base de 30/09/2025, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 7,24% a.a., correspondente à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA), do dia 22/09/2025, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 4.032 dias úteis (16 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo vértice registrou taxa de 7,24% a.a. em 30/09/2025, portanto sem alteração em relação à taxa de desconto utilizada.

Em 31/12/2024, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 7,09% a.a., correspondente à taxa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA), do dia 20/12/2024, divulgada pela Anbima, correspondente ao vértice de 3.096 dias úteis (15,5 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial anterior. O mesmo vértice registrou taxa de 7,33% a.a. em 31/12/2024, representando redução de 0,24 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

### 19.1.4. Processos Judiciais e Contingências da Fapes

		30/09/2025		31/12/2024	
		PBB	PAS	PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	35.665	143	25.365	56
	Quantidade	31	4	18	3
Classificação: Possível	Valor	11.414	388	29.130	344
	Quantidade	39	7	58	10

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da Fapes. Esses processos totalizam R\$ 35.665 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 143 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Conforme IAS 37, para as perdas possíveis, a Fapes não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 11.414 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 388 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

### 19.2. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	Três meses findos		Nove meses findos	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Vale transporte	16	15	49	53
Vale-refeição	24.289	18.272	67.521	56.993
Assistência Educacional	10.415	9.272	29.654	27.521
<b>Total</b>	<b>34.720</b>	<b>27.559</b>	<b>97.224</b>	<b>84.567</b>

## 20. OUTROS PASSIVOS

	30/09/2025	31/12/2024
Provisão de desembolso - Fundo Social	529.907	601.774
Provisão de desembolso - FUNTEC	134.358	113.194
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	65.116	17.116
Participação Resultado - empregados (Nota Explicativa n.º 23.7)	-	327.753
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 23.7)	3.120	5.865
Obrigações trabalhistas (pessoal)	630.054	473.998
Outras	72.240	60.308
<b>Total</b>	<b>1.434.795</b>	<b>1.600.008</b>
Circulante	1.432.649	1.596.303
Não circulante	2.146	3.705

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 21.1. Capital social

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado, de R\$ 150.000.000, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do exercício; incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% do capital social; incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme destinação do resultado do exercício prevista no estatuto; e mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ocorrida em 28 de abril de 2025, aprovou um aumento do capital social, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, no montante de R\$ 10.027.309, referente à parcela da destinação dos lucros do exercício de 2024, sem emissão de novas ações. Assim, o capital passou a ser de R\$ 109.001.243.

### 21.2. Instrumentos elegíveis ao capital principal

O Contrato n.º 963/PGFN/CAF - Instrumento de novação e confissão de dívida celebrado em junho de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 8.731.760 - compõe o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumento Elegível ao Capital Principal, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.955/2021.

Esse contrato não possui vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Remuneração	N.º do contrato (STN)	Patrimônio líquido			Passivo			
		31/12/2024	Amortização	30/09/2025	31/12/2024	Juros e atualização monetária	Pagamentos de juros	30/09/2025
Variável, limitada à TJLP	963/PGFN/CAF	8.731.760	-	8.731.760	348.016	202.514	(364.523)	186.007
Circulante					348.016			186.007
Não circulante					-			-

### 21.3. Reservas de lucros

A composição do saldo de Reservas de lucros é apresentada a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
Reserva legal	11.939.378	11.939.378
Reserva para futuro aumento de capital	-	10.027.309
Reservas de equalização de dividendos	7.321.781	16.095.676
Incentivos fiscais	201.355	201.355
<b>Total</b>	<b>19.462.514</b>	<b>38.263.718</b>

## 21.4. Outros resultados abrangentes

A composição do saldo de outros resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários, é apresentado a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
<b>Ativos próprios</b>		
Ajuste a valor justo de ativos financeiros ao VJORA	28.971.848	25.543.267
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	2.966.454	4.747.270
<b>Subtotal</b>	<b>31.938.302</b>	<b>30.290.537</b>
<b>Ativos de coligadas e ativos mantidos para venda</b>		
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes	(168.977)	(197.823)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	585.311	631.745
<b>Subtotal</b>	<b>416.334</b>	<b>433.922</b>
<b>Total</b>	<b>32.354.636</b>	<b>30.724.459</b>

## 21.5. Pagamento de dividendos

30/09/2025					
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago <sup>(1)</sup>	Data de pagamento	Meio de pagamento
Dividendos na forma de JCP	2024	5.485.516	5.742.563	16/05/2025	Moeda corrente
Dividendos	2024	781.552	818.175	16/05/2025	Moeda corrente
Dividendos complementares na forma de JCP	2024	6.267.068	6.783.656	12/08/2025	Moeda corrente
<b>Total</b>		<b>12.534.136</b>	<b>13.344.394</b>		

<sup>(1)</sup> Inclui atualização pela taxa Selic da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

31/12/2024					
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago <sup>(1)</sup>	Data de pagamento	Meio de pagamento
Dividendos complementares na forma de juros sobre o capital próprio (JCP) <sup>(2)</sup>	2022	4.000.000	4.688.794	08/05/2024	Moeda corrente
Dividendos propostos	2023	711.272	737.577	08/05/2024	Moeda corrente
Dividendos na forma de JCP propostos	2023	4.490.712	4.656.787	08/05/2024	Moeda corrente
Dividendos complementares	2022	6.240.910	7.811.286	27/12/2024	Moeda corrente
Dividendos complementares na forma de JCP	2022	2.868.433	3.590.206	27/12/2024	Moeda corrente
Dividendos complementares na forma de JCP	2023	5.276.120	5.793.534	29/11/2024	Moeda corrente
Dividendos complementares	2023	2.006.657	2.221.865	27/12/2024	Moeda corrente
<b>Total</b>		<b>25.594.104</b>	<b>29.500.049</b>		

<sup>(1)</sup> Inclui atualização pela taxa Selic da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento. A despesa com a atualização está apresentada na rubrica "Atualização monetária líquida de ativos e passivos" da demonstração do resultado.

<sup>(2)</sup> O valor atualizado em 2023 era de R\$ 4.521.896.

## Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

Os saldos apresentados no quadro abaixo, incluem atualização monetária pela taxa Selic da data a que se referem os lucros até os períodos reportados.

	Ano Base	30/09/2025	31/12/2024
Dividendos complementares	2024	244.852	5.485.517
Juros sobre o capital próprio (JCP) complementares	2024	2.521.463	781.552
<b>Total <sup>(1)</sup></b>		<b>2.766.315</b>	<b>6.267.069</b>
Circulante		2.766.315	6.267.069
Não circulante		-	-

<sup>(1)</sup> Em 31 de outubro de 2025, o saldo total foi pago pelo BNDES à União sob a forma de JCP, acrescido da atualização monetária até aquela data, conforme Nota Explicativa n.º 29.

## 22. RESULTADO OPERACIONAL

### 22.1. Resultado da intermediação financeira

	Três meses findos em 30/09/2025						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
<b>Receitas de intermediação financeira</b>							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	12.681.181	(1.413.317)	10.226	-	-	45.005	11.323.095
Operações de crédito	6.666.246	(970.220)	10.226	-	-	45.005	5.751.257
Repasses Interfinanceiros	5.101.908	(441.480)	-	-	-	-	4.660.428
Venda a prazo de TVM	3.526	(1.617)	-	-	-	-	1.909
Direitos recebíveis	26.971	-	-	-	-	-	26.971
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	882.530	-	-	-	-	-	882.530
<b>Resultado com títulos e valores mobiliários</b>	7.073.327	(144.236)	(43.791)	(27.311)	-	(1.570.242)	5.287.747
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	1.480.064	-	-	-	-	(1.570.242)	(90.178)
Títulos federais	4.475.547	-	(40.386)	(27.311)	-	-	4.407.850
Debêntures	963.681	-	(3.405)	-	-	-	960.276
Fundos mútuos de investimento	3.014	-	-	-	-	-	3.014
Títulos de renda fixa no exterior	151.021	(144.236)	-	-	-	-	6.785
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	237.239	237.239
<b>Total</b>	19.754.508	(1.557.553)	(33.565)	(27.311)	-	(1.287.998)	16.848.081
<b>Despesas de intermediação financeira</b>							
Financiamentos e repasses	(12.331.238)	1.840.517	-	-	-	-	(10.490.721)
Depósitos interfinanceiros	(34.498)	-	-	-	-	-	(34.498)
Depósitos especiais	(71.085)	-	-	-	-	-	(71.085)
Operações compromissadas	(1.247.194)	-	-	-	-	-	(1.247.194)
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	(855.768)	-	-	-	-	-	(855.768)
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.643.740)	1.023.422	-	-	-	-	(620.318)
Dívida subordinada	(8.454.454)	817.095	-	-	-	-	(7.637.359)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(24.499)	-	-	-	-	-	(24.499)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	-	-	(453.633)	-	-	-	(453.633)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	(361.239)	-	(361.239)
Resultado da carteira de câmbio	-	(45.615)	-	-	-	-	(45.615)
<b>Total</b>	(12.331.238)	1.794.902	(453.633)	-	(361.239)	-	(11.351.208)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	7.423.270	237.349	(487.198)	(27.311)	(361.239)	(1.287.998)	5.496.873



	Três meses findos em 30/09/2024						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
<b>Receitas de intermediação financeira</b>							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	11.154.130	(983.465)	-	-	-	42.607	10.213.272
Operações de crédito	6.677.085	(719.425)	-	-	-	42.607	6.000.267
Repasses Interfinanceiros	3.821.949	(262.551)	-	-	-	-	3.559.398
Venda a prazo de TVM	4.558	(1.489)	-	-	-	-	3.069
Direitos recebíveis	44.790	-	-	-	-	-	44.790
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	605.748	-	-	-	-	-	605.748
Resultado com títulos e valores mobiliários	4.617.326	(115.861)	(184.926)	(16.823)	-	(586.012)	3.713.704
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	1.010.726	-	-	-	-	(586.012)	424.714
Títulos federais	2.751.400	-	(183.157)	(16.845)	-	-	2.551.398
Debêntures	729.362	-	(1.769)	22	-	-	727.615
Fundos mútuos de investimento	1.474	-	-	-	-	-	1.474
Títulos de renda fixa no exterior	124.364	(115.861)	-	-	-	-	8.503
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	238.242	238.242
<b>Total</b>	<b>15.771.456</b>	<b>(1.099.326)</b>	<b>(184.926)</b>	<b>(16.823)</b>	<b>-</b>	<b>(305.163)</b>	<b>14.165.218</b>
<b>Despesas de intermediação financeira</b>							
Financiamentos e repasses	(9.974.750)	1.238.318	-	-	-	-	(8.736.432)
Depósitos interfinanceiros	(16.423)	-	-	-	-	-	(16.423)
Depósitos especiais	(78.494)	-	-	-	-	-	(78.494)
Operações compromissadas	(960.448)	-	-	-	-	-	(960.448)
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de crédito do agronegócio	(55.155)	-	-	-	-	-	(55.155)
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.507.429)	575.562	-	-	-	-	(931.867)
Dívida subordinada	(7.346.113)	662.756	-	-	-	-	(6.683.357)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(10.688)	-	-	-	-	-	(10.688)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	-	-	(138.367)	-	-	-	(138.367)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	(1.148.164)	-	(1.148.164)
Resultado da carteira de câmbio	-	(8.925)	-	-	-	-	(8.925)
<b>Total</b>	<b>(9.974.750)</b>	<b>1.229.393</b>	<b>(138.367)</b>	<b>-</b>	<b>(1.148.164)</b>	<b>-</b>	<b>(10.031.888)</b>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>5.796.706</b>	<b>130.067</b>	<b>(323.293)</b>	<b>(16.823)</b>	<b>(1.148.164)</b>	<b>(305.163)</b>	<b>4.133.330</b>

	Nove meses findos em 30/09/2025						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
<b>Receitas de intermediação financeira</b>							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	41.283.369	(8.647.217)	221.192	-	-	141.042	32.998.386
Operações de crédito	22.821.754	(5.986.702)	221.192	-	-	141.042	17.197.286
Repasses Interfinanceiros	14.753.490	(2.654.289)	-	-	-	-	12.099.201
Venda a prazo de TVM	(3.337)	(6.226)	-	-	-	-	(9.563)
Direitos recebíveis	93.099	-	-	-	-	-	93.099
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	3.618.363	-	-	-	-	-	3.618.363
<b>Resultado com títulos e valores mobiliários</b>	19.399.052	(911.853)	2.685.606	(815.791)	-	(3.243.711)	17.113.303
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	4.231.203	-	-	-	-	(3.243.711)	987.492
Títulos federais	11.167.568	-	2.693.076	(815.686)	-	-	13.044.958
Debêntures	3.556.969	-	(7.470)	(105)	-	-	3.549.394
Fundos mútuos de investimento	7.917	-	-	-	-	-	7.917
Títulos de renda fixa no exterior	435.395	(911.853)	-	-	-	-	(476.458)
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	843.626	843.626
<b>Total</b>	60.682.421	(9.559.070)	2.906.798	(815.791)	-	(2.259.043)	50.955.315
<b>Despesas de intermediação financeira</b>							
Financiamentos e repasses	(39.945.301)	10.528.423	-	-	-	-	(29.416.878)
Depósitos interfinanceiros	(104.546)	-	-	-	-	-	(104.546)
Depósitos especiais	(270.043)	-	-	-	-	-	(270.043)
Operações compromissadas	(3.425.113)	-	-	-	-	-	(3.425.113)
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	(1.813.652)	-	-	-	-	-	(1.813.652)
Obrigações por empréstimos e repasses	(4.568.789)	5.354.616	-	-	-	-	785.827
Dívidas subordinadas	(29.736.436)	5.173.807	-	-	-	-	(24.562.629)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(26.722)	-	-	-	-	-	(26.722)
Resultados com derivativos - câmbio e taxa de juros	-	-	(5.071.008)	-	-	-	(5.071.008)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	(2.308.088)	-	(2.308.088)
Resultado da carteira de câmbio	-	(213.956)	-	-	-	-	(213.956)
<b>Total</b>	(39.945.301)	10.314.467	(5.071.008)	-	(2.308.088)	-	(37.009.930)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	20.737.120	755.397	(2.164.210)	(815.791)	(2.308.088)	(2.259.043)	13.945.385

	Nove meses findos em 30/09/2024						
	Juros	Varição cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
<b>Receitas de intermediação financeira</b>							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	34.714.693	4.811.830	-	-	-	123.691	39.650.214
Operações de crédito	20.309.523	3.814.438	-	-	-	123.691	24.247.652
Repasses Interfinanceiros	11.917.079	986.156	-	-	-	-	12.903.235
Venda a prazo de TVM	5.360	11.236	-	-	-	-	16.596
Direitos recebíveis	149.799	-	-	-	-	-	149.799
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	2.332.932	-	-	-	-	-	2.332.932
Resultado com títulos e valores mobiliários	12.842.686	636.237	(1.971.028)	(117.585)	-	(1.405.348)	9.984.962
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	2.899.891	-	-	-	-	(1.405.348)	1.494.543
Títulos federais	7.157.006	-	(1.963.297)	(116.870)	-	-	5.076.839
Debêntures	2.457.902	-	(7.731)	(715)	-	-	2.449.456
Fundos mútuos de investimento	3.689	-	-	-	-	-	3.689
Títulos de renda fixa no exterior	324.198	636.237	-	-	-	-	960.435
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	701.205	701.205
<b>Total</b>	<b>47.557.379</b>	<b>5.448.067</b>	<b>(1.971.028)</b>	<b>(117.585)</b>	<b>-</b>	<b>(580.452)</b>	<b>50.336.381</b>
<b>Despesas de intermediação financeira</b>							
Financiamentos e repasses	(30.260.017)	(6.657.827)	-	-	-	-	(36.917.844)
Depósitos interfinanceiros	(50.008)	-	-	-	-	-	(50.008)
Depósitos especiais	(273.588)	-	-	-	-	-	(273.588)
Operações compromissadas	(2.743.563)	-	-	-	-	-	(2.743.563)
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de crédito do agronegócio	(109.283)	-	-	-	-	-	(109.283)
Obrigações por empréstimos e repasses	(3.568.903)	(3.360.917)	-	-	-	-	(6.929.820)
Dívida subordinada	(23.501.074)	(3.296.910)	-	-	-	-	(26.797.984)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(13.598)	-	-	-	-	-	(13.598)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	-	-	4.215.456	-	-	-	4.215.456
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	(925.803)	-	(925.803)
Resultado da carteira de câmbio	-	84.798	-	-	-	-	84.798
<b>Total</b>	<b>(30.260.017)</b>	<b>(6.573.029)</b>	<b>4.215.456</b>	<b>-</b>	<b>(925.803)</b>	<b>-</b>	<b>(33.543.393)</b>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>17.297.362</b>	<b>(1.124.962)</b>	<b>2.244.428</b>	<b>(117.585)</b>	<b>(925.803)</b>	<b>(580.452)</b>	<b>16.792.988</b>

## 22.2. Despesas Tributárias

As despesas tributárias, exceto os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL, divulgados na Nota Explicativa no 17), são majoritariamente referentes a PIS e COFINS.

## 22.3. Outras receitas operacionais

O principal efeito registrado na rubrica do Resultado de “Outras receitas operacionais” refere-se à baixa dos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 entre o BNDES e a Fapes, no valor de R\$ 1.707.559, em março de 2025.

Tal baixa foi amparada nos termos do acordo celebrado entre as empresas do Sistema BNDES e Fapes, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (“SecexConsenso”) do TCU.

Informações adicionais estão mencionadas na Nota Explicativa 19.1.1.1. seção “Contas a Pagar – Fapes”.

## 23. PARTES RELACIONADAS

### 23.1. Transações com o Tesouro Nacional

A União Federal, por meio do Tesouro Nacional, é o controlador integral do BNDES. As transações com controladas são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com partes independentes e como não envolvem riscos de recebimento ao BNDES, não são constituídas provisões de risco de crédito para essas operações.

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir, e as condições das transações estão descritas nas notas explicativas de cada grupo de contas:

	30/09/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>		
Títulos públicos federais (Nota Explicativa nº 7.1)	140.131.751	103.296.746
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota Explicativa nº 23.1.1)	345.017	666.579
<b>Passivo</b>		
Obrigações por repasses no país (Nota Explicativa nº 11.1. b)	29.387.651	51.433.282
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa nº 21.2)	186.007	348.016
Outras obrigações com STN	55.544	31.614
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota Explicativa nº 21.5)	2.766.315	6.267.069
<b>Patrimônio líquido</b>		
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa nº 21.2)	8.731.760	8.731.760

	Três meses findos		Nove meses findos	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
<b>Resultado</b>				
Resultado com títulos públicos federais	4.332.600	2.551.398	12.337.534	5.076.839
Receitas com outros créditos – equalização	882.530	605.748	3.618.363	2.332.932
Despesas com operações de repasses	(735.405)	(877.809)	(1.783.780)	(2.615.339)
Despesas com outras obrigações - equalização	(24.499)	(10.688)	(26.722)	(13.598)

#### 23.1.1. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

	30/09/2025	31/12/2024
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	345.017	666.579
Outros créditos	-	-
<b>Total</b>	<b>345.017</b>	<b>666.579</b>

Os créditos perante o Tesouro Nacional são, em sua maioria, valores a receber a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf e Programas Agropecuários). A apuração se dá pela diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP/TMS acrescido da remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final.

	30/09/2025	31/12/2024
Valores Apurados e não baixados em:		
2025	343.481	664.801
Anos anteriores	1.536	1.778
<b>Total</b>	<b>345.017</b>	<b>666.579</b>

As movimentações desta rubrica foram as seguintes:

	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	666.579	488.331
Valores apurados no período	3.618.405	3.307.544
Atualização Monetária	1.417	209
Recebimentos	(3.941.386)	(3.129.507)
Outras	2	2
<b>Saldo no final do período</b>	<b>345.017</b>	<b>666.579</b>

	30/09/2025	31/12/2024
Investimentos	1.663.701	1.521.519
Pronaf	1.636.259	1.485.177
PSI	157.975	182.708
Custeio	157.077	113.522
Cerealistas	3.393	4.618
<b>Total</b>	<b>3.618.405</b>	<b>3.307.544</b>

### 23.1.2. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

### 23.2. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Petrobras, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC.

Essas operações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com partes independentes.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>	<b>46.059.808</b>	<b>44.088.237</b>
Operações de créditos e repasses interfinanceiros <sup>(1)</sup>	46.305.638	43.734.352
Provisão para perdas de crédito <sup>(1)</sup>	(245.830)	(57.813)
Outros	-	411.698
<b>Passivo</b>	<b>567.350.310</b>	<b>502.128.339</b>
Empréstimos e repasses no país (Nota Explicativa nº 11.1)	1.195.650	27.326.850
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Notas explicativas nº 14 e nº 26.1)	95.923.999	25.600.797
FAT Constitucional - dívidas subordinadas (Notas explicativas nº 12.1 e nº 12.3)	465.350.414	443.893.437
FAT Depósito especial (Notas explicativas nº 12.2 e nº 12.3)	3.628.588	4.056.194
Emissão de debêntures (Nota explicativa nº 15.1)	305.579	401.583
Outros	946.080	849.478

<sup>(1)</sup> Os prazos das operações de créditos e repasses interfinanceiros estão contidas de forma agregada na Nota Explicativa n.º 4.5 e o impacto no resultado na Nota Explicativa n.º 22.

### 23.3. Prestação de Serviços de Privatização e Concessão

O BNDES oferece apoio técnico a Entes Públicos, visando promover parceria com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de interesse público, outras medidas de desestatizações ou soluções financeiras que viabilizem a participação de capital privado em investimentos públicos.

As condições para pagamento da remuneração do BNDES e ressarcimento dos gastos realizados com a contratação dos serviços técnicos especializados, bem como outros custos necessários à composição dos Projetos de Estruturação, são reguladas nos contratos de estruturação de projetos firmados com os clientes. Informações adicionais estão disponíveis no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos>.

Adicionalmente, informações sobre processos de desestatização em andamento e encerrados, e demais informações podem ser consultadas no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.

Em 30 de setembro de 2025, o saldo de remuneração do BNDES, ressarcimento dos gastos e outros custos relacionados a prestação de serviços de privatização e concessão foram de R\$ 209.738 (R\$ 171.444 em 31 de dezembro de 2024) e a receita com os serviços foram de R\$ 80.837 (R\$ 7.582 em 31 de setembro de 2024).

### 23.4. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - Fapes

O BNDES e as empresas do Sistema não possuem transações com a Fapes, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a Fapes, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 19:

	30/09/2025	31/12/2024
<b>Passivo</b>		
Passivo atuarial - Plano de aposentadoria complementar – PBB	1.831.094	1.623.958
Passivo atuarial - Plano de assistência e saúde – PAS	3.120.075	2.860.695
<b>Patrimônio líquido</b>		
Ajuste de avaliação patrimonial – PBB	1.934.142	3.742.411
Ajuste de avaliação patrimonial – PAS	1.875.915	1.924.436

	Três meses findos		Nove meses findos	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
<b>Despesas</b>				
PBB	(38.661)	(76.785)	(94.676)	(198.294)
PAS	(80.755)	(97.890)	(210.859)	(241.275)

## 23.5. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 9. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>		
Debêntures	2.360.286	2.155.393
Direitos e recebíveis	44.331	192.135
Provisão para perdas de crédito	(236)	(192.876)

## 23.6. Remuneração de empregados e dirigentes

O sistema BNDES possui Conselho de Administração e Fiscal unificado para o BNDES, Finame e BNDESPAR.

O quadro a seguir demonstra os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Sistema BNDES (membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e dos Conselhos Fiscais).

	30/09/2025	30/09/2024
<b>Benefícios de curto prazo:</b>		
Honorários, benefícios e encargos	16.374	14.834
RVA (Parcela à vista)	1.831	1.094
<b>Benefícios pós emprego:</b>		
Remuneração compensatória – quarentena	-	398
<b>Benefícios de Longo Prazo:</b>		
RVA (Parcelas diferidas)	1.193	963
<b>Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho:</b>		
Férias proporcionais e indenizadas	-	-

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob a supervisão do Bacen.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas ao pessoal-chave da administração e aos empregados no período:

	30/09/2025		30/09/2024	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	102,28	106,43	92,18	96,24
Menor Salário	9,24	3,91	8,83	3,74
Salário Médio	35,86	45,65	33,78	43,45

## 23.7. Participação nos lucros

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos lucros e resultados:

	30/09/2025		31/12/2024	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Saldo no início do exercício	5.865	327.753	3.884	289.266
Ajuste do valor provisionado em exercícios anteriores)	279	2.342	126	14.740
Pagamentos realizados	(3.024)	(330.095)	(2.057)	(304.006)
Ajuste provisão RVAs – diferidas <sup>(1)</sup>	-	-	245	-
Provisão do exercício	-	-	3.667	327.753
<b>Saldo no final do período</b>	<b>3.120</b>	<b>-</b>	<b>5.865</b>	<b>327.753</b>

<sup>(1)</sup> O ajuste dos valores diferidos pode decorrer da redução do montante a ser pago com base na apuração do lucro líquido do ano de referência do pagamento; e da atualização pela variação do patrimônio líquido em referência ao ano anterior.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria Executiva (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos conselhos de administração e fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da Remuneração Variável Anual (RVA) dos dirigentes do Sistema BNDES:

RVA	30/09/2025	31/12/2024
2025	-	3.026
2026	1.476	1.244
2027	1.033	983
2028	611	612
<b>Total</b>	<b>3.120</b>	<b>5.865</b>



## 24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Conforme descrito na Nota Explicativa n.º 31.4, a metodologia de elaboração do resultado por segmento de negócios foi revisada em 2025, sobretudo no que tange à alocação das despesas de captação, pessoal, administrativas e outras. Neste contexto, o BNDES apresenta a informação por segmento referente ao período findo em 30 de setembro de 2025, sem comparabilidade com períodos anteriores.

	30/09/2025					
	Crédito e Serviços	Renda Variável	Tesouraria e ALM	Corporativo não alocado	Remuneração do Acionista	Totais
Receita com Operações de Crédito, Repasses e Serviços	42.203.467	-	228.046	-	-	42.431.513
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	3.559.666	-	10.120.191	-	-	13.679.857
Despesas de Captação	(37.931.055)	(8.334.613)	(10.346.928)	-	16.492.200	(40.120.396)
<b>PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>7.832.078</b>	<b>(8.334.613)</b>	<b>1.309</b>	<b>-</b>	<b>16.492.200</b>	<b>15.990.974</b>
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	1.916.166	-	280.789	-	-	2.196.955
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>9.748.244</b>	<b>(8.334.613)</b>	<b>282.098</b>	<b>-</b>	<b>16.492.200</b>	<b>18.187.929</b>
Resultado com Participações Societárias	-	5.292.951	-	-	-	5.292.951
Despesas de Pessoal e Administrativas	(1.574.521)	(174.896)	-	(870.593)	-	(2.620.010)
Outras despesas líquidas	278.301	(131.025)	(788.263)	549.316	(408.712)	(500.383)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>8.452.024</b>	<b>(3.347.583)</b>	<b>(506.165)</b>	<b>(321.277)</b>	<b>16.083.488</b>	<b>20.360.487</b>
Tributos sobre o Lucro	(2.289.313)	2.327.586	137.100	87.021	(4.356.371)	(4.093.977)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>6.162.711</b>	<b>(1.019.997)</b>	<b>(369.065)</b>	<b>(234.256)</b>	<b>11.727.117</b>	<b>16.266.510</b>
Resultado com Alienações de Participações Societárias, líquido de tributos <sup>(1)</sup>	-	947.165	-	-	-	947.165
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>6.162.711</b>	<b>(72.832)</b>	<b>(369.065)</b>	<b>(234.256)</b>	<b>11.727.117</b>	<b>17.213.675</b>
<b>ATIVOS</b>	<b>615.911.586</b>	<b>84.518.523</b>	<b>189.471.807</b>	<b>15.906.506</b>	<b>-</b>	<b>905.808.422</b>

<sup>(1)</sup> Desde 01/01/25, com a entrada em vigor da Resolução CMN n.º 4.966/2021 no padrão Cosif, o resultado das alienações de participações societárias mensuradas ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA) e da amortização de cotas de fundos de investimento não transitam mais pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), sendo registrados diretamente na rubrica de "Lucros (prejuízos) acumulados" no Patrimônio Líquido. Neste contexto, a Informação por Segmento contempla o Lucro Líquido somado ao resultado de alienações e amortização de cotas de fundos, que ora denomina-se "Lucro Líquido Ajustado".

	30/09/2024				
	Financiamentos	Participações societárias	Tesouraria/ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	35.364.192	-	-	-	35.364.192
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	2.393.604	-	9.971.599	-	12.365.203
Despesas de Captação	(30.853.045)	(6.495.725)	6.859.288	-	(30.489.482)
<b>PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>6.904.751</b>	<b>(6.495.725)</b>	<b>16.830.887</b>	<b>-</b>	<b>17.239.913</b>
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	3.327.247	-	(215.659)	-	3.111.588
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>10.231.998</b>	<b>(6.495.725)</b>	<b>16.615.228</b>	<b>-</b>	<b>20.351.501</b>
Resultado com Participações Societárias	-	7.501.473	-	-	7.501.473
Despesas Administrativas e com Pessoal	(1.956.123)	(245.624)	(79.461)	-	(2.281.208)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.981.786)	(130.738)	(637.784)	-	(2.750.308)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>6.294.089</b>	<b>629.386</b>	<b>15.897.983</b>	<b>-</b>	<b>22.821.458</b>
Tributos sobre o Lucro	(2.077.306)	1.697.683	(4.780.500)	1.322.494	(3.837.629)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>4.216.783</b>	<b>2.327.069</b>	<b>11.117.483</b>	<b>1.322.494</b>	<b>18.983.829</b>
<b>ATIVOS</b>	<b>552.347.812</b>	<b>84.325.274</b>	<b>156.161.188</b>	<b>14.252.301</b>	<b>807.086.575</b>
Investimentos em coligadas (MEP)	-	1.998.292	-	-	1.998.292

## 25. GESTÃO DE RISCOS

### 25.1. Gerenciamento de Riscos

Em conformidade com os normativos internos e externos e baseado nos objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos (AGR) e a Área de Integridade e *Compliance* (AIC) do Sistema BNDES são responsáveis, entre outros, por:

- Definir e propor à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o Sistema BNDES;
- Desenvolver e gerir metodologias de gestão de riscos e controles internos, reportando o resultado das atividades à Alta Administração;
- Monitorar os Sistemas de Gestão de Continuidade de Negócios, de Gestão de Segurança da Informação e de Gestão de Apetite ao Risco do Sistema BNDES;
- Monitorar as perdas financeiras decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- Analisar os requerimentos futuros de consumo de capital regulatório, capital econômico e a projeção da provisão para perdas associadas ao risco de crédito de acordo com o perfil de risco projetado no plano estratégico do Sistema BNDES;
- Analisar a evolução das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e os seus impactos no resultado do Sistema BNDES; e
- Disseminar a cultura de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

O gerenciamento de riscos das empresas do Sistema BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos.

A estrutura de gerenciamento desses temas no Sistema BNDES é composta pelo Conselho de Administração; Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Diretoria Executiva; *Chief Risk Officer*; Comitê de Gestão de Riscos, Subcomitê de Gestão de Risco de Modelos, Comitê de Segurança da Informação, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos e de controles internos.

Esta estrutura se baseia no conceito de camadas ou linhas. A primeira linha é constituída pelas Unidades Fundamentais (Áreas), que possuem a responsabilidade de gerir os riscos que podem afetar as suas respectivas atividades, devendo definir e manter controles adequados. As Áreas de Gestão de Riscos (AGR) e de Integridade e Compliance (AIC) atuam como segunda linha, sendo responsáveis por apoiar os gestores na identificação e avaliação dos respectivos tipos de riscos e controles. A terceira linha compreende a Auditoria Interna que tem a função de avaliar a efetividade da gestão de riscos. Seu reporte é realizado ao Comitê de Auditoria, ao Comitê de Riscos e ao Conselho de Administração.

Cabe destacar que, em linha com o que é exigido na Resolução CMN n.º 4.557/2017, que aborda a implementação de estruturas de gestão de capital para assegurar que as instituições mantenham nível de capital suficientemente prudente, desenvolvam e utilizem melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento de seus riscos, bem como planejem de forma consistente suas necessidades futuras de capital, o BNDES definiu sua estrutura organizacional de gerenciamento de capital com a seguinte composição: (i) Área Financeira, responsável por elaborar o Plano de Capital do BNDES; (ii) AGR, responsável por elaborar o relatório ICAAP, que contém o cálculo de necessidade de capital para cobertura dos riscos aos quais o BNDES está exposto, bem como simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (“teste de estresse”); (iii) Área de Integridade e Compliance, que realiza

as estimativas atinentes ao risco operacional no âmbito do Departamento de Gestão de Risco Operacional e elabora o relatório de validação independente do ICAAP, que está sob atribuição do Departamento de Controle Interno; (iv) Área de Planejamento, responsável pela estratégia e diretrizes para o perfil de atuação do BNDES; e (vi) Área de Auditoria Interna, que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital do Banco.

Atendendo às diretrizes dispostas na Resolução Bacen n.º 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço eletrônico <https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/gerenciamento-de-riscos>. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

### 25.1.1. Risco Operacional

O BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN n.º 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. O risco operacional abarca o risco legal, o risco à continuidade de negócios e o risco à segurança da informação (incluindo o risco cibernético).

Em linha com o arcabouço legal, o BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos, com seus respectivos controles.

As atividades se baseiam nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional, de Gestão de Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos a esses temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Apetite por Riscos do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio do estabelecimento de limites quantitativos e qualitativos.

O processo de gestão de riscos é executado em toda a Instituição, permitindo refletir tempestivamente as alterações nos ambientes interno e externo, baseado em metodologias que se complementam, tais como a realização de ciclos bienais nas áreas para ampla atualização do inventário de riscos, a avaliação de novos produtos e serviços e a avaliação de riscos transversais e corporativos.

A base de dados de perdas operacionais do BNDES contempla as perdas ocorridas, na qual os eventos de risco operacional são registrados conforme preconizado pela Resolução CMN n.º 4.557/2017 e pela Circular Bacen n.º 3.979/2020. As perdas com valor acima do apetite a risco da instituição são objeto de análise específica realizada pela unidade de gestão de risco operacional em conjunto com as unidades envolvidas, visando avaliar os riscos operacionais associados, suas causas e definir ações de tratamento.

No tocante às ações para a mitigação dos riscos à segurança da informação, previstas no Plano Estratégico de Segurança da Informação do Sistema BNDES, merecem destaque o levantamento recorrente e semiautomatizado de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação, o monitoramento de eventos de segurança cibernética e o tratamento de incidentes de segurança da informação.

A gestão da continuidade de negócios busca aprimorar continuamente a resiliência da Instituição, preparando-a contra eventos que possam interromper a execução de seus processos críticos e apoiando a resposta tempestiva em caso de uma crise no escopo da continuidade de negócios. Para isso, o BNDES possui um Plano de Gerenciamento de Incidentes que estabelece a estrutura de governança sobre a matéria, permitindo que o Banco se organize rapidamente para continuidade de suas atividades.

Por fim, o fortalecimento da cultura de riscos operacionais envolve a periódica realização de ações de capacitação e disseminação de conceitos e práticas, voltadas tanto para o corpo funcional quanto para a Alta Administração, entre as quais se destacam a disponibilização de treinamentos obrigatórios elaborados especificamente para cada público; a disponibilização de guias, manuais e tutoriais sobre procedimentos de gestão de risco operacional, buscando maior autonomia e efetividade na atuação das diversas unidades; a realização de ações de comunicação, como matérias na Intranet; e a divulgação da revisão periódica das políticas corporativas sobre o tema.

## Mensuração do Risco Operacional

O BNDES utiliza, como metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional ( $RWA_{OPAD}$ ), a abordagem padronizada conforme procedimentos estabelecidos na Resolução BCB n.º 356/2023.

A parcela  $RWA_{OPAD}$  passou de R\$ 70.317.751, em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 50.916.806, em 30 de setembro de 2025. A parcela sofreu uma redução (-15%) em relação ao semestre anterior. Essa retração é justificada pela redução observada nos subcomponentes de receitas de participações (DI), de outras despesas operacionais (OOE) e de resultado líquido da carteira bancária (NBB), apurados para o 1º semestre/2025, em comparação aos mesmos componentes em 1º semestre/2022, período que saiu da janela dos 6 semestres considerados no cálculo. Além disso, a nova abordagem padronizada, vigente a partir do 1º semestre de 2025, introduziu um componente de perdas internas (*Internal Loss Multiplier* – ILM) que atua sobre o componente de indicador de negócios (*Business Indicator Component* – BIC), de forma a atenuar ou incrementar a exigência de capital. Para o cálculo referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, a média de perdas dos últimos 10 anos reduziu 27% em relação ao semestre anterior, fazendo o ILM atuar como um redutor mais forte sobre o BIC, atenuando o capital exigido, em função do baixo volume de perdas frente ao resultado financeiro dos últimos 3 anos.

$RWA_{OPAD}$	30/09/2025
Componente do Indicador de Negócios (BIC)	5.696.704
Multiplicador de Perdas Internas (ILM)	0,72
Capital mínimo (BIC x ILM)	4.073.344
$RWA_{OPAD}$ (Capital mínimo ÷ 8%)	50.916.806

### 25.1.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

## Mensuração do Risco de Mercado e Governança

O BNDES segue os normativos contábeis de evidenciação de instrumentos financeiros e divulga o *Value – at – Risk* (VaR) e o IRRBB. Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e bancária, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a finalidade de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com finalidade de negociação são aquelas destinadas a (i) realizar revenda no curto prazo; (ii) obter lucro em decorrência de flutuações de curto prazo no preço do instrumento; (iii) assegurar a realização de lucro em estratégias de arbitragem; ou (iv) obter proteção (*hedge*) contra riscos decorrentes de instrumentos mantidos para os fins de que tratam as alíneas anteriores. Os instrumentos da carteira de negociação são contabilizados pelo valor de mercado no Balanço e seu risco pode ser medido utilizando a metodologia de VaR descrita na seção a seguir e o *Drawdown at Risk*.

A carteira bancária corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação, incluindo todas as ações e participações societárias. Para os instrumentos expostos a taxa de juros, o risco é medido utilizando as métricas da metodologia padronizada do IRRBB. Para as ações, o BNDES utiliza o VaR, e *Drawdown at Risk*, documentado para apuração do risco.

As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

## Indicador de risco para carteira de negociação, operações de mercado de capitais e operações cambiais

Uma das métricas utilizadas nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA, fator de decaimento de 0,92, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

Fatores de risco	30/09/2025	31/12/2024
Juros	6.798	12.333
Câmbio	44.293	135.849
Ações	1.138.945	1.869.833
Efeito Diversificação	(121.991)	(120.943)
<b>VaR total</b>	<b>1.068.045</b>	<b>1.897.072</b>

## Risco de taxa de juros da Carteira Bancária

O BNDES utiliza duas métricas para apurar o risco de juros da carteira bancária: *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE). A métrica NII mede o efeito de variações nas taxas de juros nos resultados contábeis, enquanto a métrica EVE mede a variação do valor econômico da carteira após a aplicação dos choques nas taxas de juros.

As duas métricas são complementares na avaliação dos riscos. Enquanto o NII quantifica os riscos em cenário de continuidade da atividade da Instituição, o EVE mede o risco em um cenário de ruptura. O IRRBB apurado pelo BNDES consiste na soma entre estas duas métricas ponderadas pela probabilidade de cada cenário.

A metodologia utilizada na apuração das métricas relativas ao risco de taxa de juros da carteira de não negociação (carteira bancária) é determinada pela Circular BCB 3.876/2018.

Tais métricas se traduzem em análise de sensibilidade dos instrumentos da carteira bancária e, em conjunto com o VaR apurado para os demais instrumentos, evidenciam a sensibilidade da carteira integral do Banco nos diversos fatores de risco a que se encontra exposto.

A tabela a seguir apresenta os valores de risco de taxa de juros da carteira bancária segundo as métricas *Net Interest Income* (NII), *Economic Value of Equity* (EVE) e IRRBB.

Métrica	30/09/2025	31/12/2024
ΔEVE	5.831.758	6.751.071
ΔNII	2.142.409	5.093.111
IRRBB (Total)	2.302.710	5.243.498

## Ativos Ponderados pelo Risco Referente à Parcela de Risco de Mercado (RWA<sub>MPAD</sub>)

O BNDES calcula diariamente a parcela de capital regulatório relativo à de risco de mercado (RWA<sub>MPAD</sub>). Os componentes da parcela de risco de mercado são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RWA <sub>MPAD</sub>	30/09/2025	31/12/2024
RWA <sub>JUR1</sub>	2.122.049	2.937.854
RWA <sub>JUR2</sub>	-	-
RWA <sub>JUR3</sub>	3.563.745	862.466
RWA <sub>CAM</sub>	68.509.259	27.395.988
RWA <sub>CVA</sub>	1.498.131	1.607.357
RWA <sub>DRC</sub>	-	-
<b>Total parcela RWA<sub>MPAD</sub></b>	<b>75.693.184</b>	<b>32.803.665</b>

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações (RWA<sub>ACS</sub>) e de commodities (RWA<sub>COM</sub>), bem como o risco de *default* da carteira de negociação (RWA<sub>DRC</sub>) foram nulos ao final do período analisado, visto que atualmente a carteira de negociação do Sistema BNDES é formada por títulos públicos federais e derivativos e que o BNDES não possui exposição a *commodities*.

Já a parcela referente às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte RWA<sub>CVA</sub> foram incorporadas ao RWA<sub>MPAD</sub> a partir de 1 de julho de 2023, conforme Resolução CMN n.º 5.038, de 29 de setembro de 2022, e Resolução BCB n.º 291, de 8 de fevereiro de 2023.

## Exposição a risco de mercado

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	30/09/2025	31/12/2024
<b>Operações de renda fixa</b>			
Juros	Selic / DI	67.755.357	91.986.291
Juros	TJLP	9.342.829	12.006.791
Juros	Prefixado	17.679.105	16.468.184
Juros	IPCA / TLP	(5.222.771)	(15.714.112)
Juros	TR	(3.799.406)	(2.626.137)
Câmbio	Moeda Estrangeira	15.872.771	(220.222)
<b>Operações de renda variável</b>			
Preços	Ações	76.712.861	75.192.206
Preços	Bônus de Subscrição	602	1.440
Preços	Cotas de Fundos de Investimentos	4.463.293	4.436.270
Preços	Opções	(674.366)	-

## 25.1.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias



do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro buffer de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo (ICM), estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 6 meses. Destaca-se que, a partir de janeiro de 2021, a metodologia de cálculo dos indicadores de curto prazo foi revisada de forma que hoje se utiliza diferentes cenários de estresse no cálculo. Além disso, o horizonte de análise dos índices, passou de 1 a 3 meses para 1 a 6 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

Indicadores de Risco de Liquidez	30/09/2025	31/12/2024
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	7,53	6,4
Índice de Caixa Mínimo - 6 meses (ICM)	5,18	3,9
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	1,30	1,3

Adicionalmente, a divulgação dos saldos dos instrumentos financeiros por período de vencimento está apresentada na Nota Explicativa nº 4.5.

## 25.1.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

### Objetivos, Políticas e Processos

O objetivo primordial do processo de gerenciamento de risco de crédito é o de garantir que as diferentes exposições a risco de crédito estejam alinhadas às metas definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como estejam em consonância com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, foram definidos limites de exposição e metas de concentração, rentabilidade, inadimplimento, entre outros.

A identificação, avaliação e monitoramento das exposições a risco de crédito são realizados tanto individualmente, para cada subsidiária do Sistema BNDES, como também em termos consolidados. O processo busca assegurar que a comunicação acerca de eventuais exceções às políticas, procedimentos e limites seja realizada tempestivamente à Alta Administração, de modo a possibilitar a implementação das ações mitigadoras ou corretivas apropriadas a cada caso.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, alinhada aos princípios da Resolução CMN n.º 4.557/2017, e suas alterações posteriores, formaliza o processo de gestão de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão dos riscos de crédito aos quais o BNDES está exposto. As políticas são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de crédito associado a cada um dos projetos de financiamento.

Um maior detalhamento das políticas e processos relacionados à gestão de risco de crédito poderá ser obtido por meio do Relatório de Pilar 3 citado na introdução desta nota de gerenciamento de riscos. O documento apresenta uma breve descrição das principais etapas do fluxo de tramitação dos projetos de financiamento, descreve as principais atividades do processo de gerenciamento de risco de crédito, dentre outras informações da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial.

## Mensuração do risco de crédito

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada, conforme estabelecido pela Resolução Bacen n.º 229/2022. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas e informadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWA<sub>CPAD</sub>) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas.

A tabela a seguir apresenta a apuração da parcela a risco de crédito com base em metodologia padronizada (RWACPAD). Os montantes são apresentados com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

	30/09/2025	31/12/2024
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.524.179	2.502.967
Títulos e Valores Mobiliários, exceto ações	80.436.923	77.385.198
Repasse Interfinanceiros	82.038.630	76.768.634
Operações de Crédito	291.704.821	278.816.309
Outros Direitos a receber	2.361.883	4.835.351
Ações, Investimentos, Imobilizado de Uso e Outros Investimentos	126.370.191	100.292.664
Limite de Crédito e Saldos a liberar	45.383.855	25.486.873
Créditos Tributários	4.907.142	6.891.256
Demais itens do RWA <sub>CPAD</sub>	727.280	491.235
<b>Exposição TOTAL da parcela do RWA<sub>CPAD</sub></b>	<b>635.454.904</b>	<b>573.470.487</b>

## Controle do Limite de Risco de Crédito

O BNDES monitora os limites de exposição estabelecidos em normativos internos e externos. Os limites de exposição por cliente e setor público estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN n.º 4.677/2018 e n.º 4.995/2022, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, mitigadores de risco, dentre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

A tabela a seguir apresenta os valores percentuais apurados para a maior exposição a cliente, conforme a Res. CMN n.º 4.677/2018, relativo ao Capital Nível I, e o valor percentual apurado para o setor público, conforme a Res. CMN n.º 4.995/2022, relativo ao Patrimônio de Referência.

Descrição do Limite	30/09/2025	31/12/2024
Maior exposição a cliente (em % do Capital Nível I) – Máximo: 25%	20,1%	24,6%
Exposição ao setor público (em % do Patrimônio de Referência) – Máximo: 45%	10,6%	10,9%

O BNDES segue o determinado pela Resolução CMN n.º 4.678/2018, que estabelece um cronograma de redução de excessos, até sua total eliminação em 31/12/2027. Até o presente momento, não foram apurados excessos de exposição.

## Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.



Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações de crédito diretas e indiretas como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir.

Descrição do Mitigador	30/09/2025	31/12/2024
Garantia prestada pela União ou Tesouro Nacional	33.587.065	34.055.140
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) <sup>(1)</sup>	885.223	1.313.364
Garantias de pessoas jurídicas de direito privado não financeiras de grande porte baixo risco de crédito	32.850.118	34.942.509
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	15.658.950	17.487.153
<b>Total</b>	<b>82.981.356</b>	<b>87.798.166</b>

<sup>(1)</sup> A utilização deste mitigador é restrita a operações de crédito aprovadas até 08/02/2018, conforme Resolução BCB nº 232/2022.

## Exposição dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de crédito total apurada com base em metodologia padronizada (RWA<sub>CPAD</sub>), sem a aplicação de mitigadores de risco ou de Fatores de Conversão em Crédito (FCC) e Fatores de Exposição Potencial Futura (FEPF).

	30/09/2025	31/12/2024
<b>Itens contabilizados no balanço patrimonial</b>		
Ativo Realizável		
Disponibilidades	25.722	19.428
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.455.306	40.083.819
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	230.961.115	228.963.369
Relações Interfinanceiras	236.407.515	221.111.208
Operações de Crédito	335.412.767	325.836.617
Outros Créditos	59.107.949	21.407.104
Outros Valores e Bens	875.809	1.099.214
Permanente		
Investimentos	2.139.703	2.203.700
Imobilizado de uso e Outros investimentos	164.062	93.998
Intangível	4.501	5.807
<b>Itens não contabilizados no balanço patrimonial (Off balance)</b>		
Saldos a Liberar	96.542.454	105.331.178
Limite de Crédito	149.848.478	157.673.255
Garantias Financeiras	641.263	423.000
Compromissos de Investimento	3.365.342	-
Outros	46.500.292	-
(+) Risco de Crédito da contraparte	-	43.067.693
(-) Não exposição	(181.237.794)	(153.025.437)
(+/-) Outros ajustes	(580.535)	-
<b>Total da Exposição considerada no RWA<sub>CPAD</sub></b>	<b>1.020.633.949</b>	<b>994.293.953</b>

A divulgação da concentração de riscos de ativos financeiros com exposição ao risco de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 4.6.

A reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

## 25.1.5. Risco Social, Ambiental e Climático

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)<sup>1</sup> do BNDES é composta por princípios e diretrizes que orientam sua atuação na promoção da sustentabilidade. Nela, o conceito de responsabilidade social, ambiental e climática é definido como valorizar e integrar as dimensões social, ambiental e climática em sua governança, estratégia, políticas, práticas, procedimentos, produtos, atividades e relacionamentos, com vistas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo”.

Seus princípios abrangem temas como “Desenvolvimento sustentável”, “Direitos humanos”, “Ética e transparência”, além de “Alinhamento com normas e políticas públicas” pertinentes — inclusive aquelas decorrentes de pactos e acordos internacionais — que promovam o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades sociais e regionais, o combate à pobreza, a transição justa e sustentável para uma economia neutra em carbono e a conservação da natureza. Entre esses acordos ou compromissos multilaterais, destacam-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), bem como os compromissos climáticos e de biodiversidade assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris e do Marco Global da Diversidade Biológica de Kunming-Montreal.

A PRSAC se desdobra e concretiza por meio de diversas atuações do Banco e por intermédio de outros normativos. No que tange à gestão socioambiental e climática das operações, há um regulamento interno que estabelece abordagem integrada das dimensões econômica, social, ambiental e climática no processo de concessão de apoio financeiro a operações do mercado de capitais, a operações diretas, indiretas não automáticas e mistas, bem como o apoio à exportação de bens e serviços. Essas operações são classificadas, em uma escala de três níveis (“A, B, C”), para cada um dos seguintes riscos: social, ambiental, socioambiental, climático físico<sup>2</sup> e climático de transição<sup>3</sup>. Operações de maior risco estão sujeitas a procedimentos mais detalhados de diligência e acompanhamento, relativos ao tratamento de potenciais impactos sociais e ambientais e à análise de vulnerabilidades para possíveis ameaças climáticas, além da avaliação do sistema de gestão socioambiental e climática dos clientes.

Por sua vez, para as operações indiretas automáticas, a avaliação de risco socioambiental e climático é realizada pelo agente financeiro intermediário, observando-se a regulamentação vigente, cabendo ao BNDES realizar a avaliação de conformidade dessas operações por amostragem, de modo a verificar o cumprimento de obrigações por esses agentes.

Para mais informação acesse a PRSAC e seus instrumentos no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsac-e-seus-instrumentos/prsac-e-instrumentos>.

<sup>1</sup> Lançada em 2010, com princípios e diretrizes que pautam a atuação do BNDES na temática SAC, a Política já passou por quatro revisões: em 2014, para adequação à Resolução CMN n.º 4.327/2014; em 2019, conforme previsto na referida resolução, com consulta a partes interessadas (146 contribuições de diferentes segmentos da sociedade: academia, empresas privadas, instituições públicas e sociedade civil); e, em 2022, para adequação à Res CMN n.º 4.945/2021 e em 2025 para atualização de sua redação frente aos desafios do desenvolvimento sustentável atinentes à atuação do BNDES e em respeito a prazo estabelecido na CMN 4945/2021 para sua revisão.

<sup>2</sup> Risco climático físico é a possibilidade da ocorrência de perdas associadas a intempéries ou alterações ambientais a longo prazo causadas por mudanças em padrões climáticos.

<sup>3</sup> A classificação do risco climático foi iniciada nas operações que foram protocoladas no Sistema BNDES a partir de 26/07/2024. Risco climático de transição é a possibilidade de perdas associadas à necessidade de adequação das empresas à transição para uma economia de baixo carbono.

## 25.2. Apuração dos requisitos de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.958/2021.

	<b>Fórmulas</b>	<b>30/09/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>I- Fator "F" do PR</b>	<b>PR / RWA</b>	<b>8,0%</b>	<b>8,0%</b>
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
<b>II- Adicional de Capital Principal (ACP)</b>	<b>ACP / RWA</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,5%</b>
Conservação	ACP Conservação / RWA	2,5%	2,5%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
<b>Fator "F" do PR + ACP</b>	<b>(PR + ACP) / RWA</b>	<b>10,5%</b>	<b>10,5%</b>
<b>Capital Principal + ACP</b>	<b>(Capital Principal + ACP) / RWA</b>	<b>7,0%</b>	<b>7,0%</b>
<b>Nível I + ACP</b>	<b>(Nível I + ACP) / RWA</b>	<b>8,5%</b>	<b>8,5%</b>

## Mensuração do Capital Regulamentar

<b>CAPITAL REGULAMENTAR – Conglomerado Prudencial</b>	<b>30/09/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>196.340.229</b>	<b>191.102.900</b>
<b>Nível I</b>	<b>175.268.635</b>	<b>164.763.408</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>175.268.635</b>	<b>164.763.408</b>
Patrimônio Líquido	168.529.152	158.441.043
Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	8.731.759	8.731.759
Ajustes Prudenciais	(1.992.276)	(2.409.394)
Ágios Pagos	(3.520)	(3.884)
Ativos Intangíveis	(4.501)	(5.807)
Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Relacionados à CSLL	(1.334.807)	-
Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(649.448)	(2.399.703)
<b>Nível II</b>	<b>21.071.594</b>	<b>26.339.492</b>
Dívidas subordinadas – FAT constitucional <sup>(1)</sup>	21.071.594	26.339.492

<sup>(1)</sup> Conforme artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, os recursos do FAT Constitucional reconhecidos no PR em 2025 correspondem à aplicação do limitador de 40% sobre o valor computado no Nível II em 30/06/2018 (em 31/12/2024, aplica-se o limitador de 50%).

	<b>30/09/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) <sup>(1)</sup></b>	<b>762.064.894</b>	<b>676.591.904</b>
Risco de crédito (RWA <sub>CPAD</sub> )	635.454.904	573.470.487
Risco de mercado (RWA <sub>MPAD</sub> )	75.693.184	32.803.666
Risco operacional (RWA <sub>OPAD</sub> )	50.916.806	70.317.751

<sup>(1)</sup> Apuração conforme Circular CMN n.º 4.958/2021 e alterações.

	<b>30/09/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Risco da Carteira Bancária (IRRBB)</b>	<b>2.302.710</b>	<b>5.243.498</b>

	<b>30/09/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) <sup>(1)</sup></b>	<b>60.965.191</b>	<b>54.127.352</b>
<b>Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - IRRBB)</b>	<b>133.072.327</b>	<b>131.732.050</b>
<b>Adicional de Capital Principal (ACP)</b>	<b>19.574.647</b>	<b>16.920.829</b>
ACP Conservação <sup>(2)</sup>	19.051.622	16.914.798
ACP Contracíclico <sup>(3)</sup>	523.025	6.031

<sup>(1)</sup> Corresponde à aplicação ao RWA do fator de 8,00%, conforme art. 4º da Resolução CMN n.º 4.958/2021.

<sup>(2)</sup> Resulta da aplicação de 2,5% ao montante RWA, a partir de 1º de abril de 2022, conforme § 4º do art. 8º da Resolução CMN n.º 4.958/2021.

<sup>(3)</sup> Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015. Fica limitado ao percentual máximo de 2,5% em relação ao montante RWA, conforme § 6º do art. 8º da Resolução CMN n.º 4.958/2021.

<b>Índices</b>	<b>30/09/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Índice de Basileia (IB)	25,76%	28,24%
Índice de Capital Nível 1 (IN1)	23,00%	24,35%
Índice de Capital Principal (ICP)	23,00%	24,35%
Razão de Alavancagem (RA)	16,73%	16,69%

## 26. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 26.1. Gestão de fundos e programas

Delegado pelo Governo Federal, o BNDES exerce papel de administrador, gestor ou agente operador dos fundos relacionados nos quadros a seguir.

#### a) Fundos com valores mantidos ou aplicados pelo BNDES

O quadro apresenta os recursos sob gestão do BNDES, aplicados em operações de crédito com risco do BNDES ou risco do próprio fundo, em operações de títulos e valores mobiliários junto ao BNDES, os recursos mantidos em disponibilidade, além de outros ativos.

Valores aplicados	30/09/2025	31/12/2024
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)	25.883.645	13.772.287
Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito (FGI-PEAC)	22.654.931	21.489.287
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	18.285.014	22.013.194
Fundo Social	18.234.076	20.143.750
Fundo Amazônia (FA)	6.129.185	5.831.384
Fundo Rio Doce (FRDC)	4.837.024	-
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)	3.847.023	3.538.970
Fundo de Amparo ao Trabalhador - Depósitos Especiais (FAT-DE)	3.628.588	4.056.194
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	3.453.450	3.591.290
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	1.885.900	1.736.822
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTEL)	1.215.031	1.211.543
Fundo Garantidor para Investimentos - Crédito Solidário RS (FGI - PEACRS)	1.072.967	1.092.284
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	963.454	1.010.429
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	370.922	336.165
Fundo Garantidor BNDES SEBRAE (FGBS)	693.915	126.875
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	8.022	-
Fundo Nacional para Repartição de Benefícios (FNRB)	-	9.718
<b>Total</b>	<b>113.163.147</b>	<b>99.960.192</b>

#### b) Ativos de fundos não aplicados no BNDES

Os fundos relacionados têm seus recursos mantidos na Conta Única do Tesouro. Os títulos e valores mobiliários mantidos na carteira do Fundo de Garantia à Exportação não possuem gestão ativa do BNDES. Tais títulos foram transferidos pela União ao FGE.

Ativos dos Fundos	30/09/2025	31/12/2024
FGE	54.585.901	52.575.150
FGPC	34.784	29.098
<b>Total</b>	<b>54.620.685</b>	<b>52.604.248</b>

#### c) Outros fundos

O BNDES foi designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND, por determinação do Decreto n.º 99.464/1990, tendo a Lei n.º 9.491/1997 mantido essa determinação, enumerando inclusive, suas competências e atribuições no que concerne ao PND. O FND é um fundo contábil constituído, a título de depósito das ações ou cotas de propriedade direta ou indiretas da União emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, inclusive por participações minoritárias detidas pela União, direta e indiretamente, incluídas no PND.

#### d) Receitas de comissões e taxas dos fundos no BNDES

	Três meses findos		Nove meses findos	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	156.358	171.625	493.294	499.192
Fundo Rio Doce (FRDC)	-	-	116.538	-
Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)	535	693	1.868	1.039
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)	12.644	5.714	35.934	24.358
Fundo Nacional para Repartição de Benefícios (FNRB)	-	3	108	194
Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito (FGI-PEAC)	55.414	53.838	162.414	159.675
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	5.110	4.718	14.805	13.814
Fundo Garantidor para Investimentos – Crédito Solidário RS (FGI – PEACRS)	2.628	1.408	8.090	2.385
Fundo Nacional de Desestatização (FND)	-	1	-	1
Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT)	3.306	-	7.728	-
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)	-	-	686	-
Fundo Garantidor BNDES SEBRAE (FGBS)	1.069	-	1.676	-
FGEnergia	174	-	480	-
Outros	1	242	5	547
<b>Total</b>	<b>237.239</b>	<b>238.242</b>	<b>843.626</b>	<b>701.205</b>

As receitas de comissões e taxas dos fundos são registradas na rubrica de “Rendas com administração de fundos e programas” nas Demonstrações dos Resultados.

## 26.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal, por sua atuação nas operações “Greenfield”, “Sépsis”, “Cui Bono” (Lava Jato) e “Carne Fraca”, e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos às entidades indicadas no Acordo de Leniência, o total de R\$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades consideradas lesadas pelo MPF, o montante de R\$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R\$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020. O total recebido pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 133.087, desse montante, R\$ 83.284, referente à 1ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo, foi recebido durante o exercício de 2020. Até 30 de setembro de 2025 e nos anos de 2024, 2023, 2022 e 2021, o BNDES não recebeu os depósitos em sua própria conta referente à 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo. Adicionalmente, há depósito judicial de R\$ 3.755 realizado em 2020 cujo requerimento do alvará de levantamento foi solicitado e depende do respectivo deferimento para o efetivo recebimento pelo BNDES.

Em 09/02/2022, o Conselho Institucional do Ministério Público Federal (CIMPF) rejeitou o recurso apresentado pela J&F, para renegociar a redução dos valores totais (R\$ 10.300.000) que deve ser pago pela companhia em multas e investimentos em projetos sociais, no âmbito do Acordo de Leniência assinado com o MPF em 2017. Tal pedido já havia sido negado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF.

Em 19/12/2023, o Ministro Dias Toffoli proferiu decisão de caráter liminar em favor da J&F para autorizar: i) a suspensão das obrigações pecuniárias decorrentes do Acordo de Leniência, ii) a suspensão de todos os negócios jurídicos de caráter patrimonial decorrentes do ajuste, e iii) a reavaliação dos anexos do acordo junto à CGU. O Procurador-geral da República, em 05/02/2024, apresentou recurso contra essa decisão.

As decisões ainda são provisórias, no âmbito administrativo e judicial. O BNDES não é parte, mas está acompanhando a evolução dos procedimentos judiciais e administrativos.

Após avaliação da situação fática atual, dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como “ativo contingente”, nos termos do IAS 37. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem, a título de multa.

Conforme previsto no IAS 37, os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

### 26.3. Agenda ASG

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a economia verde, desenvolvimento socioambiental e governança está expresso em nossa visão, e guia a estratégia e as operações do Banco. A gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), correspondente em inglês “ESG”: *Environmental, Social and Governance*, inclui fatores sociais, de transparência, de relacionamento e climáticos, e nossa atuação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O Banco incorpora em suas políticas o comprometimento socioambiental e com a agenda ASG. As atividades e empreendimentos não apoiáveis, contemplam avanços em setores críticos em termos de risco socioambiental. A lista com as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES pode ser consultada em <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes>.

Mais informações sobre a agenda ASG no BNDES podem ser consultadas no Relatório da Administração, Relatório anual e no endereço eletrônico: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel>.

## 27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS

O quadro a seguir apresenta a reconciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BNDES de acordo com as práticas contábeis reguladas pelo Bacen e CMN ("Padrão Cosif") e aquelas divulgadas pelo BNDES nestas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB ("Padrão IFRS").

	30/09/2025			31/12/2024	
	Lucro líquido do período	Outros Resultados Abrangentes (ORA)	Resultados acumulados não apropriados	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
<b>Padrão Cosif</b>	<b>16.266.510</b>	<b>22.872.486</b>	<b>926.400</b>	<b>168.529.153</b>	<b>158.441.042</b>
<b>Ajustes de práticas contábeis:</b>					
(a) Instrumentos elegíveis ao capital principal	202.511	-	(202.511)	8.731.760	8.731.760
Perda por redução do valor recuperável	(4.846.442)	14.643.322	(9.780.824)	16.056	5.124.090
(b) Baixas da carteira de crédito	(5.629.379)	-	5.629.379	-	5.629.379
(c) Operações da carteira de crédito	732.298	-	(716.242)	16.056	(801.967)
(d) Ações DPV no escopo da IAS 39	-	15.398.966	(15.398.966)	-	-
(e) Outros instrumentos financeiros no escopo da IFRS 9	50.639	(755.644)	705.005	-	296.678
(f) Ajuste a valor Justo de debêntures VJR	298.352	-	(298.352)	-	-
(g) Alienação de ações não coligadas	44.551	-	(44.551)	-	-
(h) Participações em coligadas	364	-	1.456	1.820	1.456
(i) Ajustes da taxa efetiva de juros	57.717	-	(57.717)	-	(57.717)
(j) Arrendamento mercantil	(934)	-	934	-	(9.479)
Outros ajustes	-	315.957	(315.957)	-	-
Efeito tributário sobre os ajustes de práticas contábeis	947.403	(5.477.129)	4.523.702	(6.024)	(1.499.948)
Lucro líquido do período no padrão IFRS			12.970.032		
<b>Padrão IFRS</b>	<b>12.970.032</b>	<b>32.354.636</b>	<b>7.722.612</b>	<b>177.272.765</b>	<b>170.731.204</b>
<b>Total de ajustes no Padrão IFRS</b>	<b>(3.296.478)</b>	<b>9.482.150</b>	<b>6.796.212</b>	<b>8.743.612</b>	<b>12.290.162</b>

a) Segundo o Padrão IFRS, determinados instrumentos de dívida são classificados no patrimônio líquido, entretanto, o Bacen, por meio do Ofício BCB/Desup n.º 6323/2015, determinou que tais instrumentos sejam apresentados e divulgados como item do passivo no Padrão Cosif. Desta forma, o BNDES reclassifica os juros dos instrumentos elegíveis ao capital principal do resultado no Padrão Cosif registrando diretamente em Lucros acumulados visto que são considerados como remuneração do capital próprio para o Padrão IFRS.

b) O critério para baixa dos ativos financeiros no Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) levava em consideração expectativas de recuperação, enquanto no Padrão Cosif, para operações da carteira de crédito (Resolução CMN 2.682/1999), o tempo de atraso era o fator determinante para a não manutenção do ativo no Balanço. A partir de 1º de janeiro de 2025 não há mais diferença de prática devido a adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021. Sendo assim, no primeiro semestre de 2025 o saldo total destas operações foi baixado para resultado.

c) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de "Perda por redução ao valor recuperável" para operações da carteira de crédito. O Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) aplica uma abordagem de redução ao valor recuperável de ativos financeiros baseada no modelo de três estágios, enquanto o Padrão Cosif até 31 de dezembro de 2024 (Resolução CMN 2.682/1999) estabelecia a sistemática para a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa através da definição de classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais. A partir de 1º de janeiro de 2025 não há mais diferença de prática devido a adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

d) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de cálculo da "Perda por redução ao valor recuperável" de ações classificadas como disponíveis para venda (DPV) no Padrão IFRS dentro do escopo da IAS 39 – Instrumentos Financeiros. Até 31 de dezembro de 2017 o Padrão IFRS determinava o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável no resultado, utilizando conceito de perdas atrelado ao declínio significativo ou prolongado do valor do ativo, enquanto no Padrão Cosif, (i) a Circular Bacen n.º 3.068/2001 determina o reconhecimento da perda utilizando o conceito de perdas de caráter permanente e (ii) a Resolução CMN n.º 4.175 prevê que a perda apurada com determinadas ações permaneça em ORA e transite pelo resultado apenas quando de sua realização.



- e) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” para títulos e valores mobiliários no Padrão IFRS dentro do escopo da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Conforme o Padrão Cosif até 31 de dezembro de 2024 (Circular Bacen n.º 3.068/2001) as perdas consideradas de caráter permanente eram reconhecidas no resultado do período, enquanto de acordo com o Padrão IFRS (IFRS 9 - Instrumentos Financeiros) o conceito de perda permanente (i) não se aplica para instrumentos patrimoniais e debêntures classificadas na categoria designada ao VJR, e (ii) segue a metodologia de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” descrita no item (c) acima.
- f) Segundo a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o BNDES classifica determinadas debêntures na categoria “Designada ao Valor Justo por Meio de Resultado” e reconhece o Ajuste a Valor Justo (“AVJ”) da parcela de renda fixa no resultado do período. De acordo com o Padrão Cosif até 31 de dezembro de 2024, tais debêntures eram classificadas na categoria “Disponível para Venda”, sendo o AVJ reconhecido como ORA, dado que a Circular Bacen n.º 3.068/2001 não previa a categoria “Designado ao Valor Justo por Meio de Resultado”.
- g) A partir da adoção do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, no Padrão IFRS o ganho/perda na alienação de ações avaliadas ao “valor justo por meio de outros resultados abrangentes” é reconhecido diretamente em lucros acumulados, enquanto no Padrão Cosif o ganho/perda com tais operações era reconhecido no resultado do período em que ocorriam, porém, a partir de 1º de janeiro de 2025, com a adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021, o ganho/perda na alienação de ações no Padrão Cosif também passa a ser reconhecido em lucros acumulados.
- h) A partir de 1º de janeiro de 2022 o ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligadas, que no Padrão IFRS já era reconhecido no resultado do período seguindo o IFRS 3 – Combinação de Negócios, passou a ter o mesmo tratamento no Padrão Cosif mediante a entrada em vigor da Resolução CMN n.º 4.817/ 2020.
- i) No Padrão IFRS, as receitas incrementais e diretamente atribuíveis à originação do crédito são incluídas no cálculo do custo amortizado e diferidas ao longo do período do contrato em vez do reconhecimento imediato no resultado pelo Padrão Cosif até 31 de dezembro de 2024.
- j) Ajuste de prática decorrente da adoção a partir de 1º de janeiro de 2019 do IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, sendo que, não há mais diferença de prática a partir de 1º de janeiro de 2025, com a adoção da Resolução CMN n.º 4.975/2021.

## 28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de maio de 2025, os acionistas da JBS S.A. aprovaram a operação que resultou na dupla listagem de suas ações na bolsa de valores no Brasil e nos Estados Unidos (“Dupla listagem”).

A efetivação da Dupla Listagem ocorreu em 06 de junho de 2025, através da incorporação das ações da JBS S.A. pela JBS N.V., considerando a relação de troca de 2:1, ou seja: cada 2 (duas) ações ordinárias da JBS S.A. foram convertidas em 1 (um) BDR, cada qual lastreado em 1 (uma) Class A Share (ação ordinária classe A) da JBS N.V.

Demais condições e efeitos reconhecidos na BNDESPAR estão apresentados na Nota Explicativa n.º 7.2: JBS – Dupla listagem.



## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais

No âmbito do Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais, a partir de outubro de 2025, serão disponibilizados até R\$ 12 bilhões a produtores rurais afetados por perdas de safra decorrentes de eventos climáticos adversos ocorridos entre 2020 e 2024, em municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública oficialmente reconhecidos.

Os recursos destinados ao programa serão repassados pela União Federal ao BNDES, conforme autorizado na Medida Provisória nº 1.314/2025. As condições financeiras e os demais critérios para contratação estão definidos na Resolução CMN n.º 5.247/2025.

### Remuneração complementar à União

Em 31 de outubro de 2025, o BNDES pagou à União, sob forma de juros sobre capital próprio complementar referente ao exercício de 2024, o valor de R\$ 2.801.605. O valor pago inclui atualização monetária pela taxa Selic do exercício a que se refere ao resultado distribuído até o seu pagamento, no montante de R\$ 294.778.

### Remuneração da Petrobras

Em comunicado no dia 6 de novembro de 2025, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 0,94320755 por ação ordinária e preferencial como antecipação da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2025.

O valor a ser pago será da seguinte forma: i) primeira parcela, no valor de R\$ 0,47160378, em 20 de fevereiro de 2026; e ii) a segunda parcela, no valor de R\$ 0,47160377, em 20 de março de 2026.

Considerando as quantidades de ações detidas pelo BNDES e sua subsidiária integral BNDESPAR em 30/09/2025, o valor total estimado de dividendos a receber perfaz R\$ 976.653, sendo R\$ 127.567 sobre as ações de propriedade do BNDES e R\$ 849.086 sobre as ações detidas pela BNDESPAR.

## 30. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada saldo, refletindo, no entanto, as seguintes eliminações:

- (i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;
- (ii) operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;
- (iii) receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e
- (iv) tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

## 31. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As práticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais consideradas significativas pela Administração do BNDES.

### 31.1. Instrumentos Financeiros

#### 31.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento. Eles são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo valor justo por meio do resultado baseado nos modelos de negócio do BNDES para a gestão e na avaliação das características contratuais do fluxo de caixa desses instrumentos.

##### a) Classificação e mensuração de ativos financeiros

##### Avaliação do modelo de negócios para gestão dos fluxos de caixa

O BNDES determina seus modelos de negócios para a gestão de seus ativos financeiros no nível que melhor reflete a forma como os portfólios de ativos financeiros são administrados para atingir os objetivos do negócio e como são fornecidos os reportes à Administração.

O documento contendo o Modelo de Negócios do Sistema BNDES (aprovado pelo seu Conselho de Administração) apresenta as quatro categorias definidas da seguinte maneira:

- **Modelo de Negócio 1 (MN1): Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais**

Estão contidos neste modelo os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada na coleta de fluxos de caixa contratuais objetivando carregar esses instrumentos até os seus vencimentos. As vendas serão incidentais a este objetivo e serão insignificantes.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

- **Modelo de Negócio 2 (MN2): Manter tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais quanto para vender**

Estão contidos neste modelo os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada tanto no recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros antes do seu vencimento.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

- **Modelo de Negócio 3 (MN3): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda fixa e derivativos**

Neste modelo de negócios são inseridos os ativos financeiros de renda fixa que falharam no teste de fluxos de caixa, os mantidos para negociação e os derivativos.

#### • Modelo de Negócio 4 (MN4): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda variável

Os ativos inseridos neste modelo são os investimentos em ações não coligadas e em cotas de fundos de investimentos em participações.

Quando a gestão desses instrumentos indicar que não sejam mantidos para negociação, o BNDES fará no seu reconhecimento inicial a escolha (irrevogável) de mensurá-los subsequentemente ao “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”. Com essa opção a Administração pretende mitigar o efeito das oscilações do valor justo desses instrumentos no resultado do período, considerando que se trata de investimentos a serem mantidos por longo prazo na avaliação da data da designação.

##### b) Categorias de mensuração dos ativos financeiros

###### (i) Custo amortizado

Os ativos financeiros enquadrados no MN1 são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos e são apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito esperadas.

###### (ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros enquadrados no MN2 são subsequentemente mensurados ao valor justo com a contrapartida em Outros resultados abrangentes.

Para os instrumentos de patrimônio designados para essa categoria, a mensuração subsequente foi realizada ao valor justo com os ganhos e perdas não realizados, oriundos de mudanças no valor justo desses instrumentos reconhecidos na conta “Outros Resultados Abrangentes”, e líquidos dos efeitos tributários. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada será transferido dentro do Patrimônio Líquido (da rubrica “Outros Resultados Abrangentes” para “Resultados acumulados não apropriados”).

###### (iii) Ao valor justo por meio do resultado

Nesta categoria os ativos financeiros de renda fixa ou renda variável são registrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes reconhecidos no resultado do exercício.

##### c) //Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros somente serão reclassificados quando o BNDES alterar o seu modelo de negócios para administrá-los.

##### d) Baixa dos ativos financeiros

Ativos financeiros são baixados somente quando:

- (i) não houver expectativas razoáveis de recuperação dos direitos contratuais sobre o recebimento dos fluxos de caixa. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita no resultado no exercício em que ocorrerem;
- (ii) Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- (iii) O ativo financeiro for transferido a terceiros assim como os direitos contratuais de receber fluxos de caixa gerados por ele, sem retenção de riscos e benefícios associados ao ativo.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, não houve operações com retenção substancial dos riscos e benefícios que não se qualificasse para a baixa.

### 31.1.2 Passivos financeiros

#### a) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

#### b) Classificação e mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ou ao valor justo.

#### c) Baixa dos passivos financeiros

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

### 31.1.3 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando o BNDES tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 31.1.4 Derivativos

O BNDES, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Adicionalmente, o BNDES utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em determinadas debêntures.

### 31.1.5 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Sistema BNDES aplica na abordagem para redução ao valor recuperável baseada no modelo de três estágios conforme o aumento significativo de risco de crédito. Tal abordagem é aplicada aos instrumentos de renda fixa inseridos nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os compromissos de crédito e as garantias financeiras, quando emitidas. Para a aplicação dessa abordagem, o BNDES se baseia em informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e de

condições econômicas e, dessa forma, determinar se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial de seus instrumentos.

#### a) Determinação dos estágios e do aumento significativo no risco de crédito

A abordagem de estágios da provisão para perda esperada de crédito é baseada na mudança na qualidade de crédito dos ativos financeiros do BNDES desde o reconhecimento inicial.

Para isso, o BNDES dispõe de sistema interno de classificação de risco de crédito, e utiliza adicionalmente classificações externas de risco e informações prospectivas para avaliar a deterioração na qualidade de crédito de um instrumento financeiro. Uma deterioração deve ser considerada significativa quando é atribuído à exposição um *rating* a partir do qual não se espera que seja verificada uma recuperação dentro de um determinado período. Em outras palavras, quando uma operação tem seu *rating* rebaixado a um nível em que não se costuma verificar uma recuperação ao nível original, considera-se que houve aumento significativo do risco de crédito. Para estabelecer qual é o nível de risco limite para mudança de estágio, o BNDES realiza análise feita a partir da frequência histórica observada de migrações entre *ratings*.

O BNDES avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma coletiva, de modo que os ativos financeiros são agrupados com base em classificações de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte, dentre outros fatores relevantes. Sendo assim, todas as operações são inicialmente classificadas no Estágio 1, e permanecem nesta situação enquanto não houver aumento significativo de risco de crédito. Caso haja aumento significativo de risco de crédito, na data da avaliação, os ativos serão migrados do Estágio 1 para o Estágio 2, e para isso, o BNDES utiliza dois critérios:

- i. *Downgrades* significativos no *rating* atribuído à operação, comparado ao do momento da concessão (desde que não continue sendo considerado como baixo risco de crédito); e
- ii. Operação com pagamentos vencidos há mais de 30 dias.

Para ativos classificados neste estágio, a provisão é calculada de acordo com um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil do contrato.

Quando ocorre um ou mais eventos que tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro, o ativo financeiro é migrado para o Estágio 3, e uma provisão é apurada com base na capacidade de recuperação de crédito do ativo financeiro. São os seguintes os critérios de migração para esse estágio:

- Operação declarada pelo BNDES como ativo com problema de recuperação de crédito; ou
- Operação vencida há mais de 90 dias;

O BNDES utiliza, mas não se limita aos seguintes critérios para a declaração de ativo com problema de recuperação de crédito:

- A operação relativa à exposição seja reestruturada;
- O BNDES peça a falência ou tome providência similar em relação ao tomador;
- O tomador tenha falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial, ou atos similares;
- O tomador solicite ou sofra qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas;
- Diminuição significativa da liquidez do ativo financeiro associado à obrigação, devido à redução da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas;
- Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes pela contraparte; ou
- Negociação de instrumentos financeiros de emissão da contraparte negociado com desconto significativo equivalente a 50% ou mais no valor de mercado do instrumento, que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito e não as flutuações das taxas de juros sujeitas ao risco de mercado.

Considera-se reestruturação de instrumentos financeiros toda renegociação que ocorra em decorrência da deterioração da qualidade creditícia do tomador, do interveniente ou do instrumento mitigador, considerando também que:

- Uma operação será considerada reestruturada quando sofrer alteração de condições contratuais, cuja proposta encaminhada à alçada competente evidencie que os motivos das alterações, sejam elas aumento de prazo de carência, aumento de prazo para amortização e pagamento de juros (entre outros), estão relacionados a dificuldades financeiras do tomador, e, conseqüentemente, poderiam levar ao acionamento dos mecanismos de mitigação de risco, tais como avais, fianças e execução de garantias reais, e;
- Devido à natureza dos projetos apoiados pelo BNDES, alguns pedidos de renegociação de operações ocorrem em função de atrasos nas obras por questões de licenças (ambientais, de operação, dentre outras.), alteração da estrutura de garantias oferecida originalmente (como, por exemplo, substituição de fiança bancária por outros tipos de garantia, o que impacta no spread de risco do contrato) ou por dificuldades não previstas inicialmente. Nesses casos, dado que a alteração foi motivada por questões operacionais e não financeiras, a operação será considerada reestruturada.

O BNDES entende, portanto, que a definição de aumento significativo de crédito utilizada para migração entre os estágios é consistente com os seus modelos internos para gerenciamento de risco de crédito.

Eventualmente, o BNDES avalia de forma individual as operações classificadas no Estágio 3 com saldos significativos de modo a obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa cujo recebimento seja esperado. Para isso, o BNDES exerce julgamentos quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais. Os títulos públicos federais emitidos no Brasil são considerados livres de risco e, dessa forma, não há provisionamento para perdas.

#### b) Retorno entre os estágios

Para que uma operação migre do Estágio 2 para o Estágio 1, basta que seu *rating* seja revisado para um nível acima (melhor) ao determinado como limite para migração ao Estágio 2; ou, caso utilizado o critério de 30 dias, se o atraso tiver sido regularizado.

A migração do Estágio 3 para os demais estágios ocorre quando a operação deixa de ser considerada como ativo com problemas de recuperação de crédito, cuja condição poderá ser alterada diante de evidência de retomada, pelo tomador, da capacidade de honrar novamente suas obrigações contratuais, devendo cumprir uma das seguintes condições:

- i. Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- ii. Manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações;
- iii. Cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e
- iv. Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

A receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros nos Estágios 1 e 2 e sobre o valor contábil líquido dos ativos financeiros no Estágio 3.

### c) Mensuração das perdas de crédito esperadas

A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

(i) da probabilidade de inadimplência (PD), com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro,

(ii) na perda dada a inadimplência (*Loss Given Default* - LGD) dos Estágios 1 e 2 (e eventuais estimativas individualizadas para as exposições relevantes no Estágio 3); e

(iii) na exposição à inadimplência (*Exposure at Default* - EAD).

(iv) O BNDES baseia seus parâmetros de risco de crédito (PD, LGD e Matrizes de Migração de ratings) em estimativas “throw the circle” e estas são ajustadas por fatores macroeconômicos de forma a gerarem estimativas “point-in-time – PIT” para fins de cálculo da perda esperada de crédito.

O BNDES, para ajustar suas estimativas de PD, se baseia na estimação de matrizes de migração ajustadas ao ciclo macroeconômico (*point-in-time* – PIT).

### 31.1.6 Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

O BNDES classifica a hierarquia de mensuração do valor justo de acordo com a relevância dos dados observados no processo de mensuração da seguinte maneira (a composição dos instrumentos por nível está apresentada na Nota Explicativa nº 4.3):

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que se possa ter acesso na data da mensuração. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Aplicado, por exemplo, para ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1. Aplicado por exemplo para: a) ações listadas em bolsa, mas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título sofreu algum tipo de ajuste para o cálculo do valor justo, devido a fatores como, por exemplo, a baixa liquidez das ações; e b) ações de empresas de participações (*holding*) não listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso; e

Nível 3: Técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A necessidade de reclassificação entre os níveis da hierarquia de valor justo é verificada no encerramento de cada trimestre, ocasião na qual é verificado o nível de liquidez dos ativos financeiros, a disponibilidade de informações observáveis e, no caso dos ativos cuja precificação envolva informações (*inputs*) observáveis e não observáveis, a significância dos *inputs* não observáveis (análise de sensibilidade).

Para determinar o nível de liquidez dos ativos são considerados o volume financeiro médio e a frequência das negociações nos pregões mais recentes. No caso específico das debêntures, a disponibilidade de preço de referência Anbima é o fator determinante para classificação como Nível 1.



As estimativas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN n.º 4.277/2013, e atualizações posteriores, e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão.

As técnicas de avaliação específicas adotadas para valorizar os instrumentos financeiros utilizam preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares, quando disponíveis. O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado por meio de modelos amplamente conhecidos, como Black-Scholes-Merton, e por modelos desenvolvidos e/ou adaptados internamente, como fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*), múltiplos e Método de Monte Carlo.

Os principais dados não observáveis utilizados na mensuração de valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 são:

- Derivativos avaliadas pelos modelos Black-Scholes-Merton e Método de Monte Carlo: volatilidade de longo prazo;
- Ações avaliadas por múltiplos: demonstrações financeiras e seleção de indicadores relevantes e empresas pares do setor/subsetor/segmento;
- Ações avaliadas por fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*): informações financeiras e operacionais das empresas avaliadas, projeções elaboradas internamente e pelas empresas avaliadas, curvas de spread de risco de crédito, volatilidades históricas para série de retornos de ações e estimativas elaboradas sobre fluxo de receitas de empresa;
- Debêntures: curvas de spread de risco de crédito;
- Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis: curva atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) e curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado.

Para fins de cálculo da sensibilidade apresentada na nota 4.3.3., são adotadas as seguintes técnicas, quando aplicável:

- Debêntures simples: recálculo dos preços dos ativos aplicando choque na curva de spread de risco de crédito;
- Derivativos avaliadas pelos modelos *Black-Scholes-Merton* e Método de Monte Carlo: estimativa do impacto da variação na volatilidade calculado por meio da grega vega (que mede a sensibilidade de uma opção à variável volatilidade); e
- Ações e Fundos sem liquidez: choque linear nos preços dos ativos.

Para as opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores, não será atribuída nenhuma precificação a título de valor justo, podendo ser considerado o custo líquido ou valor nulo. São também mantidos a custo ou valor nulo os derivativos cujos ativos-objeto, para opções de compra, ou cuja contraparte, para opções de venda, sejam participações residuais em empresas extintas, baixadas, em situação problemática, com pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou que já foram objeto de *impairment* total.

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros - com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante - trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

As cotas de fundos de investimento são administradas por instituições financeiras privadas e são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data-base das demonstrações financeiras.



O valor justo de empréstimos e demais instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito e que não possuem preço cotado em mercado ativo é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado. Em casos em que não foi possível expandir os fluxos de caixa de um determinado contrato, o saldo líquido de provisão foi utilizado como *proxy* do valor justo.

O valor justo de debêntures e títulos de renda fixa no exterior, que não possuem preço cotado em mercado ativo, é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva de mercado atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado quando aplicável.

Com relação às principais captações do BNDES, com o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, com a Secretaria do Tesouro Nacional, com fundos financeiros e de desenvolvimento e com instituições de desenvolvimento internacionais, cabe destacar que tais captações reúnem características próprias que permitem ao BNDES atender aos seus objetivos principais e preveem taxas, condições e prazos específicos, determinados pelos normativos aplicados a cada captação. Nesse sentido, os saldos contábeis das captações se aproximam dos seus valores justos, tanto no seu reconhecimento inicial, quanto em datas subsequentes.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 ocorreram as seguintes revisões metodológicas na mensuração de valor justo de instrumentos financeiros:

- revisão nos critérios de aplicação de múltiplos na avaliação de ações por metodologia de múltiplos, sem impacto significativo na mensuração para o BNDES; e
- nova metodologia de apuração de curvas de *spread* de risco de crédito, que passou a utilizar como insumo base de perdas do Sistema BNDES para alguns casos. Esta alteração metodológica não implicou em impacto significativo na mensuração de posições do BNDES.

## 31.2. Investimento em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais é exercida influência significativa, entendida como o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas, que representam mais de 20% do capital votante, não conferem influência significativa sobre tais entidades, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação nas variações patrimoniais das investidas, ocorridas após sua aquisição. A participação nos lucros ou prejuízos de empresas coligadas é reconhecida no resultado, e a participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas por diluição ou por aumento do percentual de participação nas coligadas são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição, apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do período em que ocorrem.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para o BNDES na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Quando a participação da subsidiária BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as informações das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações de mesma data-base. Tal fato decorre das coligadas serem independentes do BNDES, possuindo contabilidade não integrada, e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração dos demonstrativos contábeis, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

### 31.3. Ativos Mantidos para Venda

O BNDES classifica como "Ativos Mantidos para Venda", o ativo não circulante cujo valor será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. A classificação nessa categoria é realizada apenas nos casos em que o ativo cumpre os seguintes requisitos, conforme contido no IFRS 5 - Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada:

- (i) está pronto para venda em suas condições atuais; e
- (ii) a venda é altamente provável e deve ocorrer em até um ano.

### 31.4. Informação por segmentos

O relatório de segmentos operacionais foi elaborado considerando os valores apurados conforme as práticas contábeis adotadas no BR GAAP, uma vez que a Administração utiliza estas informações para a análise dos negócios. A reconciliação entre as práticas contábeis em BR GAAP e as em IFRS e seus efeitos sobre os principais valores apresentados no relatório por segmentos está apresentada na Nota Explicativa nº 27.

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e Finame. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente em participações societárias, enquanto a Finame atua no segmento de financiamentos, notadamente de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a Finame como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Em 2025, visando aprimorar a informação do desempenho por unidade de negócios, foi revisada a metodologia de elaboração do resultado por segmento, sobretudo os critérios de alocação das despesas de captação, pessoal, administrativas e outras.

A nova abordagem passou a considerar o destaque dos “Custos Corporativos Não Alocados”, representado pelas despesas não relacionadas diretamente a nenhum segmento de negócios e da “Remuneração do Acionista”, representado pelo custo de oportunidade do Patrimônio Líquido.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) “Crédito e Serviços”; (ii) “Renda Variável”; (iii) “Tesouraria e ALM (gestão de recursos financeiros)”. Adicionalmente, passam a ser demonstrados, como citado anteriormente, os “Custos Corporativos Não Alocados” e a “Remuneração do Acionista”.

O apoio financeiro através de instrumentos de Crédito e Serviços compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por operações de crédito, repasses e debêntures, e inclui também a prestação de Serviços, relacionada à atuação em estruturação de projetos e ofertas públicas de Títulos e Valores Mobiliários – TVM. O resultado alocado a esse segmento compreende, principalmente, as receitas de juros e atualização monetária oriundas dos contratos de operações de crédito e repasses; da equalização dos créditos perante o Tesouro Nacional; da renda com administração de fundos e programas; das comissões e encargos; e das debêntures detidas pelo BNDES e pela BNDESPAR.

O apoio financeiro através de operações de Renda Variável engloba o resultado com participações societárias, incluindo resultado com alienações, receita com dividendos/JCP de não coligadas, equivalência patrimonial de coligadas, resultado com fundos de renda variável, resultado com derivativos de renda variável e despesa com provisão para perdas em investimentos – *impairment*). O segmento abrange tanto investimentos em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) quanto empresas não coligadas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa) e fundos de investimentos. Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, embora o BNDES também possua uma carteira de participações em não coligadas. É importante mencionar que as receitas geradas pela carteira de Renda Variável não são incluídas no grupo do “Resultado Bruto de Intermediação Financeira”, mas sim na rubrica “Resultado com Participações Societárias”.

O segmento de Tesouraria e ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM – *Asset Liability Management*), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio, assim como os efeitos de descasamentos e derivativos. O efeito da variação cambial em cada rubrica de receita e despesa de intermediação financeira, inclusive na provisão para risco de crédito, é isolado e alocado ao segmento de “ALM”, responsável, entre outras atribuições, pela gestão das exposições cambiais do Sistema BNDES.

Os Custos Corporativos Não Alocados representam as despesas com pessoal, administrativas e outras despesas não alocadas diretamente a nenhum segmento de negócios.

A Remuneração do Acionista é calculada gerencialmente através da aplicação da Taxa Selic sobre o Patrimônio Líquido médio e o custo de oportunidade correspondente é alocado aos segmentos de Renda Variável e Tesouraria e ALM.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas, incluindo os respectivos efeitos tributários.

As despesas de captação alocadas aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

- Segmento “Crédito e Serviços”: custo financeiro considerando os valores efetivamente cobrados ao cliente em cada operação. O resultado da intermediação financeira deste segmento corresponde ao *spread* total (básico e de risco) gerado pelas respectivas carteiras, além das receitas com tarifas, comissões e serviços.
- Segmento “Renda Variável”: custo financeiro alocado gerencialmente corresponde à taxa Selic aplicada sobre o saldo médio mensal da carteira, com contrapartida em receita de Remuneração do Acionista.

• Segmento “Tesouraria e ALM”: custo financeiro alocado gerencialmente corresponde à taxa Selic aplicada sobre o saldo médio mensal do Patrimônio Líquido não alocado ao segmento de Renda Variável, com contrapartida em receita de Remuneração do Acionista. Cabe ainda ao ALM a responsabilidade pela gestão dos descasamentos entre fontes e usos de recursos, ou seja, pela diferença entre o custo cobrado ao cliente e o custo efetivo das fontes de captação do BNDES.

As despesas atribuíveis diretamente aos segmentos são alocadas de acordo com as premissas definidas em modelo de custos e os Custos Corporativos Não Alocados incluem essencialmente despesas das áreas de *back* e *middle* office que não sejam não atribuíveis diretamente aos negócios.

A apuração dos tributos do segmento de Renda Variável é feita com base no resultado tributável e nas alíquotas de imposto de renda e contribuição social aplicáveis e, para os demais segmentos, aplica-se ao lucro antes do imposto de renda (LAIR) de cada um a alíquota efetiva remanescente.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

## 31.5. Conversão de moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira realizadas pelo BNDES são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do exercício.

## 31.6. Reconhecimento de Receita

### Receitas e despesas de juros

As receitas e as despesas de juros sobre todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de “receitas de intermediação financeira” e “despesas de intermediação financeira” na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

### Receitas de honorários e comissões

As receitas de honorários e comissões são reconhecidas conforme o regime contábil de competência no exercício em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de origem são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados, e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

### Receita de dividendos

A receita de dividendos, advinda das participações societárias classificadas na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de recebimento é estabelecido.

## 31.7. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

Os detalhes sobre o reconhecimento de ativos de direito de uso estão descritos na Nota Explicativa nº 31.9.

## 31.8. Ativo intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos.

## 31.9. Operações de arrendamento mercantil

O BNDES reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado, quando aplicável, e também por remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos das obrigações contratuais, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Para tanto, o BNDES adotou a taxa Pré-DI na data de cada contratação ou remensuração.

## 31.10. Redução ao valor recuperável de outros ativos

### Investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, o BNDES avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado anualmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: i) pelo preço de cotação da B3, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa ou ii) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

### Ativos associados a processos contenciosos ou administrativos

A existência de processos contenciosos judiciais ou administrativos sobre Outros Créditos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar acarreta o reconhecimento integral da estimativa de perda financeira (riscos possível e provável, respectivamente).

## 31.11. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa (operações de curto prazo) são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

## 31.12. Provisões e contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

## 31.13. Benefícios a empregados

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados o benefício de aposentadoria complementar e atualmente patrocinam dois planos de previdência complementar, sendo um estruturado na modalidade Benefício Definido (BD) e outro, na modalidade Contribuição Definida (CD). Ambos são administrados pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – Fapes, entidade fechada com a finalidade de gerir os planos de previdência e complementar os benefícios previdenciários de seus participantes, bem como fazer a gestão dos planos de benefício de assistência à saúde.

### 31.13.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade Benefício Definido (BD), é financiado de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela Fapes, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, Finame) e a própria Fapes. Até a alteração regulamentar aprovada pela Previc em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir dessa alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 7.636,83 (sete mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos) em 30/09/2025.

Dentre os riscos relevantes associados ao PBB, tem-se a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 30/09/2025 era de R\$ 8.157,41 (oito mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018).

A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB, não mais afeta o plano. A partir da última alteração do Regulamento do PBB, publicada em 20/01/2023, este risco foi tratado e mitigado com o reajuste do benefício dos assistidos desvinculado do reajuste concedido pelo patrocinador a seus empregados e atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do PBB ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.



## Características do PBB

O Plano Básico de Benefícios - PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

## Estrutura Regulatória

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria Previc n.º 054, de 18/01/2023, e publicada no DOU em 20/01/2023, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da Fapes e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substituiu as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 37/2022 e n.º 38/2022**, que revogaram as Resoluções n.º 25/2018 e n.º 9/2016, respectivamente, e afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar no que tange às diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar e às atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício.

## Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA) do dia 22/09/2025, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 4.032 dias úteis (16 anos), no patamar de 7,24% ao ano. O mesmo vértice encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 30/09/2025 a 7,24% ao ano, portanto, sem alteração em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução CNPC n.º 43 de 06/08/2021, alterada pela Resolução CNPC n.º 61 de 11/12/2024, dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e traz, em seus anexos, a planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A obrigação de Benefício Definido (BD) é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

### 31.13.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida (PBCD), estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), foi aprovado em 08/12/2022 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), e iniciou suas operações em 19/12/2022, quando aberto o período para adesão de empregados não participantes do PBB.

O PBCD é patrocinado exclusivamente pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, Finame) e, assim como os demais planos de benefícios do Sistema BNDES, administrado pela Fapes.

Não há riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBCD, nem foram identificados riscos incomuns específicos ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

#### Características do PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida - PBCD prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) de aposentadoria normal;
- b) por invalidez; e
- c) de pensão por morte.

O participante tem opção de definir: (i) nível de contribuição básica ao plano, sendo a contrapartida paritária do patrocinador limitada a uma alíquota de 8,5% do salário; (ii) contribuições e riscos adicionais (por invalidez ou morte); (iii) seu perfil de investimento; e (iv) futuramente, a forma de cálculo dos benefícios.

#### Estrutura Regulatória

O PBCD é regido por seu Regulamento Básico, aprovado pela Portaria DILIC/Previc/MTP n.º 1.248/2022, publicada no DOU em 08/12/2022, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da Fapes e pelas normas emitidas pela Previc, pelo CNPC e por outras emanadas do poder público, igualmente ao PBB.

#### Avaliação atuarial e contabilização

O PBCD é um plano de contribuição definida, em todas as suas fases, tanto na de acumulação, quanto na de percepção de benefícios, inclusive para os de riscos adicionais, e a obrigação legal ou construtiva do Patrocinador limita-se à paridade com as contribuições básicas de, no mínimo, 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado será determinado



pelo saldo de conta individual, resultante do montante de contribuições pagas pelo participante e pelo Patrocinador para o plano, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Portanto, não há risco atuarial (de benefícios inferiores ao esperado) nem de investimento (de aplicações insuficientes para cobrir os benefícios esperados), que recaia para o Patrocinador, e não gera obrigação pós-emprego.

### 31.13.3. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - Fapes e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES, em conformidade com as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O BNDES oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, condicionado ao cumprimento dos requisitos do RAS. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 30 de setembro de 2025, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de agosto de 2025 e atualizados até setembro de 2025, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Seus custos de serviços correntes e financeiro são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas integrantes do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e Finame) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

### 31.13.4. Novo Plano de Assistência e Saúde – Novo PAS

O Novo Plano de Assistência e Saúde (Novo PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – Fapes e destinado aos empregados que ingressaram no BNDES a partir de 19/03/2018, e seus dependentes, com custeio compartilhado por meio de cobrança de mensalidade e coparticipação. Ao fim do vínculo, o beneficiário arca com 100% da mensalidade. Entretanto, enquanto não houver ex-empregado para avaliação da suficiência de cobertura dos custos incorridos por essa classe de beneficiários, o BNDES não incorre em obrigação pós-emprego decorrente do Novo PAS.

O Novo PAS iniciou operação em abril de 2025. Sua criação foi aprovada pela Diretoria do BNDES em 2022, tendo sido seu Regulamento alterado pela Resolução DIR nº 4.306/2024-BNDES, de 28/11/2024, e registrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em 28/01/2025, também em conformidade com as normas emitidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR.

### 31.13.5. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

### 32.13.6. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação dos Empregados no Lucro" na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

## 31.14. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R\$ 20 no mês (R\$ 240 no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e Finame, foi constituída à alíquota de 20% e à alíquota de 9% para a BNDESPAR.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não registrados estão descritos na Nota Explicativa n.º 15.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os critérios para constituição, manutenção e baixa, determinados pela Resolução CMN n.º 4.842/2020.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Em 16 novembro de 2022, foi publicada a Lei n.º 14.467 a qual trata sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Os créditos tributários diferidos registrados já levam em consideração a referida norma, não tendo sido identificado qualquer impacto relevante em decorrência da aplicação dessa norma.

## 31.15. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação dessas Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras que possam afetar os saldos dos ativos, passivos e contingências necessárias para divulgação devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido. Dessa forma, os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do Sistema BNDES para o período apresentado e por fim das informações prestadas nas Notas Explicativas.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

- Cálculo de valores justos de instrumentos financeiros, incluindo derivativos;
- Definição de metodologia e uso de dados prospectivos para o cálculo das perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros VJORA;
- Levantamento dos critérios para determinação das baixas de ativos financeiros;
- Cálculo de redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas;
- Cálculo atuarial dos planos de benefícios definidos;
- Mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos; e
- Provisões e contingências ativas e passivas.

## Mudança nas estimativas contábeis – Parâmetros do cálculo da provisão para perdas de crédito

Para a implementação da regulação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, vigente a partir de 1 de janeiro de 2025 nas Demonstrações Financeiras elaboradas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, o BNDES efetuou a revisão da metodologia de cálculo da provisão para perdas esperadas de crédito em instrumentos financeiros sujeitos à esta provisão, de forma a incluir dispositivos exigidos pela referida norma local, garantindo maior precisão e transparência na avaliação do risco de crédito. No julgamento da Administração, estes dispositivos refletem uma melhor estimativa para o cálculo das perdas esperadas de crédito e estão em harmonia com os preceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Desta forma, os seguintes critérios foram aplicados a partir das Demonstrações Financeira Intermediárias Consolidadas em IFRS de 30 de setembro de 2025:

- (i) *Rating* de assinatura dos contratos: Acompanhamento do aumento significativo do risco de crédito de todos os instrumentos financeiros renegociados desde o início do contrato original da operação que deu origem à renegociação, mesmo nas renegociações que não configurem reestruturações de crédito. Ou seja, o critério passa a considerar como reconhecimento inicial o rating na data da assinatura do contrato original que ensejou a renegociação e não o rating do contrato renegociado na data da renegociação;
- (ii) Arrasto dos contratos em estágio 3: O critério passa a alocar no terceiro estágio todos os contratos de uma contraparte que tenha pelo menos um contrato classificado neste estágio; ou seja, caso haja um contrato de uma dada contraparte (CNPJ) em estágio 3, todos os outros contratos dessa mesma contraparte automaticamente deverão ser marcados para o estágio 3; e
- (iii) Reestruturação de contratos baixados da carteira de crédito: os contratos baixados e que retornem à carteira ativa por renegociação passam a ser alocados no terceiro estágio e ter uma provisão de 100% do seu valor de exposição – ou seja, suas PDs e LGDs devem ser definidas em 100%, podendo haver a constituição de provisão inferior quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes, devidamente comprovados, indicarem a melhora significativa na capacidade de a contraparte honrar a obrigação, nas condições pactuadas.

O BNDES efetuou a revisão desta estimativa, decorrente de novas informações disponíveis e da experiência adquirida ao longo dos anos na aplicação da norma e do processo de avaliação da perda esperada de crédito, da revisão periódica realizada pela instituição, da avaliação das melhores práticas do mercado, e da evolução contínua dos processos da instituição. Dessa forma, esta mudança não se relaciona com períodos anteriores.

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guilherme Santos Mello – Presidente

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Carlos Afonso Nobre

Clarice Costa Calixto

Clemente Ganz Lúcio

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Jean Keiji Uema

Maria Laura da Rocha

Nelson Edgar Leite

Robinson Sakiyama Barreirinhas

Uallace Moreira Lima

### CONSELHO FISCAL

Suzana Teixeira Braga - Presidente

Pedro Henrique Giocondo Guerra

Flávio José Roman

Denis do Prado Netto - Suplente

### COMITÊ DE AUDITORIA

Nelson Edgar Leite – Presidente

Carlos Ahmar

Marcos Tadeu de Siqueira

Waldemir Bargieri

### DIRETORIA

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

José Luis Pinho Leite Gordon

Luciana Aparecida da Costa

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Maria Fernanda Ramos Coelho

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baere de Araújo Filho

### SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Marco Aurelio Santos Cardoso

### CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Thatiane Heloisa Werneck Soares  
CRC RJ 091.410/O-8



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar -  
Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ -  
Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores do**

**Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**

**Brasília - DF**

## Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos nessa data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria executiva do BNDES é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



## Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior  
Contador CRC RJ-083314/O-7

